

# Adiante!

Condenar o terrorismo e defender a paz

## Não à guerra

Na véspera da  
cimeira  
extraordinária  
dos 15 e  
quando já  
terminou o  
prazo imposto  
ao Afeganistão  
para entregar  
Osama ben  
Laden, o  
tempo é de  
expectativa



e de grande  
preocupação.  
O discurso  
belicista não  
recolhe um  
apoio  
maioritário.  
E são cada vez  
mais aqueles  
que exigem  
justiça em vez  
de vingança.

Págs. 5 a 9

PCP vai recolher até 27 de Outubro  
100 mil assinaturas de prevenção  
contra as «50 medidas»

## Salários mais justos para viver melhor

Entrevista com Jerónimo de Sousa



**100 MIL**  
assinaturas  
POR SALÁRIOS MAIS JUSTOS  
MAIS QUALIDADE DE VIDA

*Assine!*  
PCP

Centrais

### Resíduos queimados em Alhandra

#### Suspeitas confirmadas

A CDU acusa a presidente da autarquia de Vila Franca de Xira de ter admitido a queima de resíduos na Cimpor de Alhandra e alerta para a possibilidade de poderem vir a ser queimados aí resíduos perigosos.

Pág. 13

### Conferência da CGTP-IN

#### Estratégia para 2002

Mais de mil quadros sindicais, provenientes de todo o País e representando todos os sectores de actividade, reúnem-se hoje na Conferência Nacional da CGTP-IN.

Pág. 32

### Sindicatos da TAP

#### Greve por «equidade»

O Sitava/CGTP e mais dez sindicatos, incluindo estruturas filiadas na UGT, emitiram um comunicado condenando o «terrorismo psicológico do administrador-delegado» da TAP.

Pág. 14

**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**

Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**

Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO**

R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**

José Casanova

**Chefe de Redacção**

Leandro Martins

**Chefe Adjunto**

Anabela Fino

**Redactores**

Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lúcia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**

José Araújo

**Fotografia**

Jorge Caria

**Secretaria da Redacção**

Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**

**DISTRIBUIÇÃO ADE's**  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**

Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**

**DELTAPRESS**  
Delegação Lisboa:  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21  
Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**

Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***

(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**

(Continente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
25 números: 4 600\$00

**EUROPA**

50 números: 23 000\$00

**EXTRA-EUROPA**

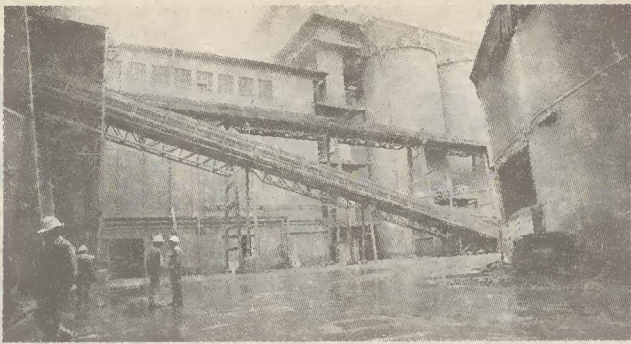
50 números: 33 000\$00

\*Enviar para

Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**

Helka Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



CDU de Vila Franca contra co-incineração em Alhandra

## Resumo

### 12 Quarta-feira

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, condena os atentados registados nos Estados Unidos e apresenta condolências às famílias das vítimas e ao povo dos EUA • O secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva, afirma, no Porto, que «o argumento da falta de produtividade em Portugal é uma falsa questão», considerando que «há, sim, falta de capacidade de gestão por parte dos empresários» • Os talibãs anunciam a eventual extradição de Osama ben Laden se lhes forem fornecidas pelos investigadores norte-americanos provas do seu envolvimento nos atentados terroristas • O pessoal das Nações Unidas em serviço no Afeganistão é «transferido temporariamente» devido às «circunstâncias internacionais».

### 13 Quinta-feira

A CDU de Vila Franca de Xira manifesta-se preocupada com a eventual possibilidade da co-incineração poder vir a realizar-se ainda nas instalações da Cimpor em Alhandra • Os trabalhadores da vidreira Mortensen, na Marinha Grande, recusam uma proposta do Governo Civil de Leiria para abandonar o bloqueio à fábrica e permitir a saída do produto acabado dos armazéns • O líder paquistanês Pervez Musharraf garante ao presidente George W. Bush «total cooperação» na luta contra o terrorismo • O ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Thorbjørn Jagland, afirma que o país «não está em guerra e não quer entrar em guerra».

### 14 Sexta-feira

O Presidente da República, o primeiro-ministro e os principais líderes partidários cumpriram três minutos de silêncio em memória das vítimas dos atentados nos EUA • Ex-combatentes da guerra colonial manifestam-se em frente aos governos civis para exigirem a antecipação da reforma para os 55 anos e a contagem do período em que combateram para efeitos de cálculo das pensões • As autoridades do regime Talibã do Afeganistão esperam um ataque maciço dos Estados Unidos e prometem vingança • São encontradas as duas caixas negras do avião que se despenhou no Pentágono.

### 15 Sábado

Carlos Carvalhas assegura que, se o Orçamento de Estado para 2002 «for mau», o Partido Comunista votará contra, mesmo que a consequência seja a realização de eleições antecipadas • A primeira Assembleia Constituinte de Timor-Leste é empossada

pelo Administrador Transitório das Nações Unidas • Milhares de cubanos juntam-se na cidade de Majibacoa para expressar a sua solidariedade com o povo dos EUA; a manifestação condena também o terrorismo norte-americano contra Cuba e os outros países • A companhia aérea Continental Airlines anuncia o despedimento de 12 mil trabalhadores.

### 16 Domingo

Rui Sá, vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto, visita a zona de obras no Campo 24 de Agosto e promete propor à autarquia a elaboração de um acordo tripartido para o realojamento de todas as famílias afectadas pelas obras do Metro • Manuel Pisco, vereador da CDU na Câmara Municipal de Setúbal, afirma que «a Câmara Municipal de Setúbal é gerida em cima do joelho não havendo qualquer critério de gestão» • Cinco mil pessoas participam numa marcha entre a Praça do Comércio e o Parque das Nações em Lisboa, divulgando o trabalho de voluntariado junto da opinião pública portuguesa • Osama ben Laden desmente qualquer implicação nos ataques contra os EUA.

### 17 Segunda-feira

O Partido Ecologista «Os Verdes» afirma não ter esperança que o Governo apresente um Orçamento de Estado para 2002 de acordo com as necessidades do país, afirma o dirigente André Martins • Representantes do governo do Paquistão estão em Kandahar, ao sul do Afeganistão, para tentarem persuadir os talibãs no sentido da extradição de Osama ben Laden • O primeiro-ministro da Índia apela ao presidente dos Estados Unidos para que os americanos não vejam um terrorista em todos os homens que usam turbante • Cerca de quatrocentos separatistas islâmicos atacam Gudermes, a segunda maior cidade da república russa da Tchetchénia.

### 18 Terça-feira

O Ministério dos Negócios Estrangeiros emite «notas de emergência» da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, desaconselhando «totalmente» qualquer deslocação e permanência no Afeganistão e no Paquistão • Os talibãs desmentem ter declarado guerra santa contra os Estados Unidos, mas admitem fazê-lo em caso de ataque norte-americano contra o seu país • Jacques Chirac inicia uma visita aos Estados Unidos • Os três principais operadores de televisão portugueses assinam um acordo de auto-regulação da programação na sede da Alta Autoridade para a Comunicação Social • A Carris comemora 129 anos.

## Aconteceu

### Tribunais reabrem com protestos dos funcionários

Os tribunais portugueses abriram as portas na segunda-feira, depois de dois meses de férias. O início do novo Ano Judicial foi marcado pela tomada de posse do novo director do Centro de Estudos Judiciais, Mário Mendes, juiz conselheiro e antigo director da Polícia Judiciária.

Mas este novo ano traz consigo problemas antigos. O Sindicato dos Funcionários Judiciais aponta vários e promete convocar uma greve em Outubro em resposta ao «autismo e intransigência» do Ministério da Justiça. Para fazer face às questões aponta-

das como «causadoras de instabilidade na carreira», os funcionários judiciais exigem nomeadamente melhores condições de trabalho, a intensificação da formação e a integração no salário do suplemento de 10 por cento sobre o salário que recebem devido ao horário flexível. O sindicato protesta ainda contra a transferência das acções executivas dos tribunais para os solicitadores.

Foi já marcada uma reunião entre o sindicato e o ministro da Justiça, António Costa, para a próxima terça-feira.



### Decisão do caso Moderna em Outubro

Depois de uma conturbada sessão do debate instrutório, a juíza Conceição Oliveira marcou para 11 de Outubro o anúncio da decisão de levar ou não a julgamento os arguidos do caso «Universidade Moderna».

Na sexta-feira, os advogados do arguido José Braga Gonçalves contestaram a decisão da juíza de prosseguir com o debate instrutório e em protesto abandonaram o Tribunal de Monsanto, sendo imediatamente substituídos por dois advogados oficiosos. A juíza evocou a necessidade de cumprir os prazos processuais para a conclusão da instrução e a urgência do processo, visto quatro arguidos se encontrarem presos preventivamente.

Os 13 arguidos são acusados de associação criminosa, burla agravada, gestão danosa, apropriação ilegítima de bens, falsificação de documentos, branqueamento de capitais e corrupção activa e passiva.

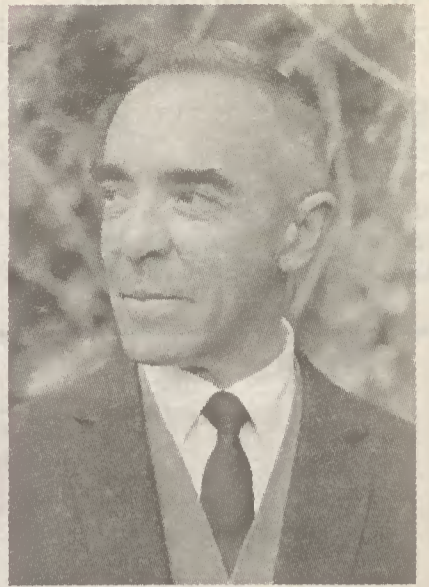
### Incêndios de fim de Verão

O Verão está a chegar ao fim, mas os incêndios em florestas e matas continuam. Abrunhosa-a-Velha (Mangualde), Pampilhosa da Serra (Coimbra), Ferreira do Zêzere (Santarém), Vila de Rei (Castelo Branco), Santa Susana (Sintra), Gafanhão e Cambra (Viseu) foram algumas das localidades palco de fogos esta semana. A falta de meios e o cansaço dos bombeiros voltou a verificar-se, factos que não facilitam o combate aos incêndios.

Entre 1 de Janeiro e 2 de Setembro foram contabilizados quase 3900 fogos florestais de grandes dimensões, sendo a Beira Interior a zona mais fustigada. Só em três dias - 7, 8 e 9

deste mês - registaram-se mais 1800 sinistros de média e grande dimensão, atingindo em particular as serras da Estrela, Caramulo e Açor. Segundo informações do Serviço Nacional de Bombeiros, referentes ao período entre os dias 3 e 9, as diversas corporações foram chamadas a intervir em mais de três mil fogos.

De acordo com o secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Carlos Zorrinho, a área florestal ardida este ano é de apenas um terço da verificada em igual período em 2000, apesar de já terem deflagrado dois terços dos incêndios registados no Verão do ano passado.



### Centenário de José Régio

Se fosse vivo, José Régio completaria cem anos na segunda-feira passada. Ficcionalista, dramaturgo, poeta, crítico, ensaísta, diarista, memorialista, professor e coleccionador de arte popular, Régio e a sua obra são homenageados com uma exposição patente na Biblioteca Municipal de Vila do Conde - a terra natal do autor - e um congresso internacional que reunirá mais de 60 participantes, vindos da França, Itália, Brasil, Hungria, Inglaterra, Espanha, EUA e Portugal. O congresso terá lugar a 1, 2 e 3 de Outubro e as sessões repartem-se pelo Porto, Portalegre, Coimbra e Vila do Conde e abordará não só as obras individuais de Régio, mas também a sua participação e influência na revista «Presença», fundada em 1927 e importante divulgadora do Primeiro Modernismo e dos novos autores portugueses.

A obra de José Régio esteve esgotada durante vários anos, mas desde 2000 está a ser reeditada pela Imprensa Nacional. Prevê-se a publicação até ao fim do ano da primeira fobiografia do escritor e de um volume de correspondência.



### Euro a cem dias de distância

Está aí uma apresentação da campanha de informação sobre o euro, a cerca de cem dias da introdução da nova moeda em doze dos quinze países da União Europeia. O Banco Central Europeu é o responsável e gastou 16 milhões de contos numa campanha única dirigida a 300 milhões de cidadãos. Durante a

apresentação da iniciativa, Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, garantiu que a introdução do euro não trará um surto inflacionista e que a introdução das novas notas e moedas «estará pronta a tempo», admitindo que haverá alguns problemas «menores e insuperáveis».

## Crónica Internacional

• Carlos Aboim Inglez

# A recessão continua

Os atentados terroristas do dia 11 ao *World Trade Center* e ao Pentágono, cuja brutalidade foi mediaticamente visível em todo o mundo e suscitaram condenação generalizada, terão certamente profundas consequências no plano político mundial. O dedo acusador apontado desde logo ao "terrorismo internacional" - e particularmente ao fundamentalismo islâmico - é por demais indefinido. Mas o aviso solene imediato do lançamento de uma "guerra ao terrorismo" prenuncia claramente o propósito de uma vaga "securitária", ou melhor dito policial, acompanhada de um novo impulso à militarização e intervenção militar *ad hoc* decidida por quem tem o poder nas mãos. *Esta é uma lógica cega, porque afunila o combate às consequências, obscurecendo as causas.* Ora ninguém pode ignorar que na década final do século XX se verificou, com o neoliberalismo e a globalização imperialista, um enorme fosso assimétrico entre um reduzido punhado de superbilionários e a dramática degradação das condições de existência da enorme maioria da humanidade - degradação humana que é o caldo de cultura dos variados "fundamentalismos" que coexistem neste mundo dito global e tão dramaticamente fracturado. Não haverá qualquer combate efectivo ao fanatismo terrorista enquanto prosseguir o fanatismo terrorista do neoliberalismo e da globalização imperialista. As reorientações geoestratégicas repressivas (policiescas e militaristas) bem poderão acrescentar mais caos à desordem e ilegalidade da proclamada "Nova Ordem Mundial".

Para além das incertezas políticas que se perfilam, muito se tem falado, a quente, das incertezas económicas que o golpe sofrido pelo mais poderoso centro financeiro mundial irá desencadear. É difícil fazer previsões, mesmo a curto prazo. Os resultados do 1.º dia da reabertura da Bolsa de

O mal é grande na maior potência económica mundial

Nova Iorque, mais que são, pouco significam, dado o peso artificial em que reabriu, com enormes injeções de liquidez, baixa concertada das taxas do FED e do BCE, acordos febris entre bancos e multinacionais. A volatilidade vai dominar e a especulação não tardará a impor-se. Por isso àqueles que queiram dizer que este ataque terrorista nos EUA é a gota de água determinante de eventual recessão, é preciso lembrar que já antes de 13 de Setembro o copo estava a transbordar - nos EUA e não só. Muitos analistas consideravam já muito antes que os EUA se encontravam à beira da recessão e com tendências fundamentais agindo no sentido recessivo em que claramente vem evoluindo desde o rebenotar da bolha da "Nova Economia", que aliás ainda não esvaziou por completo. As repetidas revisões em baixa das posições de crescimento do FMI, e não só, irão de certeza continuar. O crescimento do PIB dos EUA

foi revisto em baixa para os passados 4 anos antes de 11 de Setembro. Tal como os miríficos aumentos de produtividade. O investimento e a produção industrial estavam em forte queda. O endividamento familiar continuava negativo face ao rendimento. As dívidas das empresas privadas, incluindo muitas das maiores, e da grande banca atingiram níveis sem precedentes. Há uma "bolha" nos perigosos *hedge funds*, como no imobiliário. O défice externo dos EUA é claramente insustentável. Tudo isto vem detrás - e vai agravar-se com a incerteza acrescida pelo aumento do desemprego e a falta de confiança (e meios) dos consumidores.

O mal é grande na maior potência económica mundial. Mas o pior é que o Japão está declaradamente em recessão, e o outro pólo da Tríade, a União Europeia, apresenta um grave debilitamento de 2000 para 2001, com elementos e factores recessivos também. Para a América Latina, além da grave situação da Argentina (e do Brasil), prevê-se uma recessão geral para este ano. O Sudeste Asiático, a recompor-se da crise de 1997-98, recua perigosamente desde há meses e será muito mais atingido agora. À escala mundial, há muitas décadas que um tão generalizado clima recessivo se não verificava. O que não augura nada de bom para ninguém.

No banco dos réus estão as políticas do neoliberalismo e da globalização imperialista, responsáveis por este curso económico e social. Por isso, esse fundamentalismo terrorista do grande capital financeiro, crescentemente rentista e especulativo, é o claro inimigo que é necessário continuar a combater, evidentemente não por atentados terroristas, mas pela acção de massas e política, cada vez mais ampla, enérgica e convergente.

## Editorial

# SERENIDADE E LUTA

Num mundo mediatizado que pretende fazer de cada acto um puro espectáculo, muitas vezes a realidade crua dos acontecimentos surge soterrada pelas imagens fragorosas, repetidas até à exaustão, imagens que, apesar de emblemáticas e reais, escondem o mais importante - o que se passa por baixo delas. É cada vez mais necessário que o cidadão «espectador» se conceda o tempo de ver a realidade profunda emergir para ajustar os seus sentimentos e a sua razão ao que realmente aconteceu, para poder pesar o sucedido e determinar as suas atitudes. Falamos, como era de esperar, dos ataques terroristas a Nova Iorque e a Washington, do massacrante «espectáculo» que constituiu durante dias, divulgado pelo lado insólito, simbólico e catastrófico que mostrou. Não se tratou, porém, de um «filme» - daqueles a que nos vêm habituando na ficção. Os ataques terroristas não se limitaram às imagens do derrubamento das «torres mais altas do mundo» por um par de aviões conduzidos por fanáticos. Por debaixo, entre os destroços, surge agora a realidade desgraçada - as centenas, milhares de corpos de gente inocente. E, à volta, a dor em muitos milhares de pessoas atingidas, elas, nos sentimentos de perda. E, em redor e não menos importante, a solidariedade e a força de carácter que estes americanos mostram no socorro aos seus compatriotas.

“A pressa é sempre má conselheira. Venha donde vier”

A pressa é sempre má conselheira. Venha donde vier. Mas, sobretudo, quando vem de gente responsável, que procura uma resposta de «vingança», por muito que tal sentimento possa aparecer como de «justiça». As vozes belicistas e as da sensatez «dividiram-se» de um modo, só na aparência, surpreendente e inesperado. À declaração de guerra de Bush sucederam-se, mais tarde, as declarações mais temperadas vindas do seio da sua própria administração. E, enquanto comentadores e pivôs inflamados decretavam, do alto das TV's e dos jornais onde pontificam, que o inimigo tinha sido já identificado e só faltava a «vontade política» de dizimá-lo, bombardeando o espectador com o presumível «regozijo palestino» e tentando colar-lhe os «amantes da paz» de todo o mundo, outras vozes, insuspeitas de solidariedade para com a luta anti-imperialista dos povos e para com o combate antiglobalização capitalista, puseram água na fervura belicista e alertaram para o perigo de uma onda de represálias cujo efeito não seria o de acabar com o terrorismo mas o de agravar as tensões internacionais. Na fúria de designar um inimigo somaram-se já mais de seis dezenas de países que caberiam na louca bitola de Bush - países que de algum modo apoiariam, aplaudiriam, ajudariam um «suspeito» contra o qual ainda não haviam sido reunidos quaisquer indícios claros de ter organizado, promovido ou supervisionado os atentados da terça-feira negra -, enquanto meia centena de suspeitos eram apreendidos e depois libertados na maior parte por não haver provas contra eles.

Apesar do alarido dos comentadores que não só exigem a guerra para «resolver» o problema do terrorismo como anunciam a «vontade» do povo americano em travá-la, a opinião pública, nos Estados Unidos e no mundo, não se mostra favorável à escalada da violência que ela pressupõe. De tal modo que já alguém veio dizer que «os nova-iorquinos», que na maioria se mostram desfavoráveis a um conflito de consequências dramáticas para os povos do planeta, «não representam o povo americano». Pois não. Neste caso personificam apenas a maioria das vítimas inocentes.

Também em Portugal, por mais que se esforcem certos «líderes de opinião», a serenidade vem ao de cima e sobrepõe-se à dor e à indignação que o terrorismo provoca. Dando voz aos sentimentos e às razões antibelicistas dos trabalhadores e da maioria do povo português, Carlos Carvalhas declarava na passada semana: «A resposta aos brutais atentados e a expressão do respeito pela dor, sofrimento e luto vívidos pelos familiares das vítimas e pelo povo americano exige serenidade e não crispação, racionalidade e não espirais de violência, exige o combate a todas as formas de terrorismo e a todas as suas causas e não retaliações e vinganças que não restituem vidas perdidas. A morte de mais inocentes não redime o sacrifício de milhares de cidadãos nos EUA, vítimas dos intoleráveis atentados. Portugal não deve ter uma posição seguidista nem contribuir, no plano político e militar, para um clima de irracionalidade e para o agravamento da tensão nas relações internacionais.»

Os perigos, reais, desse agravamento, persistem. Hipócritas de todos os matizes esfregam as mãos, livres, ao que lhes parece, de avançar em diversas frentes: contra um inimigo que, quanto mais desconhecido mais indiscriminado se mostra como alvo, o que faz temer uma escalada de guerra; contra as liberdades cívicas, a pretexto de medidas de segurança; contra a soberania dos Estados pela via da criação e fortalecimento de estruturas supranacionais, com o seu rol de instituições jurídicas e militares «únicas».

Este o pano de fundo que qualquer comentário da semana não poderia deixar de focar. Mas que não deve esconder, por outro lado, que outras realidades, outros problemas e outras lutas solicitam a atenção e o empenhamento dos comunistas portugueses. Falamos, como não podia deixar de ser, nas tarefas que temos pela frente e que visam todas a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores e das populações. A primeira, que na Festa do Avante! o secretário-geral do PCP anunciou e que já mobiliza muitos militantes e amigos por todo o País - a recolha de 100 mil assinaturas **por salários mais justos e mais qualidade de vida**, reivindicando um aumento geral dos salários e das pensões e reformas que corresponda à recuperação do poder de compra perdido pelo aumento do custo de vida. A segunda, de mais longo fôlego, que é a continuação aturada da preparação das eleições autárquicas, que envolve muitos milhares de cidadãos, comunistas e outros democratas, que a CDU congrega com o objectivo de reforçar a sua participação no Poder Local, ao serviço das populações.

## Actual O cheiro do poder

• Jorge Cordeiro

Um dirigente do PS (José Saraiva, em artigo no JN) apresentava há dias como prova e modelo das virtudes do desempenho autárquico do partido a que pertence a sua capacidade em aliciar para as listas às eleições para as autarquias destacados eleitos de outras forças políticas. Estão, ele e o seu partido, no direito de definirem e se guiarem pelos padrões de exigência ética e política que melhor considerem adequar-se a si e aos seus objectivos. Pelo que não seja de estranhar a conduta ostensiva que altos dirigentes e responsáveis do PS têm assumido junto de alguns eleitos de outros partidos no sentido de os aliciar a troco de promessas de investimento ou de aceno com outros apelativos ou convites pessoais. Talvez por isso as notícias que chegam de Penalva do Castelo acerca da candidatura do PS à Câmara Municipal não devam constituir motivo de surpresa. Tanto mais que foi aqui o berço daquele enunciado prin-

cípio – “quem está com o poder come; quem não está cheira” – que parece ter acabado por fazer escola nas hostes socialistas. É que o actual cabeça de lista do PS, depois de ter transitado pelas candidaturas do PP e do PPM nos dois mandatos anteriores, é nem mais nem menos que o companheiro de percurso do autor daquele enunciado acima referido.

Mais grave, e muito para além daquilo que se possa considerar reserva de soberania na escolha dos procedimentos e posicionamentos políticos que entenda adoptar, são as notícias que dão como seguras que a aceitação pelo próprio da candidatura se ficou a dever à garantia dada pelo PS da realização por parte do Governo de duas obras públicas que o candidato havia apresentado como condição prévia. A ausência de qualquer desmentido parece confirmar o que já pela boca de alguns dirigentes do PS tinha sido deixado entender: que o PS assume

por pleno que os recursos do Estado são para utilizar enquanto instrumento da sua estratégia eleitoral e meio de persuasão e de convencimento de potenciais candidatos.

O episódio do orçamento limiano parece agora passar a fazer escola em versões locais. De comum, com a versão nacional, a mesma falta de transparência e o mesmo pendor para transformar a gestão do investimento público em acto de mercearia e de sobrevivência política. E o mesmo pendor que as notícias e os factos dão como certos para privilegiar o PP enquanto parceiro de eleição para acordos explícitos ou disfarçados na sua estratégia de assalto ao poder.



## Dois casos

• Vítor Dias

Enquanto não acertamos contas com alguns que, a pretexto da «guerra» que estaria aí ou viria aí, usam uma grande tragédia humana para fazer guerra a toda e qualquer manifestação de bom senso e espírito crítico e a toda e qualquer reflexão que não desemboque no primário elogio da «cavalaria», aviemos então dois casos que iluminam, respectivamente, a falta de limites para a demagogia e como neste país se perde tempo e dinheiro.

Acontece que vimos no outro dia Marcelo Rebelo de Sousa a carpir na TVI pelas grandes despesas que as famílias suportam com os manuais escolares e outro material, a defender a sua gratuitidade e a lembrar que, no seu comércio de «rentreé», Durão Barroso tinha empunhado esta bandeira.

Acontece, porém, que Marcelo e Barroso não sabem ou convenientemente se esqueceram do que aconteceu na Assembleia da República em 8.6.2000 quando, em concretização de um compromisso eleitoral do PCP, foi votado um seu projecto de lei visando instituir a gratuitidade dos manuais escolares no período de escolaridade obrigatória. E que foi apenas isto: o PS votou contra, PCP, Verdes, PP e BE votaram a favor e o PSD absteve-se, o que não admira pois, no debate em 1/6, o deputado, do PSD, David Justino já tinha dito que «discordamos profundamente do princípio aqui enunciado» no projecto.

O segundo caso resulta de uma desenvolvida peça da SIC ter revelado o próximo julgamento de um conjunto de empresários acusados de estar envolvidos num sofisticado esquema de fraude fiscal (IVA) designadamente no comércio de bebidas alcoólicas que terá lesado o Estado em cerca de 10 milhões de contos.

Acontece que, em Novembro de 1998, o PCP foi o primeiro partido a denunciar na Assembleia da República (e em folheto) que «só no sector de bebidas alcoólicas, as taxas de evasão fiscal elevam-se acima dos 70% atingindo valores de 120 milhões de contos por ano». E foi graças a uma proposta do PCP, inserida na Lei do OE para 1999, que o Governo teve de apresentar um relatório sobre a evasão fiscal neste domínio que veio a comprovar a extensão e gravidade das fraudes.

Passados três anos, e percebendo que o processo em tribunal deve ser apenas uma lasca do icebergue, o ministro Oliveira Martins a esta hora já deve ter feito um daqueles seus despachos a determinar uma investigação «urgente» e um combate «implacável» a estas fraudes.

Mas tudo indica que neste tempo todo se não deve ter feito o necessário para atalhar a mais uma daquelas séries de roubalheiras que por aí originam o ilícito e vertiginoso enriquecimento de alguns.



## Quatro «rentreés», uma proposta

• Aurélio Santos

É difícil evitar um certo desgosto ao percorrer falhas de visão sobre o olhar e as intenções dos comunistas para a evolução da sociedade portuguesa. É vista pobre e não apresenta vocabulário vasto. Certo é que a verborreia tenta com frequência confundir palavras com escassez de ideias. Há uma forte dose de análise beata que tenta sempre cumprir função. Já poucos se atrevem hoje a matraquear na velha «cassete» do PCP. Mas ainda, por preguiça, seguidismo ou má-fé, repisam, em disquete devidamente formatada, a fórmula receitada pelo “politicamente correcto” do momento: que “não há nada de novo no seu discurso”... Espantosa miopia, que esconde que “o discurso do PCP” é, afinal, o único que apresenta uma real proposta de mudança.

Por exemplo: muito se escreveu e disse sobre as “rentreés” dos partidos, como se de novo capítulo de folhetim ou telenovela se tratasse. Mas faltou talvez o essencial: colher e analisar as diferenças.

E, no entanto, para quem souber ou quiser ver, a marca da diferença é que a entrada dos comunistas neste novo ano político, não é só a de um “líder” tentando explicar que é o melhor para continuar o mesmo caminho. Fomos, mais uma vez, diferentes.

A Festa do “Avante!” não foi um ritual “regresso de férias” do líder: foi a reafirmação da permanente, múltipla, diversificada e imprescindível participação na vida política, social e cultural de muitos milhares de militantes comunistas e de muitos outros milhares de portugueses que com eles partilham uma vontade de mudança. Na sua preparação e realização, no seu programa (e no seu comércio!) tem por isso uma feição e um significado diferentes das outras “rentreés”. Decerto porque temos raízes mais fundas nas mãos do povo. Aquelas mãos que lançam palavras a quatro ventos, preferidas entre alegria e liberdade.

Este grande atrevimento de interpretar a

vida, e ainda o muito maior de a enfrentar, tem valido aos comunistas um velho e antigo preconceito, que pretende ocultar como “já sabido” as necessárias e urgentes mudanças de fundo (e não de fachada) que as nossas propostas contêm. O medo de mudar é tão grande e forte que velhas concepções capitalistas, herdadas de antigos castelos medievais, não querem deixar espaço – nem tempo – a um percurso moderno.

Fazemos, sim, uma proposta de mudança. Para novos rumos na política portuguesa. Para que nada fique quieto, mas evolua. Como se cantou naquele incrível concerto de abertura da Festa, a cinquenta mil vozes. E como se votou num comércio final, que comprovou uma proposta: não é uma mediocridade a pensar em catástrofe que manda em nós.

Há “andamentos” talvez não previsíveis a mentes mais inábeis. Se calhar, nem de música gostam... Na nossa Festa, conseguimos tocar, em coro, o quinto andamento – inédito – da 9.ª Sinfonia. Por três dias. Não tenham medo. É só uma proposta de mudança...



## Frases

“Dir-se-á que um deus andou a semear ventos e que outro deus responde agora com tempestades. É possível, é mesmo certo. Mas não foram eles, pobres deuses sem culpa, foi o “factor Deus”, esse que é terrivelmente igual em todos os seres humanos onde quer que estejam e seja qual for a religião que professem”

(José Saramago, Público, 18.09.01)

“Esse [“factor Deus”] que tem intoxicado o pensamento e aberto as portas às intolerâncias mais sórdidas, esse que não respeita senão aquilo em que manda crer, esse que depois de presumir ter feito da besta um homem acabou por fazer do homem uma besta”

(idem, ibidem)

“Ao leitor crente (de qualquer crença...) (...) simplesmente lhe rogo que compreenda, pelo sentimento se não puder ser pela razão, que, se há Deus, há só um Deus, e que, na sua relação com ele, o que menos importa é o nome que lhe ensinaram a dar. E que desconfie do «factor Deus». Não faltam ao espírito humano inimigos, mas esse é um dos mais pertinazes e corrosivos. Como ficou demonstrado e desgraçadamente continuará a demonstrar-se”

(idem, ibidem)

“Quando se vive num mundo onde é fácil perder a esperança de obter o mínimo indispensável para sobreviver e criar a sua família com dignidade, facilita-se o recrutamento de terroristas suicidas”

(Ilda Figueiredo, Semanário, 14.09.01)

“Assim, condenando o recurso a actos terroristas, impõe-se também que haja um esforço europeu e mundial para encontrar as respostas que se exigem na luta por um mundo melhor, com uma justa repartição e partilha da riqueza e onde o desenvolvimento económico e a busca da paz sejam objectivos prioritários”

(idem, ibidem)

“Quando William Casey, o director da CIA, aprovou o recrutamento de Bin Laden, ninguém imaginava que o monstro que criariam se viria a erguer contra os Estados Unidos (...) Quando perguntaram a Brzezinski se não tinha vergonha por ter associado os Estados Unidos ao regime dos Talibã, este respondeu com outra pergunta: Que era mais importante na História, a associação com os Talibã ou o fim do Império Soviético?”

(Joaquim Letria, 24 Horas, 17.09.01)

“Convém (...) recordar que os talibãs estão no poder graças ao apoio que receberam, no passado, dos... Estados Unidos da América. A lógica complexa e cínica dos jogos estratégicos tem destas ironias. E o que agora sucedeu com os talibãs tinha já acontecido anteriormente com Saddam Hussein”

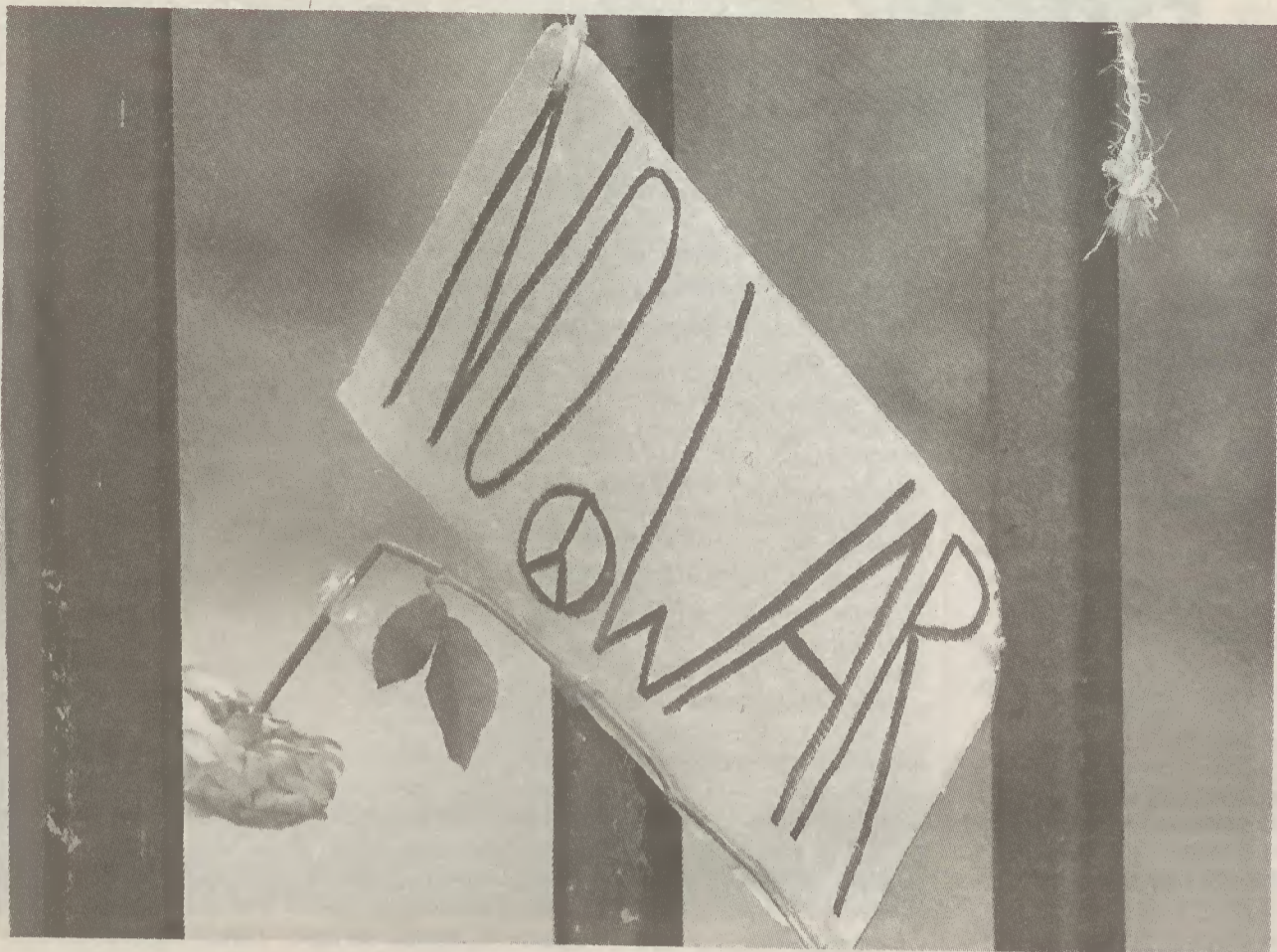
(Mário Bettencourt Resendes, Diário de Notícias, 15.09.01)

“Segundo Wim Duisenberg [presidente do Banco Central Europeu], Portugal está incluído no quarteto de países sob vigilância do Banco Central Europeu, por não ter aproveitado os anos bons para acertar as contas do Estado”

(Diário de Notícias, 13.09.01)

“A evasão fiscal não é um roubo ao Estado; é um roubo aos contribuintes que não têm possibilidade de a praticar”

(Silva Lopes, economista e ex-ministro das Finanças, Público, 15.09.01)



Condenar o terrorismo em defesa da paz

# Não à guerra

**Na véspera da cimeira extraordinária dos 15 e quando já terminou o prazo dado ao Afeganistão para entregar Osama ben Laden, o principal suspeito dos atentados nos EUA, o tempo é de expectativa e preocupação. Em todo o mundo são cada vez mais os que clamam por justiça em vez de vingança.**

O presidente norte-americano, George W. Bush, declarou no início da semana quer ben Laden «morto ou vivo». Anteontem, o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, esclareceu em declarações à

cadeia de televisão CBS que a extradição e entrega de Laden, exigida ao Afeganistão, seria apenas «um primeiro passo na guerra contra os grupos terroristas», e não uma forma evitar as acções militares que os

EUA pretendem levar a cabo.

O discurso belicista norte-americano está no entanto a ser acolhido com muitas cautelas nos 19 países da NATO, tornando cada vez mais evidente que as manifestações de solidariedade e o reconhecimento da necessidade de uma frente contra o terrorismo podem não significar um cheque em branco às decisões dos EUA.

De concreto, sabe-se que para hoje está agendada, em Bruxelas, uma reunião do Conselho do Atlântico Norte

(NAC) ao nível dos representantes permanentes, em que estará presente o número dois do Departamento de Estado norte-americano, Richard Armitage. Segundo a Lusa, registou-se entretanto um aumento significativo da actividade operacional nalgumas das mais importantes e estratégicas bases militares norte-americanas espalhadas pelo mundo.

O que poderá resultar de todas estas movimentações é ainda uma incógnita, mas não resta grande margem para duvidar que uma guer-

ra contra o mundo árabe e islâmico - como parece ser intenção dos norte-americanos - terá consequências terríveis.

## A tragédia já começou

Enquanto em Nova Iorque prossegue a dolorosa tarefa de remover os escombros e as estimativas apontam para 5873 mortos e desaparecidos, no outro lado do mundo, no Afeganistão, dezenas de milhar de pessoas tentam desesperadamente fugir a um eventual ataque. Com as fronteiras dos países vizinhos fechadas e praticamente sem meios de sobrevivência, civis indefesos arriscam estar a correr para a morte para fugir da morte.

Entretanto começam a surgir os «fatwa» (decretos religiosos). Em Beirute, o

guia espiritual dos integristas libaneses pró-iranianos, xeque Muhammad Hussein Fadlallah, divulgou um comunicado proibindo os muçulmanos de apoiar os EUA em caso de guerra com «qualquer Estado ou região muçulmana». Também o «mufti» paquistanês Nizamuddin Shanzai promulgou terça-feira um decreto em Carachi apelando à Jihad (guerra santa) em caso de acção militar contra o Afeganistão.

Do Médio Oriente, por outro lado, vem uma centelha de esperança: Israel cancelou os ataques contra os palestinianos, depois de Yasser Arafat ter ordenado o fim de todas as acções, mesmo as de autodefesa. É um passo que pode ser decisivo. O mundo precisa de todos os passos para ser capaz de dizer «Não à Guerra!».

## Promessas de vingança...

Colunistas e políticos conservadores norte-americanos reagiram aos atentados de 11 de Setembro com promessas de vingança. Os desvairados apelos à retaliação, como bem documenta a resenha publicada no «dia seguinte» por Howard Kurtz, do *Washington Post*, que a seguir se reproduz, não contribuem para afastar os perigos que pairam sobre a humanidade.

«A resposta a esse inimaginável Pearl Harbor do século XXI deve ser simples e rápida - matar os bastardos... Um tiro entre os olhos, desfazê-los, envenená-los se for preciso... As cidades e os países que abrigam esses vermes devem ser bombardeados como se fossem campos de básquete» - Steve Dunleavy, colunista do *New York Post*;

«Para prevenir futuros ataques, os autores das infâmias de terça-feira devem ser com-

pletamente destruídos, ainda que os meios necessários infrinjam a soberania territorial das nações que abrigam esses criminosos de guerra» - Dave Kopel, da *National Review*;

«Há tempos a guerra foi declarada contra nós. Até que declaremos guerra em retaliação, teremos mais milhares vítimas inocentes» - Charles Krauthammer, jornalista do *Washington Post*;

«A única coisa que podemos fazer agora é ir à guerra contra quem deflagrou essa horrível guerra contra nós» - Robert Kagan, do *Carnegie Endowment for International Peace*;

«Existe apenas um caminho para começar a tratar gente desse tipo, que é matar alguns deles mesmo que agora não estejam directamente envolvidos no negócio» - Lawrence Eagleburger, ex-secretário de Estado, em declarações à CNN.

## ... e apelos à contenção

Tal como a sua congénere norte-americana, a imprensa europeia dedicou nos últimos dias particular atenção ao «ultimato» da «América em guerra» ao regime afegão, mas são notórios a cautela, os apelos à contenção e a insistência na necessidade de identificar bem «o inimigo a atingir».

Em Espanha, o diário *El País* (17.9.2001) lembrou que «a solidariedade europeia não dá carta branca a Washington», sublinhando que «a Europa não costuma ver o mundo a preto e branco, ao contrário da sociedade americana que peca muitas vezes por ingenuidade ao não compreender que os Estados Unidos podem ter inimigos»; em Itália, o *La Repubblica* fez notar que «para fazer uma guerra são necessários pelo menos dois», e que no caso presente «o adversário é uma nebu-

losa de grupos terroristas, de integristas islamitas, escondidos em certos países muçulmanos»; na Grécia, *Eleftherotypia* renovou os seus apelos para evitar «novas cruzadas».

Até a indefectível Grã-Bretanha manifesta reservas ao belicismo norte-americano. Mais de 270 deputados britânicos, 216 dos quais trabalhistas, assinaram uma moção aos Comuns exprimindo as suas «graves dúvidas» quanto ao sistema de defesa antimissil. «Se Tony Blair recusar aprovar este sistema, isso fará reflectir o presidente Bush», afirmam. Por seu lado, *The Independent* (jornal conservador), não hesitou em escrever: «Como amigos sinceros e leais do povo americano, que partilham a responsabilidade histórica da actual situação no Médio Oriente, M. Blair deve falar pelos britânicos aconselhando a moderação e a compreensão em vez da vingança.»

## Declaração de Carlos Carvalhas

A propósito da participação de Portugal numa eventual retaliação aos atentados contra os EUA, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, proferiu a seguinte declaração:

«A resposta aos brutais atentados e a expressão do respeito pela dor, sofrimento e luto vividos pelos familiares das vítimas e pelo povo americano exigem serenidade e não crispção, racionalidade e não espirais de violência, exigem o combate a todas as formas de terrorismo e a todas as suas causas e não retaliações e vinganças que não restituem as vidas perdidas.

«A morte de mais inocentes não redime o sacrifício de milhares de cidadãos nos EUA, vítimas dos intoleráveis atentados. Portugal não deve ter uma posição seguidista, nem contribuir, no plano político e militar, para um clima de irracionalidade e para o agravamento da tensão nas relações internacionais.»

# NÃO à guerra

## Registos

«À suficiente condenação, por razões de princípio do terrorismo (...), é legítimo acrescentar a condenação por razões políticas já que este serve precisamente de pretexto à Administração norte-americana para desacreditar e retirar apoio a justas lutas dos povos, para fazer esquecer o rol de crimes e agressões cometidos pelos EUA e seus aliados.»

**Comunicado da Comissão Política do PCP, 12-09**

«É dever da comunidade internacional (...) se unir integralmente não apenas na condenação, mas na luta efectiva contra o terrorismo.»

**António Guterres, em conferência de imprensa, 11-09**

«O imperialismo (...) é um gigante com pés de barro e é o povo norte-americano a primeira vítima dos desmandos sem nome cometidos pela classe dominante do seu país.»

**Comunicado do PCTP/MRPP, 12-09**

«Este não é apenas um ataque aos EUA — é um ataque contra os valores da nossa civilização.»

**Durão Barroso, «Público», 12-09**

«De um lado não estão os bons, os ocidentais e a sua impecável civilização, e do outro os maus, as trevas, os árabes e a barbárie. O mundo não é um filme americano.»

**Francisco Louçã, em conferência de imprensa, 13-09**

«Os meninos portugueses que andam aí a fazer de «fedayin», de lenço ao pescoço, e os manifestantes violentos de Génova estão do mesmo lado (...) ajudam a legitimar o cérebro que escolhe os alvos e a mão que os destrói.»

**José Pacheco Pereira, «Público», 13-09**

«Se não houver dúvidas sobre a cumplicidade de governos, o grau de punição deve ir até onde for necessário, para prevenir eventuais repetições de semelhantes actos criminosos.»

**M. Bettencourt Resendes, «Diário de Notícias», 13-09**

«O terrorismo internacional é desde há muito identificado como uma das ameaças mais prováveis neste início do século XXI.»

**Figueiredo Lopes, «Diário de Notícias», 13-09**

«Como era de esperar, já começou a caça aos alvos errados.»

**Nuno Pacheco, «Público», 13-09**

«Desconfio um pouco da facilidade e rapidez com que as autoridades americanas apontam o dedo acusador para grupos terroristas árabes. Desconfio que possa haver mais e diversa gente, mais e diversos interesses, implicados.»

**Miguel Sousa Tavares, «Público», 13-09**

«O impressionante atentado contra os EUA (...) teve o condão de fazer ressuscitar um fantasma adormecido desde o final da Guerra Fria: a eclosão da Terceira Guerra Mundial e o fim da humanidade.»

**José Henrique Soares, «Público», 13-09**

«A Europa considera que os americanos têm a obrigação estrita de a ir protegendo contra as várias ameaças que lhe vão surgindo pelo caminho — sem, no entanto, querer ser perturbada com qualquer tipo de obrigações.»

**Constança Cunha e Sá, «O Independente», 14-09**

«O antiamericanismo primário, seja na versão «soft» dos intelectuais de esquerda do mundo, seja na versão «hard» de muitos fundamentalistas islâmicos, é também ele uma das muitas origens deste trágico «mal» que infecta os tempos actuais.»

**Domingos Amaral, «O Independente», 14-09**

«Os Estados Unidos, como todos os povos poderosos no auge do seu poder, só têm um inimigo: eles mesmos.»

**Eduardo Lourenço, «Visão», 14-09**

«A maioria dos [portugueses] que dão voz à sua indignação clamam por vingança e exigem sangue. Já. De maneira que põem o capacete, vestem o camuflado, calçam as pantufas e sentam-se no sofá à espera que o sangue escorra do televisor.»

**João Paulo Guerra, «Diário Económico», 14-09**

«A televisão transformou o mundo no alvo dos atentados.»

**Miguel Gaspar, «O Independente», 14-09**

«Corremos o risco de dividir o mundo em terroristas bons e terroristas maus.»

**João Carreira Bom, «Diário de Notícias», 14-09**

«A segurança contra o terrorismo nunca será por completo eficaz — em democracia — se não se extinguirem as causas que têm permitido a impunidade de Ben Laden e outros.»

**João Carreira Bom, «Diário de Notícias», 14-09**

«E na «nova guerra», com inimigos difusos, todos os países democráticos são vulneráveis, mas terão de responder e retaliar com meios e capacidades que dissuadam estes actos suicidas.»

**Luis Delgado, «Diário de Notícias», 14-09**

«Face a um ataque terrorista, nem sequer reivindicado, uma retaliação correria inevitavelmente o risco de ser cega e injusta, desencadeando uma terrível e imprevisível espiral.»

**Ruben de Carvalho, «Diário de Notícias», 14-09**

«O Afeganistão tem funcionado como um santuário de incubação e apoio ao terrorismo internacional.»

**M. Bettencourt Resendes, «Diário de Notícias», 15-09**

Osama ben Laden tem a cabeça a prémio  
Os EUA querem-no «morto ou vivo»

# O feitiço contra o feiticeiro

**Laden, o «banqueiro da jihad» islâmica, financia as suas actividades terroristas através de uma vasta rede de negócios em todo o mundo.**

O terrorista e antigo aliado de Washington, agora transformado em inimigo público

O homem hoje maldito para os EUA aprendeu com a CIA (ver texto nesta página)

**O SBC está ligado a pelos menos uma centena de filiais offshore**

número um, tem sido apresentado por certa imprensa como um fundamentalista que, em nome da «pureza do Islão», dedica a

os meandros que alimentam o terrorismo: tráfico de armas, tráfico de dinheiro e toda uma panóplia de

vida e a sua imensa fortuna à «guerra santa» contra as forças satânicas. A realidade é bastante mais prosaica. Laden será tudo aquilo de que é acusado, mas a posição que ocupa e o poderio que detém só se tornaram possíveis porque, tanto ou mais que mentor, ele é o «banqueiro da jihad» islâmica.

empresas no mundo dos negócios que vão desde a construção civil à indústria química, dos automóveis à finança, da electrónica ao import-export. Com a cobertura de uma vasta rede de sociedades e também de organizações não governamentais, Laden não só não delapidou como tem feito engrossar a sua fortuna pessoal, estimada em dois mil milhões de dólares.

Uma pergunta elementar se coloca quando se fala da fortuna de Laden: como é que, num mundo em que a economia está cada vez mais globalizada, é possível dispor de meios para alimentar actividades terroristas em grande escala? A resposta é simples: através de todos os negócios «sujos» e graças aos paraísos fiscais criados pelo imperialismo.

**A teia**

Segundo o diário francês *Le Monde* (15.9.2001), sobejam dúvidas quanto à alegada ruptura de Osama ben Laden com a família, pelo

menos no que respeita aos negócios: O facto é que o Saudi Binladin Group (SBC) - o grupo do clã - está ligado a pelo menos uma centena de filiais offshore, desde as Antilhas holandesas às Bahamas, passando por Curaçao e outros paraísos fiscais. Na Suíça, é o Saudi Investment Group que preside às sociedades offshore do grupo. O SBC, que curiosamente não presta quaisquer informações sobre as suas contas, controla ainda diversas fundações e organizações sociais ligadas aos islão, tal como a International Islamic Relief Organization, criada em 1978 e suspeita de financiar os extremistas nas Filipinas.

Todo o imenso poderio norte-americano não conseguiu até à data destrinçar e eliminar a teia de sociedades e contas por onde circula o dinheiro da Laden. O labirinto criado para servir os interesses do capital não só existe como funciona.

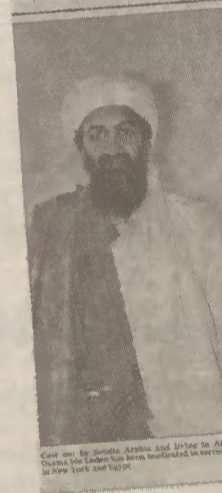
A organização de Ben Laden é ainda alimentada pelo imposto islâmico, o *zadkat*, calculado em 0,2 por cento dos lucros das empresas. Um inquérito realizado pelas autoridades da Arábia Saudita, em 1999, revelou que cinco destacados empresários pagaram dezenas de milhares de dólares às organizações de Laden, através de duas ONGs, para os seus interesses não serem alvo de ataques.

Quando em 1986 o então director da CIA, William Casey, aprovou uma velha iniciativa dos serviços secretos paquistaneses para recrutar extremistas islâmicos de todo o mundo para combater no Afeganistão contra o regime pró-soviético, cometeu um erro crasso. Como escreve o jornalista paquistanês Ahmed Rashid, no seu livro *Os talibã* (Península, 2001), «nenhum dos participantes naquele jogo previu que aqueles voluntários tivessem os seus próprios objectivos e que acabariam por desviar o ódio que sentiam pelos soviéticos para os seus próprios regimes e para os norte-americanos».

Não se sabe ainda se a organização de Ben Laden é a responsável pelos atentados de Nova Iorque e Washington, mas não restam dúvidas de que o feitiço se virou contra o feiticeiro.

## «Terrorista criado pelos EUA»

**US missile raids The Islamic world**



**Terrorist made by the USA**

Osama bin Laden: lionised and armed by CIA and MI6 when he fought the Russians in Afghanistan

**ARCH-SUSPECT/The man who is now a foe had an earlier incarnation as the West's friend, reports Richard Norton-Taylor**

Osama bin Laden, the man who is now a foe had an earlier incarnation as the West's friend, reports Richard Norton-Taylor. The article discusses how bin Laden was supported by the CIA and MI6 during the Afghan resistance against the Soviet Union in the 1980s. It highlights the irony that the same man who was once a hero to the West is now being hunted as a terrorist.

O título da notícia, ladeado pela fotografia de Osama ben Laden, fala por si. O jornal é o britânico *The Guardian*. A data é 22 de Agosto de 1998. O texto da notícia torna as coisas ainda mais claras: «Osama ben Laden, o milionário saudita exilado que Washington acusa de ser o cérebro por detrás das bombas nas embaixadas dos EUA no Quênia e Tanzânia e de estar implicado em anteriores ataques terroristas no Médio Oriente, foi em tempos louvado pela CIA como um combatente pela liberdade. Foi saudado pela CIA pelo seu papel como financiador e recrutador de guerrilheiros mujahedines que combateram o exército soviético que ocupava o Afeganistão durante os anos 80. As suas forças foram equipadas com armas pela CIA, e com mísseis antiaéreos blowpipe, de fabrico britânico, pelo MI6 [serviços secretos britânicos]. O seu acampamento em Khost, no norte do Afeganistão - um dos alvos dos ataques com mísseis cruzeiros levados a cabo ontem pelos EUA - foi construído com o auxílio da CIA.»

O essencial desta notícia de há três anos é retomado pela insuspeita e influente revista britânica *The Economist* no seu número de 15 de Setembro deste ano - o primeiro após a tragédia que atingiu os Estados Unidos na passada semana.

**Colheita amarga**

Com o título «Colheita amarga» e subtítulo «Os sofri-

mentos do Afeganistão chegam a Nova Iorque», a revista da finança inglesa escreve: «É compreensível que na sua fúria por justiça, a América tenha a tentação de passar por cima dum facto inconveniente. As suas próprias políticas no Afeganistão, há uma década e mais, ajudaram a criar, quer Osama ben Laden quer o regime fundamentalista talibã que o alberga. A noção de jihad, ou guerra santa, tinha quase deixado de existir no mundo islâmico após o século X, até ser reacivada, com o encorajamento americano, para alimentar o movimento internacional pan-islâmico após a invasão soviética do Afeganistão em 1979. Durante os dez anos que se seguiram, a CIA e os serviços secretos sauditas canalizaram em conjunto armas e munições no valor de

milhares de milhões de dólares para os muitos grupos de mujahedines que combatiam no Afeganistão, através da Inter-Services Intelligence (ISI) [serviços secretos] do Paquistão. [...] O Sr. ben Laden combateu contra os russos ao lado do afe-ganistão do ISI, Gulbuddin Hikmatyar, cujo Partido Hezb-e-Islami se tornou o maior beneficiário de dinheiro da CIA. Após a retirada dos russos do Afeganistão em 1989, os americanos rapidamente deixaram de se interessar por esse país, e uma luta pelo poder eclodiu entre os mujahedin. Mas como nenhum grupo tinha a força suficiente para capturar e manter em seu poder a capital, Cabul, o Afeganistão caiu na anarquia. Em 1995-96, um movimento de estudantes pach-tuns - os talibãs - de escolas religiosas das regiões fronteira-

ças entre o Afeganistão e o Paquistão, varreu o país, prometendo uma restauração da ordem. Beneficiaram do apoio paquistanês, e quase seguramente do acordo dos Americanos.»

Não é ainda possível afirmar com segurança se é verdadeira a actual tese dos EUA sobre a responsabilidade de grupos ligados a Osama ben Laden pelos ataques do dia 11 de Setembro. A ser verdade, é inevitável a conclusão de que a «colheita amarga» dos EUA é o desfecho terrível duma política aventureirista que ao longo de décadas criou, armou, treinou, incentivou e financiou bandos armados, grupos terroristas, gangs do crime organizado, utilizados como tropa de choque da política imperial norte-americana em vários cantos do mundo.

# NÃO à guerra



Os atentados de 11 de Setembro abalaram a confiança dos norte-americanos na segurança em que acreditavam viver

● André Levy

## Testemunho de um estudante em Nova Iorque

# Impressões do clima de terror

**Estudo em Long Island, a uns 70km da cidade de Nova Iorque. Na terça-feira, 11 de Setembro, fui acompanhando com terror os acontecimentos que pareciam desenrolar-se sem parar.**

Donde estou não vejo a cidade. Aqui não chegaram nem a cinza nem os destroços. Ouvi as notícias e vi as imagens pela rádio e televisão, as mesmas que terão chegado a Portugal. Mas eu estava mergulhado na teia humana que era directamente afectada pelos eventos.

Pessoas ao meu redor com familiares e amigos que eram potenciais vítimas tentavam desesperadamente contactá-los. Muitos estavam incrédulos. As imagens do embate do segundo avião, o enquadramento perfeito, múltiplos ângulos, quase parecia um filme. Mas pesava a certeza de vivermos momentos que tudo iriam alterar. As sensações de segurança e de invulnerabilidade haviam sido abaladas. O uso de linguagem bélica pelo governo, as comparações com o ataque a Pearl Harbor abriam a porta a uma escalada de limites infundáveis e a um futuro incerto.

Nos dias que se seguiram, foram as histórias individuais, ouvidas pelos *media* ou directamente, que tornaram a tragédia tangível. Confrontava-me não com um número abstracto de milhares de mortos mas com o somatório de múltiplas vidas individualizadas que haviam sido afectadas de um modo ou outro. Ouvi o recontar dos que haviam presenciado os embates dos aviões, que haviam visto os corpos caírem, as chamas e os

desmoronamentos. Das pessoas que estavam ao telefone com familiares e amigos presentes num dos aviões, ou num dos edifícios, momentos antes dos embates. Outros caminhando pela cidade, indo aos hospitais, procurando familiares desaparecidos. Testemnehei os gestos de generosidade e voluntarismo, pessoas doando sangue e reunindo materiais para os desalojados, médicos, bombeiros e sapadores.

### Existe o risco de limitações sérias às liberdades cívicas

### Retaliações

Ao medo de novos ataques terroristas e de uma escalada à incompreensão veio juntar-se a raiva da ignorância. À medida que se tornava claro que os responsáveis pertenciam a uma rede terrorista islâmica, o número de ataques de intimidação e incidentes contra norte-americanos de origem árabe ou com uma remota semelhança a tal foram aumentando. Até à data estes não têm sido de maior gravidade, e muitas vezes se têm levantado contra estas atitudes. Urge lembrar as violações cometidas contra norte-americanos de origem asiática durante a Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, o clima de medo tem levado a um reforço dos serviços de segurança e sua esfera de acção, e existe o risco de limitações sérias às liberdades cívicas.

Todos se questionavam como puderam dar-se tais brechas de segurança, e mais relevante porquê haviam ocorrido estes ataques. Mas a maioria dos norte-americanos não está preparada para responder com clareza a esta última pergunta. Vê-se como o bastião da liberdade e prosperidade, como difusor destes «mais altos valores» e, como tal acima, de qualquer repreensão. Não se dá conta de que o resto do mundo, sobretudo os povos que têm sido vítimas do imperialismo norte-americano, não encara os EUA como o salvador mas antes com o opressor. O contexto de agressão e prepotência militar, diplomática, económica e cultural exercida pelos EUA sobre boa parte do mundo, é necessária para compreender os porquê destes actos, embora obviamente estes sejam inaceitáveis como forma de reacção.

Face à tragédia ainda tão presente, custa apresentar este argumento a um norte-americano, pois sugere a interpretação dos EUA como responsáveis pelos ataques terroristas. Mas é precisamente no momento em que o governo decide que acções irá tomar que importa confrontar os seus cidadãos com a violência das suas investidas prévias. A identificação quase imediata dos ataques terroristas como um acto de guerra sugere acções militares, na qual jaz a inevitabilidade da morte de inocentes. Muitos norte-americanos, levados pelas emoções dos ataques terroristas, imbuídos com sentimentos de vingança, e desejando uma catarse bélica, já encaram essas mortes como necessárias. Mas tanto o terrorismo de Estado

como o terrorismo de fanáticos são inaceitáveis.

### Aprender com os erros

Onde traçar a linha entre a morte de milhares de novaiorquinos e as milhares de crianças iraquianas em virtude do bloqueio? Ou entre o bombardeamento do torres do WTC e de uma fábrica farmacêutica no Sudão?

Será sempre mais fácil aceitar mortes de outros, estranhos, distantes, fora de vista, sem acesso ao drama humano que tanto traumatiza quando se trata dos nossos vizinhos.

Estes não são argumentos retóricos da esquerda sempre pronta a criticar os EUA. No momento em que escrevo ainda estamos na janela de tempo onde é possível optar entre uma estratégia diplomática ou uma guerra de fronteiras incertas. Neste momento, face aos recentes ataques, os EUA gozam da solidariedade e apoio da maioria dos países do mundo. Todos reconhecem a necessidade de perseguir e julgar os responsáveis. Mas para preservar este consenso, os EUA terão de abandonar a prepotência do passado. Acções militares desmedidas, «cirúrgicas» ou massivas, contra este género de inimigo são de eficácia militar e estratégica dúbia. A prevenção de futuros ataques terroristas é imperativa, mas há que escolher a estratégia mais eficiente e humana. Haverá também que compreender os ataques terroristas, aprender com os erros do passado e combater a desigualdade desestabilizadora entre a pequena fracção de países ricos e a vasta maioria dos povos do mundo.

## Registos

«Ao terror organizado não se pode contrapor o terrorismo de Estado.»  
J. B. Mota Amaral, «Diário de Notícias», 15-09

«Os norte-americanos constataram na terça-feira que estão à mercê do terrorismo internacional como qualquer outro país.»  
Ricardo Leite Pinto, «Diário de Notícias» 15-09

«Nada impede os fracos de moralizar, mas não se reine inocentemente.»  
Vasco Pulido Valente, «Diário de Notícias», 15-09

«Os atentados de Nova Iorque e Washington confirmaram que o perigo não está confinado às regiões e países em guerra ou ao submundo das grandes metrópoles. O perigo chega até onde chegarem os braços da intolerância e da raiva.»  
João Paulo Guerra, «Diário Económico», 15-09

«Os monstruosos atentados terroristas que atingiram os EUA, além de terem espalhado a perplexidade e a insegurança globalmente, através das terríveis imagens que chegavam, em directo, de Nova Iorque e Washington, a todos os cantos do mundo, puseram também à prova o estofo e a capacidade de liderança dos dirigentes políticos de cada país. (...) Com esta geração de líderes políticos, nacionais e mundiais, é difícil dormir descansado.»  
José António Lima, «Expresso», 15-09

«Em Portugal, Guterres, frouxo, e Sampaio, tardio, não foram além do que deles se esperava, enquanto Almeida Santos não viu sequer necessidade de reunir o Parlamento.»  
Idem

«A Nato não é, nem deve vir a ser, a polícia do mundo. O Ocidente não se deve deixar transformar em bloco militar agressivo contra outras civilizações.»  
Diogo Freitas do Amaral, «Expresso», 15-09

«Guerra ao terrorismo reprime a liberdade das pessoas.»  
Fuzeta da Ponte, «24horas», 15-09-2001

«Mal seria que, numa crise desta gravidade e depois de tanto ter valorizado o empenho dos EUA no caso de Timor, Portugal tentasse pôr-se de fora e fingir que não lhe diz respeito o que se passou na terça-feira.»  
Fernando Madrinha, «Expresso», 15-09

«Para uma acção como esta não há ódios explicáveis ou sequer compreensíveis. Claro que também não os há para cada israelita ou palestino morto, para cada «dano colateral» provocado pela NATO ou pelos Estados Unidos, para cada executado na China ou no Afeganistão.»  
Henrique Monteiro, «Expresso», 15-09

«Parece-me que limitar todas as explicações do atentado à loucura suicida de comandos fanatizados é capaz de ser bastante enganador e algo redutor.»  
Alfredo Barroso, «Expresso», 15-09

«Onde devia estar a coragem da responsabilidade política apenas vejo a displicência da hipocrisia dos que se julgam ricos de poder.»  
Joaquim Aguiar, «Expresso», 15-09

«O ataque terrorista torna urgente um sistema global de defesa contra o terrorismo. Mas se o sistema sacrificar os valores do humanismo e da democracia, fará o jogo dos terroristas e alimentará uma guerra que é feita contra um inimigo invisível e volátil, por isso muito difícil de «eliminar» no confronto directo.»  
João Amaral, «Expresso», 15-09

«A nova guerra será a do terrorismo e a luta contra este. O terrorismo é um inimigo que mesmo aqueles que não o desejam o constroem.»  
J. M. Paquete de Oliveira, «Jornal de Notícias», 16-09

«A crueldade do terrorismo ou da violência brutal, como esta de Manhattan, faz-se do fanatismo, de radicalismos, de ódio, loucura e irracionalidade, mas também de fome, miséria, racismo, desigualdade e injustiça.»  
Idem

«A América e Bush devem repensar a sua arrogância e a sua estratégia de «maiores do planeta», porque, nesta nova guerra, nem os mais poderosos escapam a estas armadilhas de matança e morte de um qualquer fanático e louco Bin Laden.»  
Idem

«A lamúria do costume acaba por justificar a barbárie de 11 de Setembro com a fome, a miséria e o fosso cada vez maior entre ricos e pobres. O terrorismo, dizem os lacrimosos, só acabará quando o mundo for mais justo e nada, mesmo nada, justifica uma resposta dura e inadivável contra o terror.»  
António Ribeiro Ferreira, «Diário de Notícias», 17-09

«A explicação de que este é um acto bárbaro cometido por fundamentalistas exóticos é verosímil, mas também cómoda.»  
João César das Neves, «Diário de Notícias», 17-09

«Agora que se contam os cadáveres entre os escombros, o velho poder americano voltou à velha tradição.»  
Francisco Moita Flores, «Diário de Notícias», 17-09

«A reacção que se adivinha, estimulada por cowboys, loucos e falcões, vai responder na mesma moeda. Selvagem, brutal e abrindo portas para mais violência.»  
Idem

# NÃO à guerra

A eventual participação dos alemães em campanhas de retaliação da NATO ou dos EUA está a gerar polémica

● Rui Paz

## Alemanha dividida

O atentado aos EUA está a repercutir-se, na Alemanha, no debate sobre medidas repressivas, a chamada «segurança interna» e no apoio ao militarismo.

O ministro do Interior da Baviera, o democrata-cristão Beckstein, vê a segurança interna da Alemanha muito ameaçada sobretudo se se concretizar um ataque de retaliação maciço dos EUA. O ex-ministro da Defesa

do governo de Kohl, Robert Scholz, defende o emprego das forças armadas na manutenção da segurança interna, argumentando estar-se perante actos de guerra que não vêm do exterior mas do interior. Scholz exige a modificação da Constituição de modo a serem atribuídas tais funções à Bundeswehr. O ministro do Interior, Schily, pronunciou-se por uma maior colaboração entre os serviços secretos e a polícia na observação dos estrangeiros.

Por sua vez, Tobias Pflüger, do Centro de Informação antimilitarista de Tübingen, alerta para o perigo da «intensificação do clima repressivo, o qual acabará por atingir sobretudo os círculos da oposição».

A deputada Ulla Jelpke, porta-voz do PDS no Bundestag para a política de segurança interna, acusa o ministro do Interior Schily de pretender obter agora as medidas repressivas contra os estrangeiros que não conseguiu nos últimos

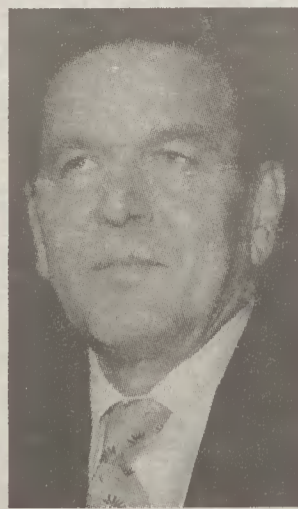
meses. E a deputada do PDS continua sublinhando que uma das lições do fascismo é a separação entre medidas militares e policiais, o que até agora se tem verificado na Alemanha e terá de se manter no futuro.

**Em última análise só haverá segurança se reinar a justiça**

### Polémica

Também aumenta o coro das vozes que pretendem utilizar a situação para intensificarem a política militarista e intervencionista da Alemanha. O chanceler Schröder, depois de várias hesitações, já admite a possibilidade de a Bundeswehr participar nas acções de retaliação dos

EUA. O general Klaus Naumann, conhecido elogador dos chefes militares da Wehrmacht de Hitler, ex-presidente do comité militar da NATO (1996-99), um dos maiores instigadores da intervenção dos exércitos alemães nos Balcãs e da agressão contra a Jugoslávia, defende no Die Welt (16.9.2001) a necessidade de a NATO intervir no mundo inteiro: «A NATO tem de estar preparada para detectar, reconhecer e se necessário aniquilar pelas armas. Os Estados que apoiam os criminosos deste mundo têm de saber que não podem contar com a protecção da Carta das Nações Unidas. Os «fora-da-lei» do nosso mundo têm de saber que não poderão mais dormir sossegados.» O general defende ainda que «todas as nações da NATO têm de colocar à disposição da Aliança



O chanceler Schröder

todas as suas informações, as quais serão avaliadas em Bruxelas». Por seu turno, o antigo secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger salienta no mesmo Die Welt que «os terroristas acabaram com a discussão na Aliança Militar Ocidental sobre se depois da guerra fria esta ainda faz sentido».



A pretexto da luta contra o terrorismo, há quem defenda a intensificação da política militarista e intervencionista da Alemanha

## Contra a vingança, a favor da justiça

Numerosas e diversificadas são as personalidades que na Alemanha se levantam contra uma retaliação americana, como os teólogos católicos Hans Küng e Eugen Drewermann. Este último, autor da célebre obra «Os funcionários de Deus», escreve na primeira página do Neues Deutschland (15.9.2001):

«G. W. Bush instiga «uma guerra monumental contra o mal». Mas pode-se, utilizando conceitos míticos, dividir o mundo desta maneira em preto e branco?

«15 a 20 milhões de curdos, na sua maior parte em território da NATO, esperam pela liberdade e joga-se com eles contra Sadam Hussein. Noutro lado esperam 2,5 milhões de palestinos pelo direito à autodetermina-

ção e ninguém é capaz de compreender o desespero que leva as pessoas ao suicídio. Noutro lado, segundo as estimativas da ONU, morrem numa guerra surda e silenciosa 3000 pessoas diariamente através do embargo americano contra o Iraque, o que perfaz em dez anos mais de um milhão de mortos. Noutro lado, armam-se os talibãs contra o exército soviético para agora se declarar o inimigo de morte.»

Também o porta-voz do Conselho Federal da Paz (Friedensratschlag), Peter Strutynski, esclarece que os políticos que agora clamam por mais armamento e mais militares têm de compreender que a segurança é acima de tudo uma questão social, económica e cultural, e que

em última análise só haverá segurança se reinar a justiça.

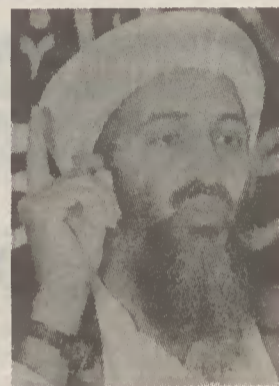
Se for colocada no Bundestag a questão da Alemanha participar em acções de retaliação da NATO ou dos EUA, o PDS votará contra. O porta-voz para a política externa, Wolfgang Gehrcke, afirmou a grande preocupação do seu partido pela decisão tomada pela NATO de aplicar o artigo 5 (a agressão contra um Estado da Aliança é considerada um ataque contra todos os seus membros). Gehrcke esclarece que «o tratado da NATO é explícito, pois refere-se a uma guerra ou conflito entre estados. Os atentados nos EUA são de origem criminosa, perpetrados por um grupo terrorista. O conceito de vingança/retaliação não aparece no tratado da NATO».

A deputada dos Verdes, Annelie Buntenbach diz que também no seu partido a questão é controversa.

## Um fantasma chamado Ben Laden?

Após o atentado contra a embaixada americana no Quênia, a CIA descobriu imediatamente o seu autor, Ben Laden. Como represália, Clinton atacou uma fábrica de medicamentos no Sudão propriedade daquele multimilionário saudita. Uma comissão internacional, de que fizeram parte membros da CIA, constatou mais tarde que foi um erro. Ben Laden não tinha nada a ver com o alvo atacado. O mais poderoso serviço secreto do mundo ignorava este pormenor importante?

Hoje os EUA propõem-se atacar uma série de estados independentes e desencadear aquilo que o presidente Bush designa por «a primeira guerra do século XXI». Mais uma vez o pretexto é Ben Laden.



Recrutado pela CIA em Istambul em 1979, Ben Laden não só foi treinado pelos serviços secretos americanos mas também, segundo o Le Monde (15.9.2001), os conhece por dentro: «as redes, os fios, os biombos e a prática dos paraísos fiscais». Mas mais ainda, o maior inimigo da humanidade mantém contacto com o príncipe Turki, até há poucas semanas chefe dos serviços secretos do maior aliado dos Estados Unidos no Golfo, a Arábia Saudita.

O semanário alemão Der Spiegel, na sua última edição, assinala a presença de Ben Laden em Sarajevo. É hoje sabido que atentados importantes atribuídos aos sérvios, como o massacre no mercado de Sarajevo, foram praticados por forças islamitas ao serviço da estratégia da NATO e dos EUA na Bósnia. A televisão alemã acaba de informar que o homem mais procurado pelo Pentágono participa no Banco de Tirana, na Albânia, o maior aliado do UCK, dos Estados Unidos e da NATO nos Balcãs. E o semanário alemão refere-se às ligações da CIA com um centro islâmico «humanitário» no bairro de Brooklyn em Nova Iorque, designado por «Bureau ao Serviço da Guerra Santa». Em 38 cidades dos Estados Unidos foram instalados centros idênticos onde se recrutaram dezenas de milhar de voluntários para a luta.

Num Estado normal, com um mínimo de princípios democráticos, só isto bastaria para conduzir à demissão do governo e do seu presidente, à constituição imediata de uma comissão de inquérito e, no mínimo, levar o governo de Washington a pedir desculpa ao povo americano pela existência de ligações tão estreitas entre o seu aparelho, os seus aliados e quem acaba de provocar tanto sofrimento e tantas vítimas inocentes. Mas nada disso acontece. Ao ler-se os artigos de Kissinger e do general Klaus Naumann no Die Welt fica-se mesmo com a sensação de que para os círculos do militarismo este atentado foi um autêntico presente caído do céu aos trambolhões.

R.P.

## A «loucura americana»

O editorialista do Junge Welt (15.9.2001) escreve sob o título «Loucura americana»:

«O presidente Bush anunciou conduzir o mundo à vitória. O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Paul Wolfowitz, explicou numa linguagem de comando como se processará esta marcha triunfante da humanidade conduzida pelos estados Unidos: «Estados que apoiam o terrorismo têm de ser liquidados». O mundo dos vencedores contará com alguns estados a menos.

«O público já se habituou ao esvaziamento do princípio da igualdade de direitos entre estados imposto pela ordem mun-

dial americana. Mas no início do século XXI já não se trata só de pôr em causa a soberania nacional dos estados mas da sua eliminação física. De facto foi este o objectivo não declarado da guerra contra a Jugoslávia. Mas esta última barreira também já está ultrapassada, o extermínio dos povos é agora anunciado oficialmente. Uma ameaça para a civilização humana maior do que esta cruzada para salvar o mundo civilizado é praticamente impensável. A catástrofe civilizacional do 11 de Setembro residiu no facto de alguém ter entoadado a um poder terrorista a sua própria melodia, o que poderá conduzir a uma catástrofe sem fim.»



# Quinze reúnem-se amanhã UE engrossa a voz

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia reúnem-se, amanhã, sexta-feira, numa cimeira extraordinária para discutir a situação mundial na sequência dos atentados nos Estados Unidos.

Desde o atentado de 11 de Setembro nos Estados Unidos que as autoridades europeias se multiplicam em declarações e iniciativas para se associarem ao luto dos norte-americanos e estudarem medidas comuns contra o terrorismo.

A cimeira extraordinária realiza-se após a deslocação, hoje, a Washington de uma troika europeia para discutir com o secretário de Estado, Colin Powell, a luta contra o terrorismo. Na comitiva estão o ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Louis Michel, o Alto Representante para a Política Externa da UE, Javier Solana, e o comissário europeu responsável pelas Relações Externas, Chris Patten.

Na reunião de amanhã, segundo o comunicado da presidência belga, a discussão irá basear-se na Declaração Comum, publicada na última sexta-feira. Neste texto, os Quinze apelavam a todos os países para «intensificar os esforços na luta contra o terrorismo», considerando dever ser esta uma prioridade das organizações internacionais, em particular da ONU.

Por seu lado, os Quinze consideram que a UE deve contribuir para a criação de um «movimento antiterrorista forte e estável a nível mundial», colocando a tónica na necessidade de desenvolver uma política externa e de segurança comum para que a «União possa falar a uma só voz forte e unida».

Isto passa, no entender da presidência, por «tornar operacional a política europeia de segurança e defesa o mais depressa possível», assim como no desenvolvimento de esforços em matéria de informações.

O actual contexto internacional parece ainda favorecer o avanço rápido de «um verdadeiro espaço judiciário comum, o que, como se explica na declaração, «implica a criação de um mandato europeu de detenção e extradição e o reconhecimento mútuo

das decisões judiciais e dos julgamentos».

## Comissário Vitorino apresenta medidas

No mesmo sentido, António Vitorino anunciou para ontem, quarta-feira, a apresentação de um pacote de medidas contra o terrorismo. O comissário europeu responsável pela Justiça e Assuntos Internos pretende que os Quinze adoptem uma definição comum de «terrorismo», sanções contra essa actividade ilegal e um mandato europeu de busca e captura.

Hoje, quinta-feira, também em Bruxelas, os ministros da Justiça e da Administração Interna reúnem a título extraordinário para discutir este pacote de medidas pela primeira vez. A ser aprovada, a proposta de António

manha, França, Itália e Reino Unido. A política de detenção na sequência de actos terroristas varia muito entre países e alguns deles não têm mesmo uma definição jurídica de terrorista o que cria dificuldades às autoridades judiciárias e à polícia.

A proposta pretende «definir o crime de terrorismo como um crime cometido intencionalmente, por indivíduos ou grupos, contra um ou mais países, as suas instituições ou população com o objectivo de alterar ou destruir seriamente as suas estruturas políticas, económicas ou sociais».

Por outro lado, a Comissão Europeia pretende que os Quinze cheguem a acordo sobre um intervalo mínimo e outro máximo de penas passíveis de ser aplicadas a certas ilegalidades.

Concretamente, cada estado-membro teria a liberdade de inscrever na sua legislação uma pena máxima de pelo menos um certo número de anos de prisão por crime de terrorismo.

Finalmente, o mandato europeu de busca e captura permitiria à polícia efectuar capturas



O clima de insegurança gerado pelos atentados nos EUA está a ser pretexto para a União Europeia acelerar o passo nas políticas comuns de segurança e defesa

Vitorino significa um primeiro passo no sentido da criação de um sistema comunitário de luta contra o terrorismo.

Os únicos estados-membros que actualmente dispõem de legislação nacional sobre a matéria são Portugal, Espanha, Ale-

mais facilmente independentemente da residência ou do local onde o crime é praticado.

A polícia portuguesa passaria assim a poder realizar operações com base num mandato passado, por exemplo, por um juiz espanhol.

comuns de segurança, tendo decidido criar um grupo *ad hoc*, co-presidido pela Comissão Europeia e pela Presidência do Conselho, para examinar as necessidades de coordenação e de cooperação no seio dos Quinze e tomar iniciativas legislativas que garantam a sua aplicação efectiva e uniforme.

A UE pretende ainda que harmonizar a regulamentação comunitária com as disposições norte-americanas, de modo a evitar que as companhias aéreas europeias estejam sujeitas a diferentes tipos de regulamentação.

O primeiro relatório deste grupo deve ser apresentado ao Conselho de Ministros dos Transportes da UE em 15 de Outubro e deverá permitir avançar com medidas de segurança concretas de aplicação obrigatória por parte dos estados-membros.

Os Quinze decidiram ainda levar uma posição conjunta à próxima Assembleia Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), que se realiza terça-feira da próxima semana em Montreal (Canadá).

# NÃO à guerra

# Não

# ao terrorismo!

# Sim à paz

# e ao desenvolvimento!

No centro das atenções e da agenda do Parlamento Europeu, nestes dias após o inadmissível ataque terrorista nos EUA, estão as posições a tomar e as possíveis consequências nos vários planos, designadamente militar, económico e financeiro. Se bem que as opiniões diverjam em muitos pontos, o que, naturalmente, resulta das posições político-ideológicas de cada deputado, há, no entanto, dois aspectos em que, pelo menos aparentemente, parece existir grande convergência, e que importa sublinhar: a condenação sem quaisquer ambiguidades dos atentados terroristas e a preocupação com medidas de retaliação e intervenções militares que possam agravar a espiral de violência, atingir

concertação de posições para impedir o agravamento da espiral de violência que se vive, este é um deles. A arrogância de quem julgava ter todas as condições de segurança e defesa para impedir qualquer tipo de ataque terrorista como aquele que se viveu a semana passada, tem de dar lugar ao diálogo democrático e à procura de concertação nos órgãos políticos mundiais que os EUA há muito desprezam, como é o caso da ONU, onde nem sequer se dignam pagar as quotas. Como dizia Francisco Moita Flores num lúcido artigo publicado a 17 de Setembro, no DN: «Agora que se contam os cadáveres entre os escumbros, o velho poder americano voltou à velha tradição. Prepara a guerra fora de fronteiras. Crescer para a desforra num vento de loucura em que arrasta a NATO e aliados sem espinha direita para enfrentar os falcões e explicar-lhes que os crimes não se resolvem com guerras.»

Que é urgente combater o terrorismo, prender e julgar os criminosos responsáveis por tais actos de selvajaria, creio que todos estamos de acordo. Mas não é aceitável que enveredem por novos actos de guerra, por bombardeamentos ou ataques a países e populações indefesas, fazendo mais vítimas inocentes, só porque se suspeita que aí haja árabes terroristas, alguns dos quais foram os próprios EUA que ensinaram, equiparam e financiaram, para vingar orgulhos feridos ou, então, tentar restabelecer a confiança em quem claramente a não merece, porque falhou rotundamente na sua política dita de prevenção: a CIA e o FBI. Importa igualmente, mais do que nunca, como há duas semanas o Comissário Patten referia no debate no Parlamento Europeu sobre o Médio Oriente, que a condenação clara dos actos terroristas que estavam a ser praticados em Israel, não podia fazer esquecer que, quando se condena um povo à fome e à miséria e se lhe nega os mais elementares direitos, como Israel está a fazer com a Palestina e o povo palestino, a injustiça pode levar a acções desesperadas e extremistas.

É, pois, essencial, neste momento, não apenas condenar o terrorismo como apelar à concertação de esforços para que haja uma solução política de problemas e conflitos que contribuem para a actual tensão internacional, com destaque para a resolução justa do problema da Palestina e do reconhecimento dos direitos do seu povo, da luta contra a pobreza, as discriminações e desigualdades de que continua a ser vítima a maioria da humanidade, que também tem direito à paz e ao desenvolvimento.

também vítimas inocentes e servir de pretexto a novos atentados terroristas. No entanto, o mais provável é que a maioria dos deputados, como, aliás, fez de imediato a Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu, vá aproveitar para sublinhar a necessidade de avançar mais rapidamente na implementação de medidas que têm vindo a ser decididas no âmbito da revisão dos Tratados, designadamente em Amesterdão e em Nice: o aprofundamento do federalismo, considerando que «o debate sobre a soberania nacional está ultrapassado»; a concretização da Política Europeia de Segurança Comum e a dotação dos meios eficazes, para fazer face a agressões de todo o tipo; a intensificação das «acções euro-atlânticas concertadas e comuns para todo o mundo», incluindo uma sugestão para que a Rússia integre a NATO. Exactamente o caminho mais perigoso na actual situação.

## Abrir o diálogo

Se há momentos em que é essencial a ponderação, o bom senso, a

## Acelerar a defesa

Logo no dia seguinte aos atentados nos EUA, a presidente do Parlamento Europeu pediu a realização de um Conselho Europeu extraordinário para discutir a criação de uma Europa de Defesa.

No discurso de abertura da reunião extraordinária da conferência de presidentes dos grupos políticos, Nicole Fontaine afirmou «a necessidade absoluta de concretizar, o mais rapidamente possível, uma Europa da defesa e uma política externa e de segurança realmente comum».

«A hora é de agir determinadamente e estou convencida de que, no que diz respeito à União Europeia (UE), se impõem decisões urgentes», considerou sublinhando que a União Europeia «não será credível se não se dotar de uma política comum contra o terrorismo».

## Segurança reforçada

Os ministros dos Transportes da União Europeia concordaram em adoptar medidas

Encerramento e deslocação de empresas na Marinha Grande ameaçam de novo os trabalhadores

## Luta não parou!

**O risco de encerramento e/ou deslocalização de empresas está a lançar a inquietação entre os trabalhadores vidreiros do sector da cristalaria da Marinha Grande, de novo confrontados com salários em atraso.**

A afirmação pertence ao Gabinete de Imprensa do PCP, para quem o Governo — «parte principal no processo de acompanhamento à viabilização desta indústria através da injeção de milhões de contos» — tem «particulares responsabilidades na situação criada ao não promover o necessário acompanhamento económico».

De facto, ao dar primazia ao «marketing», ignorando os trabalhadores e a resposta sustentada às reais necessidades do sector, «o desfecho está à vis-

ta». Aliás, diz o PCP, o Governo seguiu também aqui «o princípio de que em tempo de vacas gordas privatizam-se os lucros e em tempo de vacas magras socializam-se os prejuízos».

**O Governo tem responsabilidades particulares na situação criada**

No dia 5, os trabalhadores vidreiros das empresas Mandata e J. Mortensen deslocaram-se a Lisboa, concentrando-se frente ao Ministério da Economia, onde foram recebidos por um membro do Gabinete do ministro que se limitou a repetir posições no sentido da desresponsa-

bilização do Governo.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP, Vicente Merendas, deputado, e João Barros, candidato da CDU à Câmara Municipal da Marinha Grande, estiveram presentes, manifestando a sua solidariedade aos trabalhadores e prometendo continuar a exigir do Governo medidas no sentido da revitalização das empresas e defesa dos direitos dos trabalhadores.

### Luta apenas suspensa

Entretanto, na quinta-feira passada, os trabalhadores da J. Mortensen bloquearam a entrada da empresa, impedindo a saída de produto acabado e exigindo o pagamento de dois meses de salário e o subsídio de férias em atraso. Em reunião com o governador civil de Leiria, os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira recusando a proposta de venda do stock da fábrica para pagamento de



Trabalhadores da J. Mortensen exigem pagamento de salários em atraso

salários, considerando que o seu resultado não dá para pagar um mês de ordenado em dívida.

Por sua vez, entre as 11.30 e as 17.00 horas do mesmo dia, os trabalhadores da vidreira Mandata cortaram a Estrada Nacional 242, na zona da Amieirinha, reclamando uma intervenção do Estado na empresa, que não garante os salários

deste mês. Em plenário realizado de manhã, os trabalhadores exigiram ao IAPMEI um investimento de cerca de 300 mil contos na empresa, verba acordada no final do ano passado quando do processo de recuperação da empresa.

Segundo a Agência Lusa, Etelvina Rosa, dirigente do Sindicato dos vidreiros, considera que o Estado deve cum-

prir as suas promessas para viabilizar esta empresa já que tem «uma dívida moral perante os vidreiros da Mandata, que nasceu a partir da falência da Manuel Pereira Roldão». Ainda segundo esta dirigente, os trabalhadores voltam ao trabalho mas poderão ocorrer «mais acções de luta nos próximos dias se entretanto não for encontrada uma solução».

## Homenagem a Raul Castro

Pela sua disponibilidade generosa e intervenção solidária em defesa das conquistas de Abril e pelos valores humanistas de que é um lutador inconformado, Raul Castro personifica, pela altura do seu 80.º aniversário, um exemplo de integridade e coerência na luta contra o fascismo e pela construção da democracia.

É na sequência do reconhecimento das suas qualidades como homem, amigo e companheiro de muitas lutas que, no dia 28 de Setembro, para assinalar o seu 80.º aniversário, se realizará um jantar em sua homenagem (Grande Hotel do Porto, 19h30m).

Integram a Comissão Organizadora deste evento unitário: Álvaro Guimarães Dias, Armando Gomes de Sá, César Príncipe, Jorge Sarabando, José Cruz Santos, José Viale Moutinho, Luís Carvalho, Manuel Ramos, Marisa Azevedo.

As inscrições para o Jantar de Homenagem podem ser feitas, até dia 26 de Setembro, na Cooperativa Árvore, na Livraria Modo de Ler ou através do telefone 226095651.

## Carlos Carvalhas em Palmela

Carlos Carvalhas visitou, há dias, a Festa das Vindimas, em Palmela, uma deslocação que se tornou já tradição neste certame onde se celebra anualmente o fim das colheitas e a chegada do vinho novo.

O Secretário-geral do PCP percorreu a Festa acompanhado pelo Presidente da Câmara, Carlos de Sousa, cabeça de lista da CDU nas próximas autárquicas à Câmara de Setúbal, por Ana Teresa Vicente,

actual vice-presidente do município palmelense e candidata à presidência da Câmara de Palmela, e por Vitor Borrego, presidente da Assembleia Municipal e de novo candidato ao cargo. Presentes estiveram ainda outros eleitos e candidatos da CDU e dirigentes locais e regionais do PCP.

Durante a visita, Carvalhas teve oportunidade de falar com os produtores de vinho da região, com dirigentes das

colectividades da vila e outros expositores presentes no certame. Esta deslocação permitiu ainda o encontro com os presidentes dos municípios da Cidade da Praia e de S. Filipe (Cabo Verde) e com autarcas de Javea (Espanha), com os quais a Câmara Municipal de Palmela mantém acordos de geminação e relações de cooperação.

A visita, que começou com um brinde de moscatel no

pavilhão da CDU, incluiu também uma passagem pela Casa Mãe da Rota dos Vinhos, um espaço de promoção vinícola que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Palmela, a Região de Turismo da Costa Azul e os produtores de vinho do concelho. Carlos Carvalhas pôde ainda apreciar peças antigas, ligadas à produção do vinho e à agricultura, que farão parte do futuro Museu da Vinha e do Vinho.

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Joaquim Manuel da Conceição Simões

Faleceu, no passado dia 15, com 57 anos, o camarada Joaquim Manuel da Conceição Simões. Militante comunista convicto desde 1976, sempre desempenhou com enorme dedicação as tarefas que o Partido lhe atribuía. Fez parte da Comissão Concelhia de Loures do PCP nos anos 80. Funcionário do Partido há cerca de quinze anos, estava ultimamente a trabalhar no apoio central do CT Soeiro Pereira Gomes.

#### Domingos António

Faleceu, no passado dia 9, com 77 anos de idade, o camarada Domingos António. O camarada estava organizado na freguesia de Vialonga.

#### Fernando Gracioso Fernandes

Faleceu, recentemente, vítima de doença prolongada, o camarada Fernando Gracioso Fernandes. Camarada muito dedicado, militava na organização da Freguesia de Corroios.

#### Isidro Duarte Guerreiro

Vítima de doença prolongada, faleceu, com 74 anos, o camarada Isidro Duarte Guerreiro, operário da construção civil, natural de Monchique e residente em Portimão. Com ligações ao Partido antes do 25 de Abril, filiou-se em 1974. Foi membro da Comissão Concelhia de Portimão do PCP e desempenhou tarefas na direcção do Sindicato da Construção Civil do Algarve.

#### João Saraiva Curto

Faleceu, com 80 anos, o camarada João Saraiva Curto, solicitador. Foi correspondente do jornal «República». Inscrito no Partido logo após o 25 de Abril, o camarada participava, contudo, desde muito antes em actividades onde o Partido estava empenhado, incluindo na distribuição do Avante!. A sua casa foi ponto de apoio a muitos funcionários do Partido. Por sua expressa vontade, o seu caixão foi coberto com a bandeira do PCP.

#### João Roldão

Faleceu, no passado dia 3, com 79 anos de idade, o camarada João Roldão. O camarada estava organizado na freguesia da Ameixoeira.

#### José Garret

Faleceu, no dia 2 de Setembro, com 61 anos, o camarada José Garret, arquitecto, natural do Porto. Democrata politicamente empenhado, desde muito cedo desempenhou um papel activo nas lutas pela liberdade e pela democracia, radicando-se no Alentejo no final dos anos 70. Licenciou-se em escultura e arquitectura no ESBAP. Foi professor e arquitecto. Em 1979 entrou como arquitecto para a Câmara Municipal de Évora, onde permaneceu até 1984, ano em que se transferiu para a Câmara de Montemor-o-Novo onde trabalhou até 1997, mantendo-se, porém, até 2000, a colaborar com a autarquia. Enquanto chefe de Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo elaborou inúmeros trabalhos de significativo relevo. Foi também coordenador dos trabalhos do Planeamento Urbanístico de Montemor. Produziu escultura e desenho, tendo exposto em Évora, Serpa, Montemor-o-Novo e Porto, entre outras localidades. Foi membro convidado da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património da Câmara de Évora. Na sua despedida fúnebre, o presidente da CM de Montemor-o-Novo, Carlos Pinto de Sá, lembrou que quando José Garret veio para o Alentejo «trazia já consigo o fino sentido da liberdade, a insaciável sede de justiça social, a espinha recta dos homens que não estão à venda».

#### Maria de Jesus Santos

Faleceu, no dia 12 de Setembro, com 84 anos, a camarada Maria de Jesus Santos (Quita), natural de Torres Vedras. Foi cozinheira e participou em diversas iniciativas do Partido, incluindo a Festa do Avante, durante vários anos.

#### Norberto Barradas

Após doença prolongada, faleceu, com 81 anos, o camarada Norberto Barradas. Natural de Ermidas Sado, membro do Partido desde 1945 e seu funcionário na clandestinidade, o camarada pertenceu à Comissão Concelhia de Sines e era actualmente membro da Comissão de Ermidas Sado. Dedicado e voluntarioso na luta da classe operária, ele e seus pais prestaram valiosos serviços durante o período da clandestinidade.

Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Agenda do PCP

### Debate

Serviços Públicos de qualidade:

**Importância social e exigência de intervenção popular**

Dia 26 de Setembro, 4.ª feira, às 18h00, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa. Com a participação de Francisco Lopes, Catarina Morais, Júlio Filipe e Valdemar Santos.

Encerramento com **Carlos Carvalhas**

#### LISBOA

**Dia 25, terça-feira, às 21h00 - Reunião do SAPAD**, no CT Vitória, em Lisboa, com a seguinte OT: Informações; Balanço da Festa do Avante; Actividade do sector.

**Dia 27, quinta-feira, às 18h30 - Reunião do Sector de Cinema da ORL**, no CT Vitória, com a seguinte OT: Informações; Balanço da Festa do Avante; Actividade do Partido.

**Dia 27, quinta-feira - Jantar de confraternização dos participantes do Bar do Mirante do**

**SCAE (ex-sector Público)** na Festa do Avante, com a presença de Dias Coelho, membro do Comité Central.

#### STA. IRIA DE AZOIA

**Dia 22, sábado, às 16h00 - Plenário de militantes**, aberto a amigos, no Centro de Trabalho, para balanço da Festa do Avante e perspectivas para as eleições autárquicas.

#### VIALONGA

**Dia 22, sábado, às 15h00 - Plenário de militantes**, no Centro de Trab. do PCP, com Jorge Cadima.

### Descida no Rio Douro 22 e 23 de Setembro

Promovido pela Célula dos Trabalhadores da Autarquia de Almada do PCP

Preço: 32.000\$00/adulto - 6000\$00/criança dos 3 aos 12 anos  
Pagamento: 5000\$00 no acto de inscrição, o restante em pagamentos mensais. Incluídas todas as refeições, com excepção de pequeno almoço de sábado e jantar de domingo.

Itinerário: Dia 22, sábado, concentração, na Praça S. João Baptista, Almada, às 6h45, em direcção à Régua, com paragem em S. Pedro do Sul para almoço. Na Régua, estadia em regime de meia pensão (jantar e pequeno almoço). Dia 23, domingo, embarque às 08h45 no Cais da Régua, com chegada ao Cais de Vila Nova de Gaia às 18h00. Regresso pela auto-estrada do Norte.

## COIMBRA Manobras e desatinos

Os responsáveis autárquicos do PS em Coimbra devem, «pelo menos, manter a dignidade no momento da saída», diz a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, exigindo a reposição da normalidade democrática na vida das autarquias do Concelho.

Indignados com alguns dos comportamentos e práticas daqueles autarcas, os comunistas referem o caso da aquisição de candidatos para as listas do PS a troco de subsídios camarários de última hora a colectividades e IPSS's - S. João do Campo, Trouxemil, Souselas e Almalaguês; a alteração do calendário de obras por meras conveniências eleitorais; e o «comportamento manobrista» dos vereadores do PS na reunião de Câmara de dia 10, ao tentarem fazer passar como aprovado por toda a Câmara um despacho pessoal do presidente que atribui 26 mil contos aos Encontros Mágicos, comportamento seguido de insultos que significam a transposição para o Executivo do desatino destes vereadores, resultante da falta de influência que sentem estar a crescer.

## PONTE DE SOR CNE dá razão ao PCP

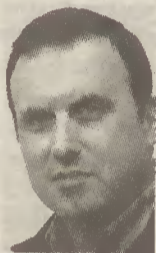
O presidente da Comissão Nacional de Eleições veio dar razão à queixa apresentada pelo PCP contra a retirada ilegal de propaganda sua pela Câmara de Ponte de Sor e o seu presidente. No texto, que corresponde aos pontos de vista do PCP, afirma-se que «a afixação de mensagens de propaganda em lugares ou espaços públicos, seja qual for o meio utilizado, é livre no sentido de não depender da obtenção de licença camarária, salvo quando o meio utilizado exigir obras de construção civil...», sendo que sempre que essa afixação ocorra em violação de disposições legais, «mesmo assim, não podem os órgãos executivos autárquicos mandar remover esse material de propaganda sem primeiro notificar e ouvir as forças partidárias envolvidas». A Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP, entendendo, assim, estar-se perante mais um «atentado contra a liberdade de expressão» da Câmara PS, considera que «é tempo de mudança» no concelho e apela ao voto na CDU nas próximas eleições autárquicas.

## AÇORES 25 anos de democracia

Ao completarem-se 25 anos sobre o dia em que pela primeira vez reuniu a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, José Decq Mota, lembrou o facto de as maiorias e os governos regionais, ao longo destes anos, terem muitas vezes privilegiado o poder administrativo e governativo em detrimento do papel político, legislativo e de fiscalização da Assembleia, procurando, desta forma, «manter ou acrescentar apoios imediatos», mas diminuindo sempre as potencialidades do sistema económico. Para que o Sistema Autónómico cumpra a sua razão de existência, Decq Mota defendeu, assim, o direito de produzir de acordo com as aptidões naturais e humanas da região e a necessidade de as regras e os quadros jurídicos de enquadramento dos sectores económicos e sociais corresponderem às suas especificidades, impondo-se, por outro lado, a clarificação dos poderes legislativos regionais.

# Uma acrescida exigência de acção

**O**s atentados terroristas ocorridos nos EUA, claramente condenados pelo PCP, têm marcado os últimos dias. Esses acontecimentos aumentam os perigos da actual situação internacional, com novos passos numa espiral de violência, em que o imperialismo norte-americano aproveitando o impacto dos atentados tudo fará, não tanto para punir os responsáveis – questão que em qualquer caso deve merecer a acção da ONU e não uma intervenção unilateral de um Estado ou conjunto de estados – mas para consolidar a sua hegemonia e domínio mundial, numa escalada intervencionista e de pressão sobre direitos e liberdades fundamentais.



Francisco Lopes  
Membro  
da Comissão  
Política

Perigos com reflexos para Portugal, que aumentam com a sua integração nessa estratégia de agravamento da paz mundial, à semelhança do que já sucedeu no passado designadamente com a agressão à Jugoslávia.

A evolução da situação internacional, com os seus reflexos no país, exige mais iniciativa na acção política e ideológica, para a compreensão das causas da actual situação, para o reforço das acções de solidariedade internacionalista, para o desenvolvimento da luta pela paz, para a afirmação da luta no território nacional associada a uma cooperação mais forte dos partidos comunistas, e a um estreitamento das relações entre as forças revolucionárias e progressistas.

No entanto, a situação internacional, a pressão das doses massivas de propaganda em torno dos últimos acontecimentos e as respostas que comportam não podem servir de biombo para esconder a actual situação nacional e desviar

as atenções da luta que é indispensável dinamizar em torno das questões nacionais e dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e pelo povo português, sempre inserida numa perspectiva mais ampla.

A política de direita e de abdicação nacional está a criar graves problemas e grandes interrogações quanto ao futuro. A destruição do aparelho produtivo e o aumento da dependência do exterior, o processo de privatizações que volatiliza os interesses nacionais reforçando o poder das multinacionais e dos grupos económicos e financeiros, a degradação do poder de compra com os trabalhadores e reformados portugueses na cauda da União Europeia quanto aos salários e pensões, a par do aumento dos lucros do grande capital, são algumas das consequências gritantes de uma política que está a agravar a exploração dos trabalhadores, a aumentar as desigualdades e injustiças sociais e a comprometer o futuro do país.

A resposta do Governo PS a esta situação, prosseguindo uma política viabilizada ao longo dos anos pelo PSD e pelo CDS-PP, é insistir na política que tem vindo a praticar, com mais privatizações e novas quebras de poder de compra e, se dúvidas houvesse, aí estão as 50 medidas

que anunciou com incidência no próximo orçamento de Estado a comprová-lo uma vez mais.

## Lutar e resistir

A questão que se coloca não é naturalmente ser cúmplice ou colaborar de uma forma ou de outra com a aplicação da política de direita, o que mais do que nunca se impõe face à situação a que o país chegou é a luta de resistência contra essa política pela melhoria das condições de vida e de trabalho, é a ruptura com a política de direita e a sua substituição, demore o tempo que demorar, por uma política de esquerda.

Essa é a opção necessária e que coloca acrescidas exigências à acção dos comunistas.

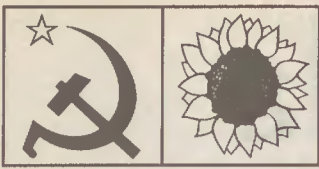
Saído da Festa do Avante, incomparável realização política e cultural que não pára de nos surpreender, o PCP está a levar a cabo uma multifacetada intervenção.

Na Festa do Avante foi lançada a campanha nacional, «Cem mil por salários mais justos, mais qualidade de vida», que já se iniciou associada ao desenvolvimento das lutas de massas dos trabalhadores, dos reformados e de outros sectores sociais; o Grupo Parlamentar na Assembleia da República está a avançar com importantes iniciativas, entre as quais se destaca o projecto sobre a área de regadio do Alqueva. Tudo isto enquanto se intervém na preparação das listas para as eleições autárquicas de 16 de Dezembro, de modo a consolidar e alargar a representação da CDU no poder local ao serviço das populações.

A concretização destas importantes tarefas políticas exige uma forte resposta dos militantes e da organização partidária e propicia a adopção de medidas para o reforço orgânico. Medidas necessárias para dar mais força e mais influência ao PCP, condição decisiva, neste tempo de incerteza em que vivemos, para prosseguir com confiança a luta, que vale a pena, por um Portugal e um mundo mais justos.

“A resposta do Governo PS a esta situação é insistir na mesma política”





CDU

## apresenta candidatos

com a presença do secretário-geral do PCP

### Marinha Grande

#### Festa-convívio da CDU

Domingo, 23 de Setembro, a partir das 9 horas, no Parque das Merendas da Portela.

Às 16.30 horas,

intervenção política com **Carlos Carvalhas**.

### Coruche

#### Visita do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, ao concelho

Hoje, a partir das 11.30 horas, no Museu Municipal.

### Cartaxo

#### Apresentação pública

#### dos candidatos aos órgãos municipais

Dia 21, às 21 horas, no Auditório Municipal da Quinta das Pratas.

### Estarreja

#### Jantar de apresentação

#### dos candidatos aos órgãos municipais

Sábado, 22 de Setembro, às 20 horas, na Marisqueira Tropical, com a presença de **Armando Miranda**.

### Esposende

#### Jantar de apresentação pública

#### dos candidatos aos órgãos municipais

Dia 28, às 20.30 horas, no restaurante Carioca, em Belinho, Esposende com a presença de **Agostinho Lopes**.

### Vila Franca de Xira

#### Festa CDU

#### Apresentação das equipas municipais e dos cabeças de lista às freguesias

Dia 22, às 21 horas, na Av. Pedro Victor.

### Sobralinho

#### Apresentação da equipa à Assembleia de Freguesia

Dia 21, às 21 horas, no Largo da Cruz.

### Calhandriz

#### Apresentação da equipa à Assembleia de Freguesia

Dia 22, às 17 horas, no salão da Junta de Freguesia.

### Cachoeira

#### Apresentação da equipa à Assembleia de Freguesia

Dia 23, às 16 horas, no alpendre da Escola.

### Lisboa

#### Apresentação dos candidatos do PCP e visita à freguesia de São João

Dia 22, às 10 horas, na Avenida Paiva Couceiro, com almoço às 13 no clube «o Varejense».

Participação de **António Abreu**.

### Oeiras

#### Almoço de apresentação dos candidatos à Assembleia de Freguesia de Paço d'Arcos

Dia 23, às 13, no Jardim de Paço d'Arcos, com **Odete Santos** e **Arnaldo Pereira**.

#### Apresentação dos candidatos à freguesia de Oeiras

Dia 22, às 18 horas, no Parque Municipal de Oeiras, com **Francisco Lopes**.

### Panóias

#### Apresentação do cabeça de lista à freguesia

Dia 22, na sede do PCP, a partir das 10 horas, com almoço às 13.

Participam **Alexandre Rodrigues** e **José Rosa Soeiro**.



### Alpiarça

– Plenário de militantes para discussão das listas da CDU

Dia 22, no CT do PCP.

### Matosinhos

– Reunião de activistas e apoiantes da CDU na freguesia da Senhora da Hora

Dia 21, às 21.30 horas, na escola secundária do Padrão da Légua.

### Algés

– Debate público sobre a Orla Ribeirinha

Hoje, às 21 horas, no Auditório Municipal Amélia Rey Colaço, com a presença de **Arnaldo Pereira**, **Isabel Castro** e **Jorge Cordeiro**.

### São João da Madeira

– Torneio de Futebol da Juventude CDU

Dia 22, às 16 horas, no Bairro de Fundo de Vila.

Candidato da CDU à presidência da Câmara do Porto prossegue visitas

# Perto dos problemas

A CDU esteve com as famílias prejudicadas pelas obras do Metro e com os municipais que, em plena madrugada, se procuravam inscrever para assistir às reuniões de Câmara.

Rui Sá, candidato da CDU à presidência da Câmara do Porto, propôs, no passado domingo, a realização de um acordo entre a autarquia e a empresa «Metro do Porto» com vista ao realojamento de famílias afectadas pela obras do metropolitano. Esta proposta do candidato, que é também vereador da autarquia, foi feita numa visita realizada ao Bonfim – englobada no que chama de «Estilo CDU», que já o levou a visitar uma série de

realidades das populações do concelho, sobretudo as mais desprotegidas – onde muitos prédios continuam a ameaçar ruir no seguimento das obras do metropolitano.

### É prática da CDU levar às reuniões de Câmara as queixas dos municipais

No local, Rui Sá lembrou o caso da família, constituída por um casal com dois filhos, que vive há mais de um mês num hotel da cidade, sem que lhes tenha sido dado um prazo para regressar à sua casa, localizada na zona do Campo 24 de Agosto, onde está a ser

construída a estação de metro: «Mediante contrapartidas financeiras asseguradas pela empresa «Metro do Porto», a Câmara deveria realojar esta família», defendeu o candidato.

### Ouvir e resolver

Como habitualmente faz após as visitas, também neste caso o candidato vai levar à reunião de Câmara a proposta de realização de um acordo entre as partes envolvidas com o objectivo de tornar uma realidade o realojamento desta e de outras famílias desalojadas devido às obras em curso.

Nesta visita, o vereador ouviu também as reclamações dos comerciantes da

zona, que confessaram estar a ser «muito prejudicados» pelas obras.

No dia seguinte, o candidato da CDU esteve, durante a madrugada, à porta da Câmara do Porto, acompanhando as cerca de quarenta pessoas que aí se encontravam para se inscreverem para assistirem e participarem na próxima sessão pública da reunião de Câmara, a realizar na terça-feira, dia 25. É que, na Câmara do Porto, apenas 28 municipais podem assistir a cada sessão da reunião, mediante inscrição com uma semana de antecedência e com a declaração do motivo pelo qual se deseja assistir à reunião – motivo esse que se prende, na maioria dos casos, com questões ligadas à habitação.

## Castelo Branco

# Mais do que marketing

Em Castelo Branco, na passada segunda-feira, a CDU apresentou os seus primeiros candidatos aos órgãos municipais do concelho. Foi ao ar livre, numa rua do concelho beirão, que as várias dezenas de apoiantes ficaram a conhecer os nomes dos candidatos apresentados: Vladimiro Vale para a Câmara e Ana Maria Leitão para a Assembleia. Professora e dirigente do Sindicato de Professores da Região Centro, de 34 anos, Ana Maria focou na sua intervenção a defesa intransigente que a CDU faz da «participação das populações nas decisões da gestão e da vida municipal», sendo necessário criar espaços que permitam aos albiacastrenses uma participação efectiva.

Por sua vez, o candidato à Câmara tem 27 anos e é engenheiro de produção animal. Natural de Castelo Branco, foi já candidato em várias ocasiões: à Assembleia da República em 1995 e 1999 e à Assembleia Municipal em 1997. Vladimiro tomou a palavra para destacar a falta que fazem vereadores da CDU na autarquia albiacastrense. O PS tem maioria absoluta – 7 membros no executivo – e os dois vereadores do PSD pautam-se por uma prestação «apagada e permissiva». Para além disto, a gestão socialista foi marcada por um marketing constante, quer se tratem de obras quer de anteprojectos ou «candidatos a anteprojectos». Isto leva a que tivessem havido «planos de ordenamento da barragem da Marateca anunciados três

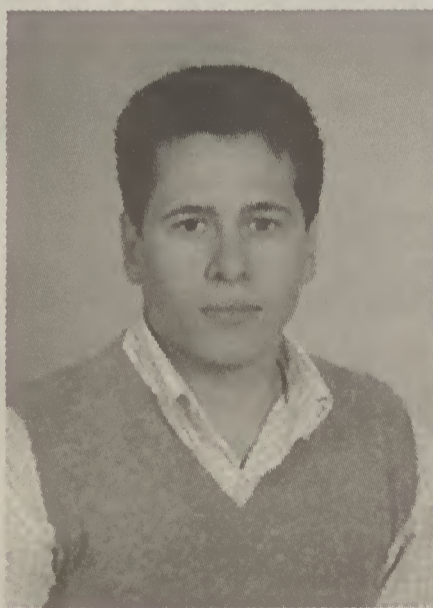
vezes sem haver avanço no terreno», ou «planos de estádios de futebol para o Euro 2004, com direito a primeira página nos jornais do ano 2000, e que, afinal, nem sequer fazem parte das propostas apresentadas recentemente à Federação Portuguesa de Futebol».

Mas, para lá da propaganda municipal, questiona o jovem candidato, a obra não está lá, desafiando os que o escutavam a tentar encontrar as circulares internas e o hospital, o centro de transportes ou as zonas verdes, tudo promessas eleitorais. Mas há mais: a habitação social e os pólos industriais de Cebolais/Relaxo e de Alcains – fundamentais para impedir a desertificação destas freguesias – também não passaram de promessas.

## Póvoa do Varzim

# Prioridade à juventude

A CDU já tem candidato na Póvoa do Varzim. Chama-se Jorge Machado e é um dos jovens do concelho, que acredita representarem cerca de 40 por cento dos municipais. Apresentado no passado sábado, o candidato considerou que tão significativa fatia da população «merece representatividade no próximo executivo camarário e merece um jovem que partilhe com eles os seus problemas, as suas perspectivas do que é o concelho e o seu futuro», afirmando-se disposto a imprimir uma



Jorge Machado

dinâmica de juventude na Câmara Municipal, «que se repercute em todas as gerações».

Esta aposta na juventude é tão mais necessária quanto mais se revela o esmorecimento da actividade municipal. «A Câmara perdeu

força, ritmo e capacidade de inovação, começam a sentir-se os primeiros sinais de abuso de poder e as prioridades políticas têm de ser revistas», disse o candidato que destacou, ainda, a importância dos problemas sociais.

Como grandes objectivos, Jorge Machado apontou o ordenamento do território, avançando com a plano de menor para Aver-o-Mar e fiscalizando o rigoroso cumprimento do PDM em vigor; como grande prioridade política, o saneamento

básico e o respectivo tratamento de águas residuais; uma atenção crescente para os problemas sociais existentes e uma política de juventude que vá ao encontro das reais aspirações dos jovens da terra.

## Évora Passe social a 1500 escudos

A Câmara Municipal de Évora colocou recentemente à disposição dos jovens e idosos do concelho o novo passe social, no valor de 1500 escudos, destinado a residentes com menos de 25 anos e com mais de 65. A autarquia justifica esta medida pela grande apetência destes estratos sociais para o uso do transporte público e afirma que ela se insere no quadro da actualização de valores das tarifas praticadas pela empresa municipal, que gere os transportes, que, inclusivamente, aboliu as duas zonas, transformando-as apenas numa única.

A autarquia considera que procurou ajustar, com sentido social, as tarifas praticadas nos Transportes Colectivos Urbanos, respondendo aos naturais anseios de uma fatia significativa de utilizadores das carreiras e que, ao criar uma zona única, está a reduzir também os encargos, pois um só bilhete serve para a circulação numa das 19 carreiras existentes.

Igualmente no quadro do incentivo ao uso do transporte público, foi lançado um concurso entre todos os utentes que adquiriram, ou venham a adquirir até dia 24, o novo passe social ou normal, ou ainda duas carteiras de bilhetes pré-comprados. Os prémios variam entre viagens a Angra do Heroísmo, um cabaz de compras, bicicletas e a oferta de passes anuais e para os meses de Outubro, Novembro e Dezembro.

## Resíduos foram queimados em Alhandra

# Suspeitas confirmadas

A CDU acusa a presidente da autarquia de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, de ter admitido a queima de resíduos na Cimpor de Alhandra e alerta para a possibilidade de, nesta localidade, se poder vir a queimar resíduos perigosos.

A acusação foi feita numa conferência de imprensa da coordenadora da CDU de Vila Franca de Xira, realizada no passado dia 13 em Alhandra, e que tinha como objetivo a apresentação das opiniões da coligação sobre assuntos de grande

importância para a freguesia, nomeadamente, e para além desta questão, o problema da localização do pelourinho – colocado pela autarquia em sítio diferente do decidido pela Assembleia de Freguesia e a escassos três metros de um estabelecimento de restauração – e da expansão do cemitério.

Da conferência de imprensa – que contou com a presença do candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal, José Neves, e de dois candidatos à freguesia de Alhandra,

Mário Rui Mateus e Florentino de Carvalho – ficou expresso o alerta à população, pela voz de Mário Rui, para que se mobilize perante a possibilidade de Alhandra vir a ser uma segunda escolha para serem queimados os Resíduos Industriais Perigo-

sos, situação que começa a tomar corpo, lembrando o orador as declarações da presidente da autarquia a um jornal de referência no passado dia 23 de Agosto, onde assumiu que em Alhandra já foram queimados resíduos não perigosos, assumindo que isso possa voltar a acontecer. A CDU considera que estas afirmações apenas vieram confirmar o que há muito se suspeitava, visto a população já ter notado a existência de maus cheiros e muitas poeiras em suspensão.



A confissão da presidente sobre queima de resíduos na Cimpor de Alhandra só veio confirmar as suspeitas deixadas pelos maus cheiros

Mário Rui Mateus continuou os seus alertas, desta vez voltados para a fiscalização ao cumprimento da legislação, que considera ineficaz, quer no que respeita à deposição, transporte e queima de resíduos quer no que concerne à colocação de filtros de manga nas chaminés da Cimpor, pelo que a queima «segura» de resíduos no futuro não pode ser assegurada. «Quem nos garante que os

resíduos não são perigosos? Onde estão inventariados e quantificados os diversos níveis de resíduos?», questionou, ainda, Mário Rui Mateus.

### São sempre perigosos

Os resíduos, quando queimados, são sempre perigosos: esta é a análise da CDU – expressa na conferência de

imprensa e no comunicado à população editado posteriormente. Esta análise baseia-se na convicção, expressa no documento, que a «adequada separação na origem e o tratamento dos resíduos nas empresas, bem como as que fazem a sua recolha para tratamento final, ainda não estão devidamente equipadas com novas tecnologias que garantam padrões de qualidade ambiental, para uma adequa-

da protecção e preservação do ambiente, isto é, reforçado pelo próprio Ministério do Ambiente», o que significa que «o que as empresas que-rem é livrar-se dos resíduos que produzem».

As acusações feitas à autarca socialista não se ficariam por aqui, com a CDU a denunciar que «manter a necessidade de tratar os resíduos desta forma é uma demonstração inequívoca de seguir as orientações políticas do Governo acerca das questões ambientais, ou não fosse a presidente da Câmara dirigente do PS». Para além de seguidismo ao executivo, a estrutura local da CDU considera ainda que esta opção – sobretudo depois do Governo do PS ter assinado a Convenção Internacional de Estocolmo, onde se desaconselha esta forma de eliminação de resíduos – apenas serve para «defender os interesses dos grupos económicos, que visam sobretudo o aumento da riqueza dos seus accionistas, em detrimento da melhoria do bem-estar e consequente aumento da qualidade de vida da população de Alhandra».

## Faial

# Semana da cultura da CDU

A Comissão de Eventos Culturais da CDU/Faial anunciou, em conferência de imprensa realizada no passado dia 13, a realização da segunda edição da Semana da Cultura e o respectivo programa. Luís Pereira, coordenador da 2.ª semana da cultura – que surgiu acompanhado pelos membros da Comissão Coordenadora da CDU local, António Bulcão, Miguel Ângelo e Herlinda Pamplona –, lembrou as condições em que surgiu a iniciativa, na campanha para as eleições legislativas regionais, em que um grupo de apoiantes da CDU assumiu a tarefa de organizar uma iniciativa cultural que respondesse a dois objectivos: o de «quebrar uma certa monotonia cultu-

ral existente nesta ilha e incentivar nos faialenses o gosto pela participação e intervenção em manifestações culturais cujo conteúdo pudesse contribuir para o seu enriquecimento humano, com uma perspectiva de progresso colectivo».

Respondendo ao mesmo espírito, a segunda edição «revela já uma ambição e uma dimensão maiores», ao «nível da sua organização, que congrega o empenho de um conjunto de pessoas mais alargado e abrangente e, sobretudo, ao nível do seu conteúdo».

A segunda edição desta iniciativa cultural promovida pela CDU – e que a organização considera ser «um projecto capaz de se afirmar, nos próximos anos, no qua-

dro das realizações culturais dos Açores, com claro benefício para os faialenses» – que decorrerá de 16 a 22 de Setembro nas instalações do Sporting Clube da Horta, contará com uma mostra de cinema que, segundo a organização, obedece a um «critério de qualidade, originalidade e pertinência dos trabalhos a exibir, que resulta num conjunto coerente e extremamente interessante de filmes e documentários, os quais abordam, de forma crítica e, nalguns casos, cruel, a sociedade e o mundo de hoje, marcado por uma desumanização crescente». Entre os filmes, contam-se títulos como «Capitães de Abril», de Maria de Medeiros, «O Clandestino», de Abi Feijó ou «À Procura

do Socialismo», de Alípio de Freitas.

O teatro, com a peça, de Samuel Beckett, «Fim de Partida», pela Companhia «Só nós três porquê?», de Lisboa, e a música, com o cantor de intervenção Francisco Fanhais ou o projecto Megafone 3, do vocalista dos Sitiados, João Aguardela, para além de algumas pequenas bandas locais, marcarão também presença nesta iniciativa.

Para além do cinema, do teatro e da música, também as performances estarão presentes, para além de uma feira do livro e de duas exposições de fotografia e uma outra, comemorativa do octogésimo aniversário do Partido Comunista Português.

## Alcoutim

# Faleceu candidato da CDU

«Com grande tristeza, vimos comunicar o falecimento do Dr. Álvaro Castro Fernandes, candidato da CDU à Câmara Municipal de Alcoutim», lamenta a Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, em nota de imprensa do dia 13 de Setembro. Álvaro Castro Fernandes tinha 69 anos, era economista de formação e militante do PCP há longos anos, tendo feito parte do Conselho Geral de Trabalhadores da Lisnave. Ao nível da administração local, foi chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e chefe das divisões de Património e Aprovisionamento da autarquia de Loures.

Actualmente era, para além de candidato já divulgado à presidência da Câmara Municipal de Alcoutim, de onde era natural, eleito e porta-voz da CDU na Assembleia Municipal de Torres Vedras.

Aos familiares e amigos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

## Loures

# Reconversão de bairro aprovada

A Câmara Municipal de Loures aprovou no dia 29 de Agosto a elaboração de um Plano de Pormenor com vista à reconversão, por iniciativa municipal, do Bairro da Portela de Azóia, na freguesia de Santa Iria de Azóia.

A Portela de Azóia é o maior bairro de génese ilegal do concelho de Loures em área e a população para a qual se prevê uma população de dez mil habitantes, considerando os mais de três mil fogos propostos. O Plano de Pormenor visa,

segundo informação da autarquia, em primeiro lugar, «recuperar e qualificar uma vasta área urbana que denota insuficiência de infra-estruturas urbanísticas, tanto de espaços para equipamento e zonas verdes de utilização pública, como de circulação viária e pedonal, onde se regista a necessidade de corrigir e estabelecer a hierarquização possível».

Nos objectivos do Plano está ainda a necessidade de responder à criação, a curto prazo, de um instru-

mento de gestão urbanística, que constitui um «imperativo face à grande pressão para construção particular, tendo em conta o cadastro e todo o tecido já edificado, que necessita de uma caracterização com vista a possibilitar a definição das construções que são a manter e a demolir e as soluções previstas para a realização das expectativas dos interessados, no cumprimento das restrições e servidões de utilidade pública existentes nesta área».

## Sintra

# «Fax aberto» denuncia eleitoralismo

O vereador da Câmara Municipal de Sintra e candidato da CDU à presidência da Câmara, Baptista Alves, enviou ao primeiro-ministro um «fax aberto», na sequência da visita efectuada por António Guterres ao concelho no âmbito da abertura do ano escolar.

Se, enquanto vereador, Baptista Alves afirmou não ter estado presente por compromissos profissionais – marcados por desconhecer a visita até à véspera da sua realização – enquanto candidato a sua presença significaria o sancionar de actos «de evidente expres-

são eleitoralista, à custa do erário público, encenados em torno de obras necessárias desde há anos, cuja concretização se atrasou para além do admissível e que agora se pretende de forma apressada inaugurar, se for preciso com crianças de empréstimo vestidas e embandeiradas a preceito».

Para além da ambição desmedida da presidente e candidata do PS, Edite Estrela, o vereador da CDU chamou ainda a atenção do primeiro-ministro para o estado de grande parte das escolas de Sintra, dando o exemplo da escola

básica do primeiro ciclo (escola primária) de Peno Longo, que não comporta os alunos «que a selvática ocupação urbanística permitiu, sendo obrigada a «exportar» crianças para outras escolas fora da sua área de residência».

Outra das denúncias de Baptista Alves prende-se com os gastos com a recuperação recente de oito escolas, numa altura em que «tanto esforço se anuncia na contenção da despesa pública», que faz com que, «onde se fizeram oito, poderia e deveria ter-se feito dezasseis».

## Sonuma

Em plenário hoje à tarde deverá ser estudada uma proposta de regularização e viabilização da empresa de recauchutagem de pneus Sonuma, de Figueiró dos Vinhos. Os trabalhadores exigiram segunda-feira, junto à Inspeção-Geral de Trabalho, em Leiria, o pagamento de dois meses de salários em atraso e subsídios de férias.

A administração da empresa esteve reunida com delegados sindicais na delegação do IDICT e prometeu apresentar até hoje uma proposta concreta para a recuperação da empresa e o pagamento faseado dos salários em dívida, explicou José Manuel Pereira. Este dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas (Sinqui/CGTP) adiantou à Lusa que «poderá entrar um novo parceiro na sociedade e os problemas financeiros poderão ficar resolvidos», pois as dificuldades da empresa foram agravadas pelo «mau relacionamento entre os sócios e a perda de quota no mercado nacional, devido a uma aposta falhada no mercado brasileiro». Com cerca de 70 trabalhadores, a Sonuma tem condições para sobreviver, «desde que a gestão seja feita de forma profissional», considerou.

## Molin

Os 165 trabalhadores da falida Molin vão manifestar-se em Lisboa a 2 de Outubro, se até ao dia 30 o Governo não apontar soluções concretas para a reactivação da empresa. No final de um plenário de trabalhadores, a 3 de Setembro, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte (Sinorquia/CGTP) reclamou uma reunião, «o mais urgente possível», com o Ministério da Economia, em que disse esperar «encontrar já mais clarificada a posição do Governo». Isto porque, afirmou Gonçalo Duarte à Lusa, no encontro realizado no dia 27 de Agosto, o secretário de Estado da Economia «manifestou grandes intenções do Executivo de acompanhar o processo, mas não apresentou soluções concretas». O Governo tem neste processo «responsabilidades políticas grandes, quanto mais não seja no sentido de diligenciar junto de várias entidades para que se encontre alguém credível que garanta a reactivação» da empresa, afirmou o sindicalista, salientando que «qualquer solução tem que passar também pela garantia de pagamento das indemnizações aos trabalhadores», que ascendem a cerca de 230 mil contos.

## Vitória na Brisa

Listas unitárias venceram as eleições recentemente realizadas para a Comissão de Trabalhadores da Brisa e para as subCTs. Com 62 por cento dos votos para a CT e para a mesa da Assembleia Geral de Trabalhadores, a Lista B, afecta aos sindicatos da CGTP venceu também 8 das 10 votações para as subcomissões. No total de 48 lugares, 33 foram preenchidos por trabalhadores sindicalizados no CESP e no Cesnorte.

Sindicatos da TAP reafirmam paralisação e condenam o comportamento de Fernando Pinto

# Greve por «equidade»

O Sitava/CGTP e mais dez sindicatos, incluindo estruturas filiadas na UGT, emitiram, segunda-feira, um comunicado condenando «o terrorismo psicológico do administrador-delegado» da TAP.

Os sindicatos do pessoal de terra respondem assim ao comentário que Fernando Pinto divulgou à comunicação social no dia 13, após uma reunião em que lhe foi comunicada a decisão de ir para a greve.

Os representantes dos trabalhadores recordam que, por acordo com um sindicato do pessoal de voo, em 10 de Agosto, «de forma quase secreta», a TAP passou a incluir o subsídio de disponibilidade no vencimento-base, com efeitos a Dezembro de 2000. A partir daí, reclamaram «apenas e tão-só um tratamento de equidade, conforme definido em protocolos anteriores no mesmo sentido».

«Perante a recusa de tratamento equitativo, aos sindicatos de terra só restava lutar – e assim, na última reunião (e perante a reafirmação de recusa do conselho de administração) foi entregue um pré-aviso de greve, já sugerido por muitos trabalhadores, o qual, mais uma vez, foi aproveitado não para reflexão do Eng.º Fernando Pinto

sobre os fundamentos que o sustentavam, mas para afrontamento torpe aos sindicatos e aos trabalhadores» – relata-se no documento, disponível no sítio do Sitava na Internet (www.sitava.pt).

Na altura, «face aos terríveis acontecimentos ocorridos nos EUA, no momento em que se desenrolava a reunião com o CA, e por solidariedade e respeito para com o povo americano, não demos a conhecer, quer no interior da empresa quer no

exterior, as razões do pré-aviso de greve», explicam os sindicatos, enquanto Fernando Pinto «não teve a mesma sensibilidade, conforme comprova o seu comunicado à comunicação social, divulgado na quinta-feira».

### Confiança política?

Os sindicatos responderam através de uma «carta aberta», em que repudiam o conteúdo da nota assinada pelo administrador-delegado, que não hesita em «utilizar métodos de terrorismo psicológico, de aproveita-

### A administração afronta os trabalhadores e provoca instabilidade



O pessoal de terra quer ser tratado pela administração segundo critérios aceites já para outros trabalhadores

mento dos trágicos momentos vividos pelo povo americano, para fazer a sua habitual chantagem sobre os trabalhadores de terra da TAP e confundir a opinião pública».

«A sua arrogância vai ao ponto de fazer afirmações que só ao Governo compete decidir», protestam os sindicatos, perguntando ao bem pago gestor brasileiro «quem está a citar e ao serviço de quem, quando se refere a “despedimentos em massa, reduções salariais ou uma solução do tipo de fechar a empresa hoje para abrir outra no dia seguinte”».

Questionando se, «com tais declarações o Governo português, responsável pela sua contratação para a TAP, mantém a confiança política e empresarial» em Fernando Pinto, os sindicatos sublinham que «é inadmissível que se mantenha uma política de afronta e desrespeito para com os trabalhadores de terra» e reafirmam que esta nova luta foi marcada depois de o administrador não ter aceite a reivindicação de «repor a equidade (e não a igualdade) entre todos os trabalhadores da TAP».

«Assim, e ao contrário do

que pensa, os trabalhadores de terra não deixarão de saber responder às suas atitudes e comunicados provocatórios e chantagistas e tudo farão para continuar a defender a imagem da TAP, que para seu próprio bem não deveria ter à frente dos seus destinos gestores que provocam a instabilidade social», concluem os sindicatos.

O pré-aviso de greve prevê a paralisação de todo o pessoal de terra na segunda-feira, dia 24. No fim-de-semana e na terça-feira é declarada greve ao trabalho suplementar.

## Rodoviários param a 11 de Outubro

Os trabalhadores dos transportes rodoviários vão estar em greve a 11 de Outubro, contra a discriminação dos motoristas profissionais, relativamente ao agravamento das penalizações por infracções ao Código da Estrada.

A decisão foi tomada dia 13, durante um encontro sobre acção reivindicativa, que a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos promoveu em Lisboa, para definir os conteúdos reivindicativos e a estratégia de acção a desenvolver ao longo do ano sindical (de Setembro a Agosto) e que contou com a participação de 80 dirigentes e delegados sindicais.

Os sindicalistas da Festru aprovaram as linhas orientadoras da CGTP – recentemente divulgadas e que estão hoje a merecer debate aprofundado, na Conferência Nacional que a central leva a cabo – e decidiram exigir aumentos de 6,5 por cento no sector, assim como a redução do horário de trabalho e o aumento do período de férias.

Vítor Pereira, dirigente da federação, disse à Lusa que a greve de dia 11 de Outubro vai decorrer a nível nacional e envolver os motoristas dos



Os condutores profissionais são os principais interessados na segurança rodoviária

transportes de passageiros, públicos e privados, e de mercadorias. O sindicalista explicou que os motoristas sentem-se discriminados com as alterações feitas recentemente ao Código Penal e com as que serão feitas em breve ao Código da Estrada (a partir de 1 de Outubro, segundo a federação). As penalizações (multas ou penas de prisão) passarão a ser mais pesadas para os motoristas profissionais, em cerca de um terço, que para os restantes condutores, friso.

Em nota à imprensa, a Festru revelou que já solicitou a inconstitucionalidade das alterações ao Código Penal. A federação reclama uma melhor

formação dos trabalhadores, regras mais rigorosas sobre as condições de segurança dos veículos, a intensificação da fiscalização dos limites de carga, dos tempos máximos de condução e dos tempos mínimos de repouso, e o combate às «formas ilegais de remuneração dos condutores» (citando o caso do pagamento conforme o número de quilómetros percorridos). «Os trabalhadores afectos à actividade profissional de transporte rodoviário, de passageiros ou de mercadorias, são os principais interessados na segurança rodoviária», afirma a Festru, sublinhando que tal matéria «é um problema de segurança no trabalho».

## Eléctrico em perigo

Associando-se às comemorações do 100.º aniversário do Eléctrico da Carris, o Sector de Transportes da ORL e a Célula do PCP na Carris lembram, em comunicado, o importante significado do eléctrico no passado e manifestam o seu desejo de não ver «morrer» este meio de transporte, ferido já em 1956 e 1974 pela concorrência do metro e do autocarro e o subsequente corte ou supressão de carreiras.

O gradual e sistemático fecho de algumas carreiras do eléctrico e a diminuição da sua frequência traduzem-se, segundo o PCP, por graves prejuízos para a população e para a cidade de Lisboa, como, aliás, tem sido denunciado nas manifestações de descontentamento e repúdio das populações, partilhados também pelas Juntas de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipais de Lisboa, Comissões de Moradores e estruturas dos trabalhadores.

Os eléctricos «são necessários, são um bem público e cultural da cidade, não tem objectivos de rentabilidade e de obtenção de lucro», dizem por fim os comunistas, defendendo transportes mais eficientes e regulares para Lisboa.

Por sua vez, a FSTRU denunciou recentemente a entrega de várias áreas da Carris aos privados – casos da saúde, segurança, publicidade, venda de passes, abastecimento dos autocarros, cortes de carreiras, aparecimento da Carristur – com o objectivo de retirar direitos aos trabalhadores, reduzir os postos de trabalho e, por fim, privatizar a empresa.

Ainda segundo a FSTRU, os trabalhadores que por motivo de doença não podiam exercer a sua profissão e eram encaminhados para os chamados serviços melhorados, agora, com a entrega de muitos destes serviços a empresas privadas vão ser dados, certamente, como excedentários e pressionados para rescindirem os seus contratos de trabalho.

Da mesma opinião é a Comissão de Trabalhadores da Carris que denuncia, ainda, a «demagogia» da administração da empresa que comemora, por um lado, o centenário do eléctrico e assume, por outro, uma política «liquidatária do eléctrico como transporte públicos de passageiros».

A CT acusa também de irresponsabilidade o Conselho de Administração da empresa por autorizar os trabalhadores do tráfego a terem pouco mais de 4 horas de descanso entre dois dias de trabalho, em vez de fiscalizar estas situações e de admitir mais motoristas e guarda-freios.

## O que falta não é produtividade... CGTP resiste à pressão

O secretário-geral da CGTP afirmou, no Porto, que «o argumento da falta de produtividade em Portugal é uma falsa questão», e contestou as pressões para conter as actualizações salariais.

Para Carvalho da Silva – que encerrou o encontro nacional de sindicatos dos têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles, realizado dia 12 pela Fesete/CGTP e que se destinou a analisar as linhas da acção reivindicativa para 2001-2002 – a falta de produtividade em Portugal é «uma história mal contada», até porque, «há em Portugal muitas empresas nacionais e multinacionais, com produtividade de níveis iguais aos dos países mais desenvolvidos».

Nos têxteis, frisou Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa, o aumento da produtividade foi da ordem dos sete por cento. «O que não há em Portugal é capacidade de gestão empresarial, capacidade de intervenção no mercado, o que leva os empresários, incapazes de conseguir preços semelhantes aos obtidos por empresas

estrangeiras para produtos de igual qualidade, a esmagar os salários em vez de valorizar o trabalho como forma de levar

os trabalhadores a uma dinâmica de produtividade», disse o secretário-geral da CGTP.

### Falsas previsões

Relativamente à inflação, Carvalho da Silva recordou

que «as previsões da inflação têm sido falsificadas em prejuízo dos trabalhadores, que são os primeiros a pagar a factura do aumento dos preços». «Não vemos factores para 2002 que sejam diferentes daqueles que surgiram em 2001,

### A produtividade nos têxteis subiu sete por cento



A introdução do euro e o agravamento da situação internacional vão reflectir-se no aumento do custo de vida, alerta a CGTP

pelo que o cenário não será melhor do que os 4,5 por cento que já temos este ano», afirmou.

O sindicalista alertou que «a situação internacional, agravada pelos trágicos acontecimentos de terça-feira nos Estados Unidos e a entrada em vigor do euro, em nada vem ajudar à situação da inflação». «Estamos a dois meses e meio da entrada em vigor do euro e os portugueses não têm a mínima formação sobre o euro, mesmo nas camadas da população com maior formação», denunciou Carvalho da Silva, considerando que a campanha de esclarecimento sobre o euro é diminuta e está atrasada, o que poderá agravar o efeito inflacionista que se prevê que a introdução da moeda única virá a ter.

Igualmente inserido na preparação da Conferência Nacional sobre acção reivindicativa, que a CGTP leva hoje a cabo em Lisboa, teve lugar um plenário da União dos Sindicatos de Braga, no dia 13, na capital do distrito.

## Petrogal

Várias iniciativas estão a ser promovidas pelo Sinqüifa/CGTP e os trabalhadores da Petrogal, que ainda não obtiveram resposta às exigências apresentadas ao Governo e ao presidente da empresa. António Mexia é acusado de impor «as discriminações salariais e o terror psicológico», recorrendo a «todo o género de práticas repressivas, intimidatórias e de censura», afirma o sindicato. Na mesma nota de imprensa, o Sinqüifa informa que ia entregar ontem uma carta aberta aos deputados, na Assembleia da República. Um manifesto em defesa da Petrogal está a ser distribuído à população desde o início da semana. Para dia 25, terça-feira, está marcado um dia nacional de luta, durante o qual terá lugar, em Lisboa, uma concentração: da Rua Augusta, onde decorrerá uma tribuna pública, os trabalhadores deslocar-se-ão até à sede da Galpenergia/Petrogal. Durante o mês de Outubro realizar-se-ão greves. Além das práticas repressivas, as reivindicações dos trabalhadores abrangem a redefinição da reestruturação e um novo processamento remuneratório, para cumprir promessas e corrigir injustiças.

## Credores da Norporte decidem hoje

Tem hoje lugar, no Tribunal do Comércio de Lisboa, a assembleia de credores da Norporte, que decidirá sobre a viabilização da empresa ou o seu encerramento definitivo. Os trabalhadores e o Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul – que realizaram antontem um plenário em Alhos Vedros, junto à

empresa, com a participação do secretário-geral da CGTP, do presidente da CM da Moita e do deputado comunista Vicente Merendas, entre outros – persistem em que a Norporte deve recomeçar a laboração, os cerca de 400 postos de trabalho devem ser defendidos, os salários em atraso devem ser pagos e os direi-

tos têm que ser respeitados. «Apesar das promessas do Governo do PS, até ao momento tal partido do Governo não tem feito nada pelos trabalhadores da Norporte», afirma o sindicato, num dos comunicados que distribuiu à população e à comunicação social.

### Concentração da Indep

Reunidos antontem em plenário geral, os trabalhadores da Indep contestaram vivamente e com grande preocupação a anunciada pretensão de cessar a actividade no estabelecimento fabril em Moscavide. Tal decisão, que atinge o emprego de duas centenas de trabalhadores, já está a ser posta em prática através da recusa de mais de um milhão de contos de encomendas desde 11 de Julho e só é possível com o acordo do Governo – denuncia-se na resolução aprovada.

«A empresa é viável e interessa ao País», salientam os trabalhadores, frisando que «os interesses da especulação imobiliária não se podem sobrepor aos interesses nacionais».

Foi decidido levar a cabo uma concentração na próxima quinta-feira, dia 27, às 15.30 horas, junto ao Ministério da Defesa, para exigir a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

## Viabilizar a Mandata

Os trabalhadores da Mandata, na Marinha Grande, solicitaram, segunda-feira, a um sócio da empresa que desbloqueie uma verba de 70 mil contos para permitir a viabilidade da companhia até à assembleia de credores, prevista para Novembro, informou a Lusa, citando o Sindicato de Trabalhadores da Indústria Vidreira e a comissão de trabalhadores da empresa.

Uma verba naquele montante foi retida pela Caixa Geral de Investimentos, do grupo Caixa Geral de Depósitos, na sequência dos recentes problemas económicos que estão a impedir a gestão corrente da empresa e deixaram sem salários os cerca de 200 trabalhadores.

A CGD é uma das sócias de um grupo de capitais de risco que entrou no acordo da Mandata, no final do ano passado, para viabilizar a empresa, que nasceu depois do processo de falência da Manuel Pereira Roldão.

Nos tribunais estão a decorrer pedidos de falência e de recuperação da Mandata que deverão ser analisados depois da decisão da assembleia de credores, disse Etelevina Rosa. Na opinião desta dirigente do STIV/CGTP e da CT, os credores deverão aceitar a proposta de reabilitação da empresa, que tem um passivo de dois milhões de contos (10 milhões de euros), de forma a recuperarem parte do dinheiro investido.

A Mandata possui várias encomendas em carteira que poderão suportar a gestão nos próximos meses, se essa verba for despendida, explicou Etelevina Rosa, adiantando que os trabalhadores decidiram suspender a luta, até ontem, para saber se a CGD vai aceitar ou não a proposta.

### Mortensen

No caso da Mortensen, que atravessa sérias dificuldades económicas e deve dois meses de salários e subsídios de férias, o STIV teme que a segurança dos fornos de vidro esteja em causa. «Sabemos que os verificadores dos fornos vão suspender os contratos e o futuro da empresa está ameaçado, se a fiscalização não for devidamente feita», explicou Manuel Neto. «Se os fornos não forem controlados, poderão sofrer danos irreparáveis e a falência da Mortensen pode concretizar-se por este erro ridículo de gestão», avisou o dirigente do STIV, citado pela Lusa.

Os cerca de 200 trabalhadores da Mortensen estão em greve contínua desde a semana passada e a vigiar os armazéns da fábrica para impedir a saída de produto acabado (ver pág. 10).

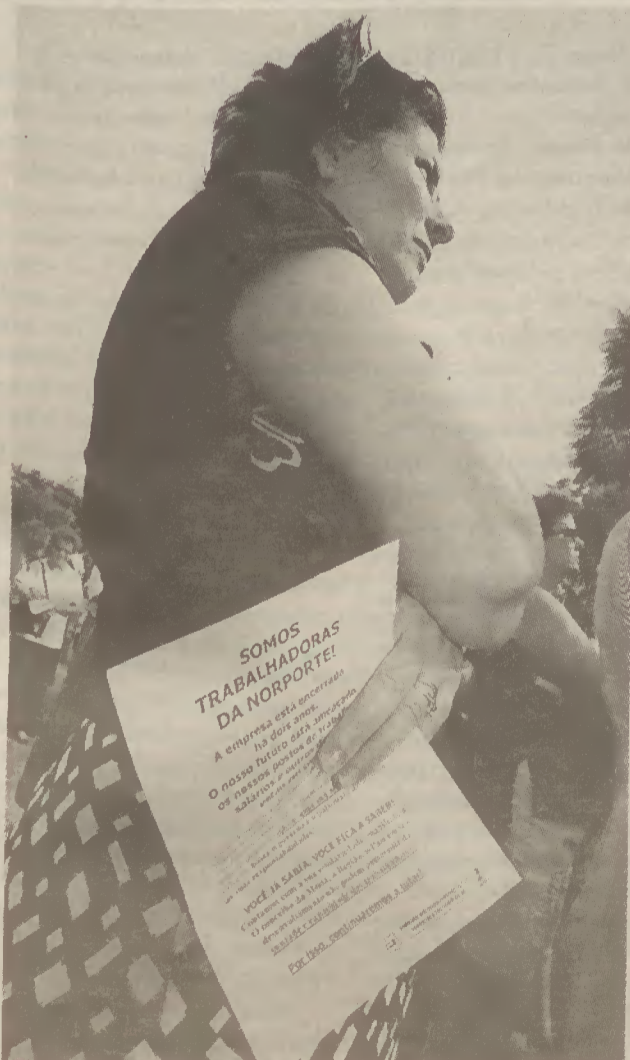
## Pedreiras

A redução, para os 58 anos, da idade de reforma dos trabalhadores das pedreiras vai ser proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte, cujo presidente adiantou que um documento nesse sentido vai ser entregue muito brevemente aos vários grupos parlamentares. A proposta está «muito bem suportada por um estudo médico», afirmou Albano Ribeiro à Lusa.

A iniciativa insere-se numa campanha lançada pelo sindicato tendo em vista a melhoria das condições de trabalho dos operários das pedreiras do Norte, iniciada há um mês numa reunião de trabalhadores em Boelhe, e que inclui o desafio, lançado aos candidatos às câmaras municipais de Penafiel e de Marco de Canaveses, para um debate sobre a necessidade de melhorar as condições de segurança e higiene nas pedreiras. O desafio aos candidatos a autarcas dos dois concelhos, onde o granito «é a principal riqueza», só recebeu resposta positiva por parte dos candidatos da CDU.

«O transporte de fogo, que só pode ser feito por trabalhadores com carteira profissional, é levado a cabo, em muitos casos, por pessoal não especializado», denunciou o sindicalista, salientando que a precariedade do emprego e a inexistência, em muitas pedreiras, de comissões de prevenção de higiene e segurança está na origem de acidentes mortais, como os que vitimaram um ucraniano e um português no início de Setembro.

O sindicato pretende ainda eliminar as diferenças salariais actualmente existentes entre regiões, que levam a que um operário qualificado de primeira ganhe, no Norte, 37 400 escudos mensais e, no Sul, 147 100.



Ficou por cumprir a promessa do PS às trabalhadoras da Norporte, na campanha eleitoral para a AR

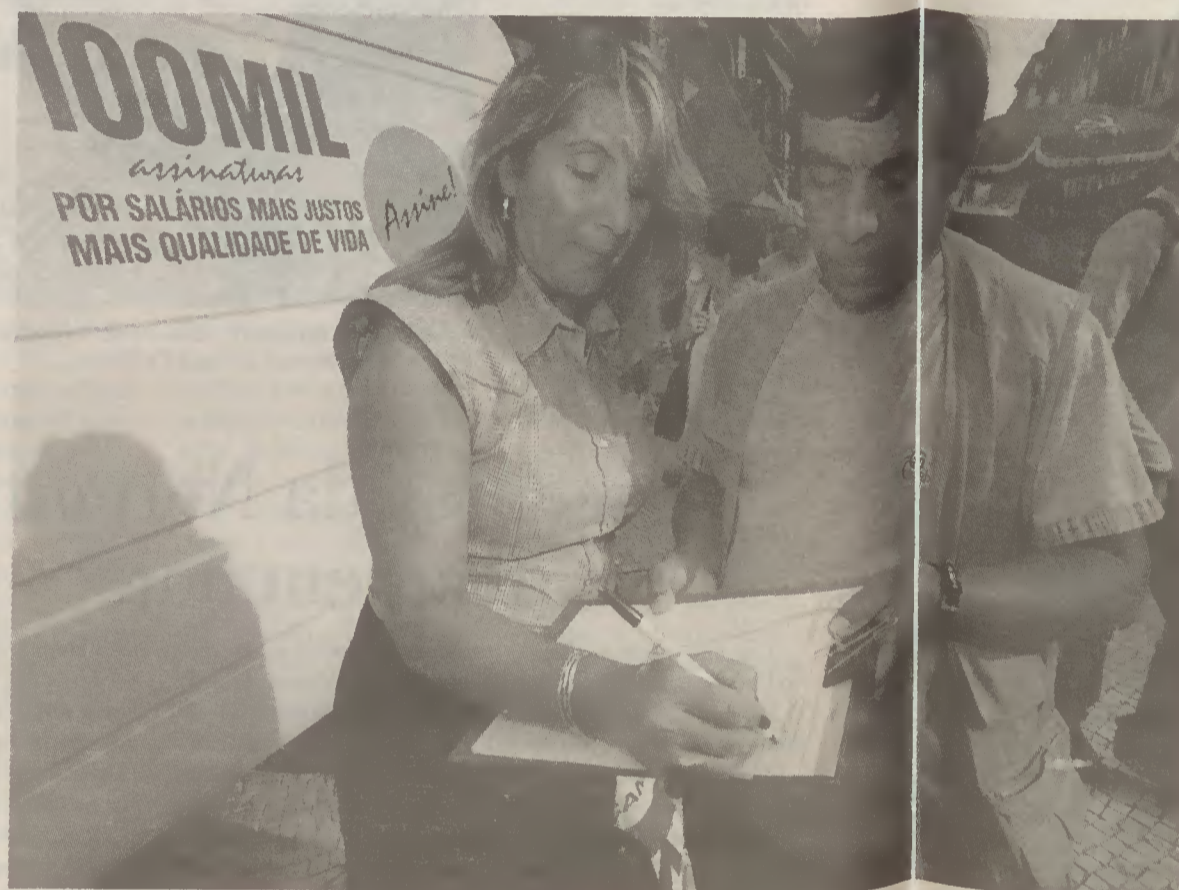
**100 MIL**  
assinaturas  
POR SALÁRIOS MAIS JUSTOS  
MAIS QUALIDADE DE VIDA



Assine!  
PCP

PCP vai recolher até 27 de Outubro  
100 mil assinaturas de prevenção contra as «50 medidas»

# Salários mais justos para viver melhor



**A diferença estará na perspectiva de dado partido vir ou não a assumir responsabilidades de governo?**

Há uma contradição insanável, por parte dos partidos da direita e do partido do Governo: enchem a boca da necessidade de aumento da qualidade de vida, sonhando a base fundamental de que os trabalhadores dispõem para melhorar a qualidade de vida, que é o seu salário. Tal contradição só é explicável por razões de opção de classe.

A direita enche a boca, por exemplo, com a necessidade de aumentar o valor das reformas e pensões; mas é incontornável o facto de que, enquanto existem baixos salários, inevitavelmente, existirão sempre baixas

pensões. Através dos seus mais cotados economistas, os partidos da direita aplaudiram as «50 medidas» anunciadas pelo Governo, particularmente as que, de forma mais draconiana, atacam os salários. Fazem-no porque não querem bulir com os interesses do capital.

Aqui é que reside a diferença: entre o PCP, um partido que se identifica com as reais aspirações dos trabalhadores e a sua luta, e outros partidos que têm um discurso geral de defesa da qualidade de vida, mas, no concreto, fazem as suas opções de classe que resultam do interesse que o capital tem em manter os salários baixos. Neste ponto, o nosso Partido é coerente, pois considera que não há progresso sem justiça social e não há desenvolvimento real sem salários mais justos.



• Domingos Mealha texto  
• Jorge Cabral fotos

Carlos Carvalhas juntou-se às dezenas de camaradas que participaram no lançamento da campanha, antontem, em Lisboa

## Sucesso no arranque

Faltam 5 semanas

No primeiro dia de recolha de assinaturas em Lisboa houve mais de 5 mil subscritores, de acordo com o balanço feito ao final da tarde. Alexandre Teixeira, membro da direcção regional do Partido e do Comité Central, disse a *Avante!* que, apoiados em 5 bancas na baixa lisboeta, trabalharam para o abaixo-assinado três a quatro dezenas de camaradas.

Cerca das 18 horas, na esquina da Rua Augusta com a Rua da Vitória, reuniram-se quase 70 militantes, que acompanharam o secretário-geral e outros dirigentes do Partido na distribuição de folhetos e recolha de assinaturas. «Embora também haja gente que mostra indiferença, o abaixo-assinado teve uma boa aceitação por parte das pessoas, e muitas apoiaram com entusiasmo esta iniciativa do PCP», comentou Alexandre Teixeira.

Para ontem à tarde, junto ao centro comercial *Via Catarina*, estava marcada a abertura da campanha no Porto. Junto à banca ali instalada, acompanhado por dirigentes regionais do PCP e da JCP, entre outros camaradas, Sérgio Teixeira, da Comissão Política, proferiria uma declaração política.

Durante um mês e uma semana, até 26 de Outubro, muitos comunistas vão somar à sua actividade militante, nas várias frentes de intervenção, a recolha de assinaturas «Por salários mais justos, mais qualidade de vida».

As sete equipas centrais de apoio vão participar em acções das organizações regionais do **Algarve** (15 a 26 de Outubro), de **Aveiro**, de **Beja** (de 24 a 29 de Setembro), de **Braga** (até 29 de Setembro e de 8 a 26 de Outubro), de **Bragança** (22 a 26 de Outubro), de **Castelo Branco** (até 29 de Setembro), de **Coimbra** (até 20 de Outubro), de **Évora** (de 1 a 6 de Outubro), da **Guarda** (1 a 13 de Outubro), de **Leiria** (de 8 a 26 de Outubro), do **Litoral Alentejano** (até sábado), de **Portalegre** (de 8 a 13 de Outubro), do **Porto**, de **Santarém** (até 6 de Outubro), de **Viana do Castelo** (1 a 6 de Outubro), de **Vila Real** (15 a 20 de Outubro) e de **Visu** (de 22 a 26 de Outubro).

As organizações regionais de **Lisboa** e **Setúbal**, bem como as da **Madeira** e dos **Açores**, desenvolvem a campanha de recolha de assinaturas com as suas equipas próprias.

## Audácia, realismo e mobilização de vontades

**Avante! Como se chegou ao número de 100 mil assinaturas para meta desta iniciativa?**

**Jerónimo de Sousa:** É uma meta audaz. Lembro que, em Portugal, nenhuma força política arrisca, desde os anos 80, um abaixo-assinado desta dimensão. Nós consideramos que, pela gravidade da situação, pela ofensiva que se desenhava contra os salários e os direitos dos trabalhadores, pelo facto de que esta política de baixos salários e falta de efectivação de direitos é uma política condenada e não resolveu nenhum dos grandes problemas económicos (antes os agravou), o número demonstra a importância que tem para o Partido e que terá para os trabalhadores esta justa luta por melhores salários.

Não vai ser fácil, mas um dado objectivo de grande significado, é que na Festa do *Avante!* foram recolhidas, em pouco mais de 2 horas, dez mil assinaturas. A campanha foi anunciada no comício, pelo secretário-geral do Partido, e naquele período final da Festa as brigadas que se constituíram recolheram dez mil assinaturas e verificaram uma grande adesão por parte dos participantes na Festa.

Ainda assim, mesmo que tivéssemos possibilidade de recolher muito mais assinaturas na Festa do *Avante!*, os nossos destinatários principais continuariam a ser os trabalhadores, nas empresas e demais locais de trabalho. Mesmo que tivéssemos alcançado a meta das 100 mil assinaturas

na Festa, não abdicaríamos de ir para a nossa área de intervenção privilegiada, para o contacto directo com os trabalhadores. A organização do Partido nas empresas terá aqui um papel destacado.

Também não abdicaríamos de uma outra importante direcção desta campanha, que é o contacto com os reformados e com as suas organizações. Neste combate, os reformados não podem ficar de lado, na exacta medida em que devem estar conscientes de que, enquanto prevalecer este sistema dos baixos salários existirão sempre, agora e no futuro, pensões degradadas e reformas muito baixas.

Uma terceira linha que consideramos importante é a participação dos autarcas e candidatos da CDU, a quem vamos dirigir-nos para que subscravam também o abaixo-assinado. Não desligamos estas questões, dos salários e dos direitos dos trabalhadores (designadamente os da Administração Pública e, concretamente, os da Administração Local), das eleições autárquicas. Acho muito difícil que alguns candidatos de outras forças políticas, que falam tanto e vão com certeza continuar a falar da qualidade de vida das populações, possam estar de acordo com as medidas do Governo de desvalorização dos salários. Não dá a boca com a perdigota.

Ao contrário, a CDU possui uma visão mais vasta da qualidade de vida. Na sua acção e nos seus programas, quando fala dos interesses e aspirações das popula-

ções, inclui aqui os trabalhadores, designadamente os das autarquias. Os candidatos da CDU vão estar entre os primeiros subscritores do abaixo-assinado.

Sendo audacioso, o objectivo das 100 mil assinaturas é perfeitamente alcançável, com a mobilização destas vontades que referi.

**Para derrotar uma ofensiva tão forte como esta, que está já em curso, a recolha de 100 mil assinaturas não é pouco?**

O número tem uma carga de referência e poderá ser facilmente ultrapassado. Mas os comunistas não vão parar para recolher assinaturas. Vão continuar, na sua intervenção política, a dar combate a estas medidas anunciadas e a procurar transmitir aos trabalhadores a ideia de que é possível viver melhor, é possível que em Portugal existam salários mais dignos, que as soluções que o Governo encontrou em nome da «redução da despesa pública» servem apenas de capa para não ir buscar dinheiro onde o há — por exemplo, é um escândalo que os bancos, com lucros de 550 milhões de contos, paguem apenas 63 milhões de IRC, quando deviam pagar quase 200 — e procure ir buscar a quem menos tem.

Existe dinheiro, o problema está na distribuição da riqueza produzida.

A grande mensagem que vamos tentar dar, nesta campanha e depois dela, é que não só existem razões para lutar, como

existem possibilidades para aumentos reais de salários. Em primeiro lugar, porque a ideia de que a economia só pode sobreviver com baixos salários é um grande equívoco: está provado que o próprio aumento dos salários origina um aumento da produtividade e do empenhamento dos trabalhadores e pode aumentar a produção nacional e o consumo interno.

Vamos também dirigir-nos aos pequenos e médios empresários. Parece uma contradição, já que são empresários... Mas precisamos compreender que o seu problema central, hoje, não é o valor dos salários, é, sim, serem prisioneiros do sector financeiro, o seu problema central está no acesso ao capital e não nos trabalhadores e nos seus salários.

A «competitividade» dos baixos salários é outra grande mistificação que combatemos. Nunca é de mais repetir que, se a competitividade dependesse do valor dos salários, Portugal seria o país mais competitivo da Europa. Nós vamos fazer a comparação e denunciar o fosso enorme que separa os níveis salariais médios no nosso país e na restante União Europeia. O que faz falta não é «contenção» dos salários, é investimento produtivo, é investigação e desenvolvimento tecnológico, é a formação.

Neste contexto, 100 mil é pouco, porque existirão muito mais de 100 mil portugueses disponíveis para subscriver um abaixo-assinado desta natureza. No fim da

campanha — a 27 de Outubro, num grande comício Lisboa — vamos fazer o balanço. Mas estamos de facto animados e confiantes em que conseguiremos ultrapassar este objectivo.

**Esta campanha tem uma dimensão mais ampla do que anteriores iniciativas nacionais do PCP dirigidas aos trabalhadores, como parece pelo que descreveste?**

É mais larga, sim, e mais abrangente. Os trabalhadores são a classe que vamos privilegiar na recolha de assinaturas. Mas não vamos limitar a nossa intervenção. O apelo — feito, aliás, na intervenção na Festa do *Avante!* — foi precisamente no sentido de que, com esta campanha, certamente se identificarão os trabalhadores, em primeiro lugar, e as suas organizações, os reformados, os candidatos da CDU às autarquias, os intelectuais e até os pequenos e médios empresários. Teriam vantagem em ver alterar-se a situação de injustiça que se vive na sociedade portuguesa e que o Governo tenta agravar ainda mais, com as «50 medidas» que quer colocar no Orçamento do Estado.

Pensamos que a campanha das 100 mil assinaturas é uma iniciativa que deve envolver todo o Partido. Não é contraditória com a preparação da importante batalha que são as eleições autárquicas e tem até um sentido dialéctico, uma grande acção política do nosso partido, com uma dimensão muito grande de justiça social.

As forças que vão ser envolvidas nesta iniciativa não se limitam aos camaradas que desenvolvem actividade mais directa no movimento dos trabalhadores; vão desde o secretário-geral até aos dirigentes do Partido a nível nacional e regional e às organizações do PCP, na sua diversidade.

**Com que meios e com que tipo de iniciativas vai ser levada a cabo a campanha?**

Feito o anúncio público, na Festa do *Avante!*, e feito antontem o lançamento da campanha na baixa de Lisboa, já há muitos camaradas a recolher assinaturas nas suas empresas e locais de trabalho. Vamos dirigir-nos às organizações de trabalhadores e às associações de reformados, para também subscriverem.

Temos um programa, de âmbito nacional — desde o Minho até à Madeira e Açores — em que a iniciativa própria das organizações regionais é apoiada por materiais impressos, por viaturas e por camaradas que, com sentido militante, se disponibilizaram para esta tarefa (camaradas da JCP, camaradas em situação de pré-reforma, camaradas que estão de férias, para além de quadros funcionários do Partido) e vão percorrer o País.

Haverá também as iniciativas próprias e específicas de várias organizações do Partido. Das organizações e dos militantes exige-se muita participação e muita criatividade. Cada comunista deve andar com uma lista no bolso, para recolher assinaturas.

No comício da Festa do Avante!, Carlos Carvalhas anunciou que o PCP lançou um abaixo-assinado, de âmbito nacional, «com o objectivo de recolher 100 mil assinaturas sob o lema “Por salários mais justos, por mais qualidade de vida”, dirigido ao primeiro-ministro, propondo o aumento geral e real dos salários e das pensões e reformas, e a recuperação do poder de compra perdido pelo aumento do custo de vida».

Antontem, na baixa lisboeta, teve lugar uma acção que marcou o início da campanha, com a participação do secretário-geral do Partido e sob o impulso dos milhares de assinaturas que foi possível recolher nas últimas horas antes de terminar a Festa. Das iniciativas sobre as quais já recebemos informação, destaca-se ainda a que estava marcada para ontem, no Porto. Para segunda-feira e antontem também estavam marcadas iniciativas no centro do Funchal.

O final da recolha de assinaturas será assinalado com um grande comício, a 27 de Outubro, em Lisboa.

Os motivos que levaram ao lançamento do abaixo-assinado e os contornos que

«Por salários mais justos, mais qualidade de vida?»

**Jerónimo de Sousa:** Em primeiro lugar, consideramos que esta decisão do Partido não é «concorrencial» nem «paralela», relativamente à acção do movimento sindical — que, naturalmente, irá desencadear a acção reivindicativa dos trabalhadores nestes tempos mais próximos.

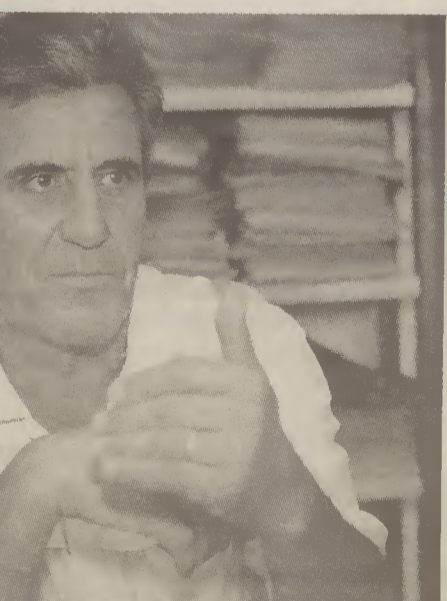
Há uma questão central, neste momento: para além das primeiras tentativas das associações patronais para bloquearem a negociação da contratação colectiva (uma tentativa, natural, do grande patronato de impor baixos salários e baixos aumentos salariais), temos anunciadas, por parte do Governo, graves medidas que estão dirigidas contra os salários e os direitos dos trabalhadores da Administração Pública, no quadro das «50 medidas de contenção da despesa pública». Estas medidas vão ter reflexo no Orçamento do Estado.

Hoje temos este dado político objectivo: um Governo, com uma política de direita, mais uma vez recorre à solução, velha e injusta, de penalizar os salários dos trabalhadores da Administração Pública, com todas as consequências que isso terá no sector privado.

No combate mais geral que travamos contra a exploração, a questão dos salários continua a ser uma grande causa dos trabalhadores e tem que ser sempre uma causa do Partido dos trabalhadores. O PCP resolveu desencadear esta grande iniciativa, como partido dos trabalhadores, e com certeza ajudará à luta do próprio movimento sindical.

O abaixo-assinado será entregue ao primeiro-ministro, porque é ao Governo que devem ser assacadas as primeiras responsabilidades em matéria de salários.

O facto é que, se todos os maiores partidos declaram querer «mais qualidade de vida», nenhum coloca um acento assim tão forte no aumento dos salários.



assume esta acção são abordados nesta entrevista com **Jerónimo de Sousa**, o camarada responsável, na Comissão Política do Partido, pela área do movimento operário e sindical e questões laborais.

**Avante!** Estamos habituados a ouvir a reivindicação de salários mais justos por parte de organizações sindicais. Por que avança o PCP, um partido político, com esta campanha



# Novo ano lectivo velha política educativa

• Manuel Rodrigues

**O** ano lectivo de 2001/02 acaba de abrir as suas portas.

Como de costume, nestas circunstâncias mediáticas, o Governo tem-se multiplicado em acções de propaganda, na tentativa de fazer passar a ideia de que a Educação vai bem e recomenda-se, de que reina a normalidade nas escolas, de que os pais/encarregados de educação, alunos, professores e funcionários (e os portugueses em geral) podem ficar tranquilos, que tudo mergulhou num deslumbrante mar de rosas, logo que o Primeiro-Ministro teve a superior ousadia de proclamar a sua ardente paixão pela educação. Mas, haverá mesmo motivo para tanto optimismo, nesta nova abertura de mais um ano lectivo?

Não, não há. Infelizmente, temos que concluir que a anunciada paixão de António Guterres pela educação mais não fez do que acentuar a crise letárgica em que o nosso sistema educativo, desde há muito, se vê mergulhado.

Não surpreende, por isso, que o arranque do novo ano lectivo se faça sob o signo de um complexo emaranhado de problemas, da responsabilidade directa (e sua inevitável consequência) da política de direita que nos tem (des)governado (acentuada pela tal rosácea paixão) que, cada vez mais, faz do direito à educação um princípio meramente teórico para uma grande parte dos portugueses.

De facto, não serão, certamente, "rosas" os muitos e cada vez mais complexos problemas que afectam e perturbam o arranque de mais um ano lectivo.

## Problemas complexos

– O novo regime de autonomia, direcção e gestão das escolas (Decreto-Lei 115-A/98) torna agora mais evidente a desresponsabilização do Estado perante a Escola pública, empurrando-a para a negociação de contratos de autonomia que mais não visam do que um crescente desinvestimento do Governo na sua manutenção e funcionamento. O que não deixa de ser curioso é que o Governo que assim procede é o mesmo que, todos os anos, injecta milhões e milhões de contos nos colégios particulares, numa linha de privatização crescente do sistema educativo.

– A reorganização curricular, que este ano avança em todos os graus de ensino até ao 6.º ano, introduz nas escolas novos focos de perturbação e inquietação (aulas de 90 minutos, falta de formação dos professores para lidarem com novas realidades curriculares: por exemplo a Educação Sexual e a Educação para a Cidadania, etc.).

– O Ministério da Educação avança uma proposta de ordenamento da rede escolar (já vertido em forma de Projecto de Decreto-Lei) que prevê o encerramento de Jardins de Infância com frequência inferior a 20 crianças, de Escolas do Ensino Básico/Agrupamento de Escolas do

Ensino Básico com menos de 300 alunos (400, quando integrem Jardim de Infância) e Escolas Secundárias com menos de 600 alunos.

– Milhares de jovens professores - o número está por apurar mas será certamente superior ao do ano passado - ficam sem colocação e largos milhares mantêm vínculos laborais precários.

– Os apoios educativos para as crianças e jovens com necessidades educativas especiais, designadamente as que decorrem da presença de deficiências, são drasticamente reduzidos.

– A publicação de *rankings* de escolas tomando por critério os resultados dos alunos nos exames nacionais do 12.º ano indicia uma evolução do sistema educativo para níveis de competitividade e de selectividade escolar e social que fomentarão, inevitavelmente, a exclusão dos alunos com maiores dificuldades.

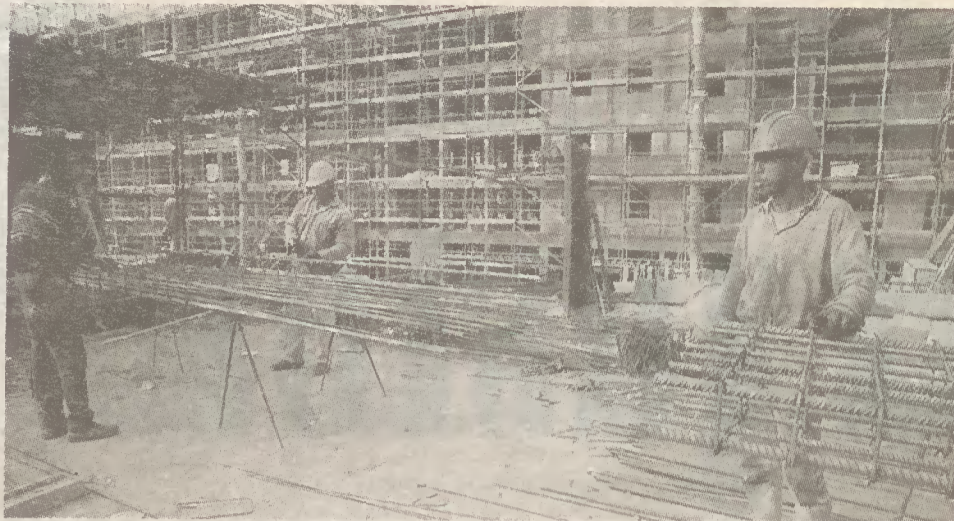
– A degradação do parque escolar é uma realidade que a inauguração de um escasso punhado de novos estabelecimentos de ensino não consegue apagar.

– Os profissionais das escolas (professores e funcionários) vêem-se confrontados com a perspectiva de nulos ou baixos aumentos salariais ou mesmo com medidas de congelamento de pagamentos devidos à mudança de índice de vencimento, por progressão nas respectivas carreiras.

– As Universidades confrontam-se com insustentáveis cortes orçamentais (7%, agora ditados pelo Orçamento Rectificativo aprovado pela Assembleia da República, sob proposta do Governo).

– Uma grande parte das Escolas do 1.º Ciclo não possui equipamentos e serviços de apoio elementares (muitas não possuem telefone, outras não têm refeitório, nem biblioteca, nem campo de jogos, nem material didáctico fundamental, nem balneário, nem sistemas de aquecimento adequados, etc., etc.). Se a realidade é esta (e este rol de problemas só pecará por defeito), de que fala o Governo/Ministério da Educação quando fala de normalidade e de qualidade, na abertura deste novo ano lectivo? Será que se refere aos milhões que os colégios particulares vão arrecadando do erário público? Será que tem em mente a "superior qualidade" da sua política neoliberal (o primeiríssimo lugar do *ranking* das paixões do Primeiro-Ministro, como agora se vê), directa responsável pela liminar destruição do direito à educação para uma grande parte dos portugueses? Ou será que pensa que nos ilude com o "manto diáfano" do seu discurso mistificador: "são rosas, senhor, são rosas."?

O estreante ministro da Educação e o Governo de que faz parte em breve vão ter a oportunidade de se questionar, por que razão, pais, alunos, professores e funcionários teimam em não querer ver as superiores virtudes e vantagens do seu (injusto) sistema educativo. São lutas, senhores, são lutas!



CGTP defende trabalho com direitos para todos

CGTP-IN contra contingentação  
de mão-de-obra

## «Quotas de imigrantes» não são solução

As «quotas de imigrantes» são denunciadas pela CGTP-IN. Aos critérios «puramente economicistas» a Intersindical Nacional contrapõe um quadro de «maior solidariedade e de princípios humanistas».

Uma frontal rejeição às «quotas de imigrantes». Esta a posição assumida pelo Departamento de Migrações da CGTP-IN que sublinha a determinação em actuar sindicalmente «para que sejam solucionados os problemas existentes num quadro de maior solidariedade e de princípios humanistas, visando a integração harmoniosa das comunidades imigrantes no nosso país».

**A imigração  
ilegal  
não é resolúvel  
no quadro  
nacional**

Em comunicado à imprensa, a central sindical reafirma a sua discordância em relação à contingentação de mão-de-obra estrangeira, principalmente quando «baseado em critérios puramente economicistas, como acontece em Portugal». E avança como algumas «razões de fundo e de peso».

### Razões de peso

A introdução deste sistema «não permitirá resolver realmente o problema da imigra-

ção ilegal». Esta a primeira razão invocada pela CGTP, que considera que assim prosseguirá inevitavelmente o afluxo de cidadãos estrangeiros, desta forma empurrados para o trabalho ilegal, «prolongando as actuais formas de exploração do trabalho clandestino».

Longe de resolver problemas, o sistema de contingentação é «uma solução que vai no sentido de perpetuar a estratégia do patronato português de utilizar mão-de-obra imigrante para manter no nosso país um modelo de desenvolvimento suportado em baixos níveis salariais, más condições de trabalho e elevada precariedade». Uma análise da CGTP corroborada pelas principais causas de recusa de ofertas de emprego por parte de cidadãos nacionais – salário baixo, condições de trabalho deficientes e o tipo de vínculo laboral.

A Confederação de trabalhadores defende ainda que a imigração ilegal não é resolúvel no

quadro nacional. Tem que ser colocada no quadro comunitário e exige a abertura de «canais de imigração legal para a União, integrados num quadro legislativo comum».

A CGTP considera, por outro lado, que «o recurso a acordos de imigração estabelecidos com os principais países de origem parece ser uma forma adequada de regular os fluxos migratórios». Mas alerta para a necessidade de respeitar plenamente e dar prioridade aos protocolos já existentes, nomeadamente os celebrados com os PALOP.

### Aposta na formação

A aposta na formação de trabalhadores estrangeiros, também como forma de defesa de direitos, tem vindo a ser promovida por diversas entidades, nomeadamente associações, estruturas sindicais e poder local.

Por iniciativa da Atlas – Cooperativa Cultural, está neste momento a decorrer no Porto uma acção de formação dirigida a trabalhadores estrangeiros (com tradução em russo).

A acção, denominada «Direitos e Deveres dos Trabalhadores Estrangeiros residentes em Portugal», prolonga-se por todo o mês de Setembro.

## Angolanos em Portugal evocam Agostinho Neto

Na Associação dos Estudantes de Angola, em Lisboa, realizou-se na passada segunda-feira, dia 17, uma sessão evocativa daquele que foi o primeiro presidente da nação angolana – Agostinho Neto.

O acto, que contou com a presença de cerca de uma centena de pessoas, predominantemente estudantes, foi presidido por Pinto de Andrade, responsável do MPLA em Portugal, tendo a seu lado o general Beto Traça, adido militar da embaixada de Angola em Portugal, e companheiro de Agostinho Neto na luta armada pela independência nacio-



nal. Ainda presentes na mesa, Alfredo Miguel, da célula do MPLA, e Adélia de Carvalho, que moderou a sessão.

Houve várias intervenções, sendo de realçar a do escritor angolano António Cardoso, que abordou a figura de Agostinho Neto enquanto marxista, e a do general Beto Traça, que apresentou uma bem elaborada biografia do fundador da nação angolana. Beto Traça teve ainda oportunidade de realçar o papel desempenhado pelo PCP na fuga de Agostinho Neto e família, de Lisboa para o Norte de África, no Verão de 1962.

No final, decorreu um animado convívio, com comida angolana e música da pátria de Agostinho Neto.

• HM

«Os Verdes» propõem rede de ciclovias

# «Passeio reivindicativo» liga Almeirim a Lisboa

A adesão ao «Passeio de Ciclismo», promovido por «Os Verdes» foi um êxito. Um envolvimento que poderá dar mais força à criação de uma rede nacional de ciclovias.

Uma grande adesão de cicloturistas, ultrapassando largamente o número de inscrições. Este o primeiro balanço do «passeio reivindicativo», entre Almeirim e Lisboa, em que participaram centenas de ciclistas. Cerca de 350, envolvendo os mais de 200 representantes das

quatro dezenas de associações presentes no passeio e muitos outros que, a título individual, se juntaram à iniciativa.

Este balanço é valorizado por Manuela Cunha, dirigente de «Os Verdes», que, em declarações ao «Avante!», sublinhou a adesão ao apelo do partido ecologista, o interesse manifestado pelos amantes do ciclismo e pelo movimento associativo em medidas que permitam a utilização deste meio de transporte alternativo.

## Projecto de «Os Verdes» prevê a criação de uma rede nacional de ciclovias num prazo de 10 anos

Medidas que, sublinha Manuela Cunha, são um contributo para combater as alterações climáticas, defender a saúde e estilos de vida saudável, nomeadamente em relação aos jovens.

Com esta iniciativa, que simbolicamente terminou frente à Assembleia da República, «Os Verdes» pretendem sensibilizar os deputados para a necessidade de aprovação do projecto de lei N.º 67/VIII, já apresentado em plenário, e que prevê a criação de uma rede nacional de ciclovias num prazo de 10 anos.

## Por uma rede de ciclovias

Este projecto de lei, apresentado por «Os Verdes» na AR, em 27 de Junho passado, prevê a elaboração de um



A iniciativa dos verdes mobilizou centenas de ciclistas

plano que defina a rede de pistas dedicadas à circulação de velocípedes, com interligação entre as diferentes vias.

Dado que baixou à comissão sem ter sido votado, terá de voltar ao plenário, para ser sujeito a votação, nos próximos dois meses.

O projecto de lei dos ecologistas prevê, nomeadamente, que todos os bairros que

venham a ser construídos tenham espaços próprios para a circulação de bicicletas e, os que já existem, à medida que vão sendo remodelados, integrem também esses espaços.

De acordo com a proposta de «Os Verdes», dentro de 10 anos todas as sedes de freguesia deveriam ter ligação, por ciclovia, às povoações que as integram e às sedes do concelho.

O projecto prevê também a ligação interurbana por ciclovias e que a rede nacional de ciclovias se interligue com a rede europeia.

De sublinhar que um estudo recente da União Europeia incentiva a criação de pistas para ciclistas como um contributo para a redução dos custos com a saúde decorrentes da poluição gerada pelo automóvel, as despesas com

gastos energéticos e sinistralidade nas estradas.

## Estacionamentos em Lisboa

Terça-feira, dia 18, «Os Verdes» apresentaram, na Assembleia Municipal de Lisboa, uma proposta de recomendação com vista à criação de uma rede de estacionamento seguro e gratuito para bicicletas, articulada com outros modos de transporte.

Através desta proposta, pretende-se a criação de um espaço próprio e seguro para estacionamento de bicicletas nos átrios das estações de metro, estações de comboio e terminais de barco. Uma rede de estacionamento que permitiria a articulação com os demais modos de transportes na cidade.

«Os Verdes» apresentaram ainda uma moção para que a Assembleia Municipal de Lisboa manifeste o seu empenho na concretização do projectado eixo pedonal na alta Lisboa, com a inclusão de uma pista dedicada à circulação de velocípedes.



## Habitar Loures

# Uma mostra que se impôs

Conhecida como «Habitar Loures», decorreu de 13 a 16 de Setembro, no Pavilhão Paz e Amizade, a terceira mostra bienal de habitação e urbanismo do concelho de Loures, iniciativa pioneira que se tem vindo a impor como exposição de qualidade neste âmbito.

Pela terceira vez consecutiva aumentou a informação e o número de painéis expostos, pois os painéis deste ano igualaram em número os da exposição de há dois anos quando Odivelas ainda integrava o município de Loures.

A exposição tem constituído ao longo das suas edições uma oportunidade para o visitante obter uma visão de conjunto do que está em mudança no concelho de Loures. E nem só os técnicos seguiram atentamente os trabalhos expostos. Também

muitos habitantes procuraram identificar as soluções propostas e as obras que estão previstas ou mesmo em curso.

Esta iniciativa sobre uma importante frente do trabalho municipal teve ainda o propósito de levar aos habitantes do concelho uma vasta informação sobre a globalidade das ideias e planos que estão na base do projecto de desenvolvimento que a Câmara tem em curso.

Particular atenção mereceram os debates realizados, alguns dos quais com a presença de Adão Barata, presidente da Câmara Municipal de Loures, que abarcaram temas da maior importância para o concelho, como seja o Plano de Pormenor de Loures Nascente, apresentado pelo arquitecto Manuel Tafinha, o Plano Verde do Concelho de Loures, em que foi oradora a

arquitecta paisagista Manuela Raposo Magalhães, a Expo 98 e as influências de renovação nas envolventes, tendo como conferencista o arquitecto Manuel Salgado e ainda a questão das áreas urbanas de génese ilegal, tema abordado pelo arquitecto Rui Paulo. Todos os debates contaram com numerosa assistência.

A presença de 50 expositores na Habitar Loures, representando entidades públicas e empresas prestadoras de serviços, empresas de construção e de obras públicas, revelou igualmente o interesse pela iniciativa.

Este ano e num esforço de conferir maior qualidade à exposição, esteve aberto um restaurante com música ao vivo, e funcionou um sistema de ligação via internet à página da Câmara de Loures.

## ADADB denuncia falta de apoios O Minho está a ser discriminado

«O Minho está a ser discriminado com a PAC (Política Agrícola Comum)», denuncia a Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga (ADADB), em carta entregue ao ministro Capoula Santos.

Cerca de 79% da produção agro-pecuária do Distrito de Braga provém de um conjunto de produtos que, na sua maioria, pouco ou nada são apoiados pela PAC. Com excepção dos bovinos (que representam 17% da produção final da região), todas as outras produções não têm praticamente apoios.

Face a esta situação, os agricultores do distrito de Braga exigem apoios concretos para «aquilo que a Região pode (e sabe) produzir».

Assim, e sendo a produção leiteira o sector com maior peso na economia e emprego agrícola da região, os agricultores pretendem uma renegociação com a União Europeia (UE) para garantir o aumento da quota nacional e «posições firmes e corajosas no combate à liberalização da produção», tanto mais que os produtores portugueses não podem competir com outros países que «têm condições de produção mais favoráveis».

Consideram ainda necessário o aumento do preço de leite à produção.

A produção de carne está também no centro das preocupações da ADADB, em particular num momento em que o aparecimento de doenças como a BSE e a febre aftosa tornaram a vida dos produtores particularmente complicada.

O encerramento de feiras e mercados de gado, como medida de precaução ao contágio dos animais, levou a uma baixa de rendimentos que a ADADB considera que seria justo o governo minimizar com soluções de apoio financeiro.

Os produtores sublinham ainda a necessidade de «intervir junto das entidades gestoras das feiras de gado para que estas tomem medidas adequadas para a sua reabertura».

Em termos mais gerais, a carta dos agricultores minhotos sublinha a injustiça da invasão dos nossos mercados por produtos estrangeiros. «Estando nós numa região em que tendencialmente se produz produtos de excelente qualidade, é revoltante deparar com as enormes dificuldades sentidas em escoar o que cá é produzido», lamentam.

## Esta PAC não presta

A actual PAC «fomenta as assimetrias e as desigualdades entre agricultores, regiões e estados, com 20% dos beneficiários a receberem 80% do volume das ajudas em termos comunitários», denunciam os agricultores do Minho.

A Associação de Defesa dos Agricultores do Distrito de Braga defende a necessidade de uma nova PAC, que terá que ser «uma alternativa social e economicamente justa», garanta «uma alimentação saudável e acessível

para todos» e fomente a produção de produtos de boa qualidade.

Uma PAC que reforce as ajudas ao mundo rural e ao seu desenvolvimento e fomente o regresso à terra e às explorações das «centenas de milhares de agricultores escoraçados pelas PACs anteriores». Contemple a «soberania alimentar» e permita aos Estados mais desfavorecidos aumentar o seu grau de auto-provisionamento. Fomente a defesa, valorização e correcto apro-

veitamento das estruturas, recursos naturais e serviços de apoio à agricultura e ao mundo rural. Garanta as ajudas ligadas à produção, mas «evitando o perigo de se enveredar por uma intensificação sem controlo nem respeito pelo ambiente, pela qualidade e pela segurança alimentar».

Em síntese, «uma PAC que volte a fazer sentir úteis os agricultores» e permita olhar com confiança o futuro e a continuação da actividade agrícola.



● António Filipe

## A revisão constitucional e as buscas domiciliárias

**A**o princípio era apenas o Tribunal Penal Internacional.

Confrontados com a contradição manifesta entre algumas disposições do Estatuto do Tribunal Penal Internacional e da Constituição da República Portuguesa, impeditiva da sua Ratificação pelo Estado Português, PS e PSD, concordando com tal Ratificação, decidiram entender-se quanto aos termos de uma revisão extraordinária da Constituição cujos trabalhos decorrem desde Maio.

Entendia o PS que tal revisão, por ser extraordinária, se deveria circunscrever à adaptação do texto constitucional por forma a permitir a Ratificação do Estatuto do TPI, acrescentando porém algo mais, visando dar cobertura constitucional aos avanços do chamado terceiro pilar da União Europeia. Entendia o PSD que, apesar de tal revisão ser extraordinária, se poderia aproveitar não apenas para a adaptação ao Estatuto do TPI, mas já agora, para rever outros aspectos, relacionados com a reciprocidade de direitos políticos entre portugueses e brasileiros, com a previsão constitucional da proibição do direito à greve dos profissionais das forças de segurança, e ainda com a limitação de mandatos dos titulares de órgãos executivos. A tudo isto juntou-se ainda o CDS-PP, acrescentando ao rol a proposta de revisão da norma constitucional que proíbe peremptoriamente a entrada durante a noite no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento.

Acontece que esta proposta, aparentemente condenada ao insucesso tendo em conta as declarações iniciais do PS, e até do PSD, quando ao carácter "cirúrgico" da revisão, começou a fazer o seu caminho. E, assim, para além do CDS-PP ter proposto a quebra da inviolabilidade do domicílio durante a noite mediante ordem judicial em casos relacionados com o tráfico de droga, veio o PSD propor o alargamento dessa possibilidade a outros casos, e veio o PS admitir a sua adesão à revisão da norma constitucional anunciando a apresentação de uma proposta cujo teor, no momento em que escrevo, não é ainda conhecido. Sem prejuízo da importância de outros temas presentes nesta revisão constitucional, merece a pena alinhar algumas observações acerca deste último.

O que os partidos da direita propõem é que seja eliminado um princípio que se encontra consagrado na Constituição

Portuguesa desde a sua versão originária de 1976: a inviolabilidade absoluta do domicílio de qualquer pessoa durante a noite sem o seu consentimento. Creio ser desnecessário explicitar as razões que levaram à consagração deste princípio na Constituição democrática. Aliás, todas as garantias dos cidadãos em matéria processual penal que foram inscritas na Constituição tiveram o objectivo muito claro de impedir que práticas policiais de triste memória voltassem a ter lugar em Portugal fosse a que pretexto fosse. Dir-se-á que hoje os tempos são outros, e que, não havendo a recear qualquer utilização dos mecanismos do processo penal para fins de perseguição política, haverá que alterar princípios constitucionais como o da inviolabilidade do domicílio à noite, em nome da eficácia do combate ao crime.

Convém ponderar porém onde nos levaria tal raciocínio. Quando a Constituição estabelece regras a que deve obedecer a investigação criminal e o processo penal, tem em conta o equilíbrio que em democracia deve existir entre a necessária eficácia do combate ao crime e a indispensável garantia dos direitos dos cidadãos. Não se trata de proteger criminosos mas, antes, de definir regras de salvaguarda de todos os cidadãos, inocentes, até prova em contrário. Não resta qualquer dúvida que se o único valor a ponderar fosse a eficácia da investigação criminal, a violabilidade do domicílio à noite facilitaria algumas operações. Só que esse argumento é válido para toda e qualquer garantia dos cidadãos perante a investigação criminal. Ou seja: se não existissem garantias constitucionais dos cidadãos em processo criminal, seguramente que as condições de combate ao crime ficariam largamente facilitadas. Só que o preço a pagar seria a inexistência da própria democracia.

A salvaguarda do regime democrático exige um adequado equilíbrio de valores entre a liberdade e a segurança. É claro que o combate à criminalidade assume uma importância inegável, para defesa dos cidadãos e da própria democracia. Mas é preciso evitar que, em nome desse combate, sejam postos em causa princípios de liberdade e direitos fundamentais dos cidadãos que são pedras basulares do regime democrático. Hoje, o objectivo da direita securitária é acabar com a inviolabilidade do domicílio à noite. Se esse objectivo for atingido, outros direitos dos cidadãos serão postos em causa com iguais argumentos.

Tapete de Arraiolos em projecto de lei do PCP

## Defender e valorizar

O novo ano parlamentar, iniciado formalmente no dia 15, teve ontem a sua primeira sessão plenária. Hoje, no centro do debate, vai estar um projecto de lei do PCP que tem como principal objectivo a defesa e a valorização do tapete de Arraiolos.

Na base do diploma comunista, cuja importância e oportunidade é consensualmente reconhecida, está a necessidade desde há muito sentida de dotar o quadro legal de um instrumento que, defendendo e valorizando o tapete de Arraiolos, crie os mecanismos que permitam a sua classificação, denominação de origem e certificação com base na qualidade e preceitos técnicos de produção.

**A defesa do tapete de Arraiolos passa por garantir a sua certificação de origem**

produção a outros países, "em manifesta contrafacção, defraudando o consumidor quanto à sua origem e prejudicando o artesanato regional e nacional".

Recorde-se que o artesanato, para além de importante papel enquanto actividade indutora do reforço das identidades locais e regionais, desempenha também uma relevante função económica, sendo crescentemente encarado como um factor de estímulo para as economias locais, bem como para o incremento do turismo e para a criação de emprego.

Isto porque, como é sublinhado na nota preambular do projecto de lei, a ausência desse dispositivo legal que regulamente a certificação nacional e internacional tem contribuído para um alastrar da

É este manifestamente o caso do tapete de Arraiolos, cujas origens remontam ao século XVI, que tem conhecido uma expansão

acelerada a justificar, por conseguinte, as medidas de protecção preconizadas pela bancada comunista.

Como sejam, desde logo, a definição do que se considera ser o genuíno tapete de Arraiolos e os seus critérios de classificação, que passam a assentar não apenas no que se refere à sua origem (ter inscrito o local de manufactura) como à sua qualidade (materiais, motivos, decoração, pontos e cores).

Prevista no articulado do projecto comunista é igualmente a criação do Centro para a Defesa e Valorização do Tapete de Arraiolos, a quem serão atribuídos poderes e competências para a definição da área geográfica da sua produção susceptível de denominação de origem, bem como para fiscalização das condições de produção e respectiva certificação. Este centro, segundo a proposta do PCP, deverá ainda ser integrado na Comissão Nacional para a Promoção dos Ofícios e das Microempresas Artesanais.

## Bernardino Soares assume presidência na bancada do PCP

Os deputados comunistas, em reunião realizada faz hoje oito dias, elegeram, por consenso, Bernardino Soares como presidente do Grupo Parlamentar do PCP. O novo líder da bancada comunista substituiu, assim, nessas funções, Octávio Teixeira



que exerceu durante 20 anos o seu mandato de deputado.

Da direcção do Grupo comunista fazem ainda parte, na qualidade de vice-presidentes, os deputados João Amaral e Lino de Carvalho e, como vogal, o deputado António Filipe.

Alqueva no Parlamento

## Acesso à terra é questão central

As atenções da sessão plenária do próximo dia 27 vão estar centradas no Alqueva e nas medidas de reestruturação fundiária preconizadas em projecto de lei pelo Grupo Parlamentar do PCP para a área de intervenção do empreendimento.

Esta é uma questão da maior importância que desde há muito preocupa o PCP e que sobre a mesma considera existirem três questões centrais relacionadas com os 110 mil hectares abrangidos pelo perímetro de rega; a da apropriação das mais-valias decorrentes de um investimento público de mais de 350 milhões de contos; a actual dimensão e concentração fundiária enquanto obstáculo a uma correcta adequação das explorações agrícolas ao aproveitamento racional das novas condições de produção; os recursos humanos e a necessidade de uma nova geração de activos agrícolas.

Todos estes aspectos convergem no sentido de que importa proceder a uma reestruturação fundiária que, promovendo a democratização do acesso à terra, atraia e fixe jovens agricultores, e, por esta via, combata a desertificação humana e ao mesmo tempo estimule a criação de empresas agrícolas que assegurem um aproveitamento eficiente dos recursos.

É nessa direcção que vão todas as propostas defendidas pela bancada comunista, que aposta, designadamente, na criação de um "Banco de Terras" constituído, entre outros, pelos prédios rústicos expropriados por declaração de utilidade pública e pelos adquiridos pelo Estado.

Realce merece também, no articulado do projecto, o dispositivo que prevê a definição de um limite de referência de 50 hectares para a propriedade e exploração das áreas abrangidas pelo perímetro de rega do Alqueva.

# Associações de Estudantes preparados para nova contestação

## Cortes orçamentais ameaçam Universidade de Lisboa

Estudantes, professores e funcionários estão unidos contra os cortes orçamentais para o ensino superior. As associações de estudantes da Universidade de Lisboa manifestaram-se já disponíveis para «contrariar» a situação.

As associações de estudantes das oito faculdades da Universidade de Lisboa manifestaram a sua recusa face aos cortes orçamentais para o ensino superior, revelando preocupação face às consequências práticas que se farão sentir nas instituições.

Após uma reunião com o reitor da universidade, José Barata Moura, na tarde de segunda-feira, os representantes dos estudantes demonstraram o seu «profundo repúdio pela situação resultante destas políticas orçamentais e educativas».

### O orçamento colocará a Universidade de Lisboa em ruptura funcional

«Não podem estas associações tolerar que no âmbito da educação, pilar fundamental no desenvolvimento de um país, sejam tomadas medidas que põem em causa não apenas o funcionamento, mas também a qualidade da formação numa instituição centenária como a Universidade de Lisboa», lê-se no

documento distribuído à imprensa.

As associações de estudantes da Universidade de Lisboa fazem um aviso: «a manter-se esta situação, serão forçadas a encetar as acções



Actualmente já deficitário, o funcionamento do ensino superior corre ainda maiores riscos (Faculdade de Belas-Artes de Lisboa na foto)

de qualidade, tem sido sucessivamente adiada desde 1998. Em 2002, o afastamento do orçamento atribuído relativamente ao orçamento padrão resulta num défice de quase 3,9 milhões de contos. «Esta crescente divergência conduz a um claro declínio da qualidade de ensino», comentam os estudantes.

O documento é subscrito pelas associações académicas da Faculdade de Direito e da Faculdade de Medicina Dentária e pelas associações de estudantes da Faculdade de Belas-Artes, da Faculdade de Farmácia, da Faculdade de Letras, da Faculdade de Medicina, da Faculdade de Psicologia e Ciência de Educação e da Faculdade de Ciências de Lisboa.

### Professores unem-se

Contra o Orçamento de Estado para 2002 não estão apenas os estudantes. A estes juntam-se os professores e os funcionários. Estão em discussão iniciativas de protesto conjuntas - que poderão consistir num dia de greve e numa manifestação nacional - antes de 15 de Outubro, data da entrega do OE na Assembleia da República, e a 15 de Novembro, dia da votação do documento pelos deputados.

A Fenprof afirma que o subfinanciamento «impediu muitos jovens de frequentar» o ensino superior «por insuficiências da Acção Social Escolar ou devido às restrições do *numerus clausus*» e é «a principal responsável pelas elevadas taxas de abandono e de insucesso escolar».

necessárias de modo a contrariá-la».

### Como abrir as portas?

Como denunciam os estudantes, a tradicional cativação de cinco por cento (que em 2001 representa um valor superior a 880 mil contos) tornou-se um corte efectivo traduzido em adicionais dificuldades ao funcionamento da universidade.

As associações não hesitam em afirmar que «o tecto orçamental até agora fixado pelo Ministério da Educação para 2002 colocará a Universidade de Lisboa numa situação de ruptura funcional».

A atribuição do Orçamento Padrão, que garante um funcionamento com um mínimo

Em todo o País

## Escolas fechadas por falta de condições

Não são só as instituições do ensino superior que se queixam de falta de condições. Este problema é, aliás, vivido há muito tempo pelas escolas do ensino básico e secundário e é um dos cavalos de batalha da Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Secundário.

No fim da semana passada, o Conselho Pedagógico da Escola Secundária da Anadia decidiu manter o estabelecimento encerrado no início do ano lectivo devido à degradação do edifício, que se traduz nomeadamente em infiltrações de água no pavilhão desportivo e nos quadros eléctricos das oficinas.

«A escola já tem feito muitas obras ao longo dos últimos anos, com esforço económico interno e com apoio da Câmara Municipal», afirmou à agência Lusa o presidente do Conselho Executivo daquela instituição, Luís Santos, acrescentando que durante os cinco anos que está à frente da direcção da escola tem contactado diversas vezes a Direcção Regional de Educação do Centro para que os problemas sejam resolvidos. Há dois anos que existe a promessa de uma intervenção de fundo.

meiro ciclo local não irão às aulas. As crianças são obrigadas a transitar pela estrada nacional devido à existência de obras.

«Ou a situação é resolvida de forma a estar garantida a segurança dos miúdos ou a escola continua fechada», garantiu Artur Oliveira, da Comissão de Pais. «Não vamos permitir que os nossos filhos sejam obrigados a circular por uma estrada de trânsito intenso, exigimos passeadeiras na estrada em frente à escola e queremos também melhores condições de segurança interna para que a escola inicie o seu funcionamento normal», afirmou na quinta-feira.

No mesmo dia, em Sargento Mor, Souselas, Coimbra, os pais dos alunos da escola básica tomaram uma atitude semelhante, fechando o estabelecimento a cadeado, em protesto contra a situação em que se encontra o edifício: casas de banho sem as mínimas condições, janelas com vidros partidos, soalhos e tectos degradados.

Em declarações à Lusa, o presidente da Junta de Freguesia de Souselas responde à crónicas dizendo ser «impossível» «continuar a repor constantemente os vidros nas janelas da escola, frequentemente assaltada e alvo de actos de vandalismo».

Os encarregados de educação envolvidos no protesto adiantam que a escola não tem mais alunos porque

alguns pais, face à falta de segurança, decidem matricular os filhos noutros estabelecimentos, nomeadamente em Coimbra.

Entretanto, na segunda-feira a Escola Básica do Telheiro, S. Mamede de Infesta, Matosinhos, foi igualmente encerrada pelos encarregados de educação. Causa:

a «super-degradação» do edifício e a falta de duas funcionárias auxiliares e de professores dos primeiro e quarto anos.

Em comunicado, referem que chove dentro da escola, situação que obriga a desligar o quadro eléctrico. «No Inverno os alunos têm frio», acrescentam.



Muitas escolas básicas e secundárias do País carecem de obras urgentes

## Feira precisa de mais escolas

As escolas de Santa Maria da Feira estão sobrelotadas. Segundo a Associação de Pais da Escola Secundária da Feira, está inscrito o dobro dos alunos que as instituições de ensino da cidade podem receber, o que provoca problemas «dramáticos».

«A Escola Secundária da Feira foi concebida para 800 alunos e matriculou 1500 e a Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Fernando Pessoa inscreveu 1100, mas só tem condições para receber 600», informou o presidente daquela associação, Sérgio Carvalho, em declarações à Lusa.

A única escola que não excede a lotação é a Escola Básica 2,3 do Cavaco, na periferia da Feira, cidade que viu a sua população triplicar nos últimos 15 anos.

Para a associação de pais a única solução possível é a construção de «pelo menos duas escolas». Segundo Sérgio Carvalho, o Centro da Área Educativa de Entre Douro e Vouga «tem sido sistematicamente alertado para o problema e reconhece que são necessárias mais escolas, mas o programa de contenção de despesas leva a crer que o assunto não será tratado com a celeridade exigível».

Uma das formas encontradas de minorar a situação na Escola da Feira foi instaurar um regime alargado de funcionamento das 8.30 horas às 24 horas. «Ainda assim, as coisas terão de funcionar mal», comenta o presidente da associação de pais.

### Ensino básico

No Desterro, em Lamego, foi a própria Comissão de Pais que decidiu que os cerca de 80 alunos da escola do pri-

● Manoel de Lencastre

O povo americano está a viver uma terrível tragédia.

Vimo-lo, em plenos anos oitenta do século vinte, ser conduzido por políticos implacáveis e suicidas numa incompreensível cruzada contra o que chamavam «o império do mal» que apenas existia na imaginação dos seus mais ferventes, reaccionários, delirantes e diabólicos governantes. Nessa loucura, alargada a outras áreas terrestres, a América dissipou o melhor de muitos triliões de dólares e criou no seu próprio seio e em diversos centros

*América de olhos vendados, nas mãos do seu algoz, o imperialismo*



As vítimas do massacre do «World Trade Centre» merecem justiça e não vinganças

# América perdida na estrada de Israel

exteriores as forças malignas que lhe destruirão o adorado «American dream» até aos fundamentos.

Vemo-la, agora, deixar-se, loucamente, suggestionar por uma gigantesca exigência de sanguinárias vinganças que a memória das vítimas do grande cataclismo da terça-feira negra de 11 deste mês não merece. Mas a grande oportunidade dos Estados Unidos chegou. Face à magnitude do desastre que acabam de sofrer, as destruições de centros simbólicos do seu sistema, os milhares de vidas que em condições bárbaras e alucinantes foram suprimidas, o mundo, agora, tem o direito de esperar mais e melhor do que as irracionais promessas de vingança a que assiste. Os governantes americanos e o actual ocupante da Casa Branca, se fossem homens de estatura histórica, erguer-se-iam do comovente espectáculo de ruínas em que estão integrados para surgirem diante da Humanidade que os observa, como homens de grandeza, valorizando-se perante as nações.

Se assim fosse, estenderiam a mão direita ao povo mártir da Palestina, e a Israel exigiriam que se reduzisse às suas reais proporções. Poriam fim ao lento martírio do Iraque, após dez anos de bombardeamentos incessantes. Levariam à prática uma ordem nova de concórdia e paz em todo o planeta suprimindo os corsários financeiros que andam a saquear o

mundo. Auxiliariam a África e todos os povos que têm fome. Ajudariam Angola a reconstruir-se e a libertar-se da sombra assassina de Savimbi. Ofereceriam a outra mão às nações latinas das Américas cujo sofrimento e cuja exploração têm sido revoltantes e monumentais. Estabeleceriam com o heróico povo de Cuba um mundo de novas relações. Indemnizariam a Jugoslávia dos prejuízos sofridos durante os criminosos bombardeamentos de há dois anos. Trabalhariam para que se fizesse justiça no Kosovo e na Macedónia e poriam fim às acções dos piratas da chamada guerrilha albanesa. E fechariam para sempre o tribunal da Haia.

Desmantelariam a NATO. Destruiriam o arsenal de múltiplos meios bélicos acumulados e poupariam custos gigantescos. Despediriam gente inútil e nociva como George Robertson, secretário-geral, e Javier Solana, «ministro dos Estrangeiros» da União Europeia, fazendo calar todos os vociferantes vingadores. Voltar-se-iam para o seu próprio país e, aí, trabalhariam para que no íntimo de cada cidadão ou cidadã da América deixasse de viver o fantasma da perda do emprego, ou para que os serviços de saúde e os hospitais se interessassem por todos os cidadãos nacionais em vez de servirem, apenas, os que têm os pagamentos em dia junto das companhias de seguros. Aboliriam a pena capital e os desumanos procedimentos que a servem. Lutariam contra a miséria, a

exclusão, o trabalho precário. Combateriam os negócios das armas de fogo, dos estupefacientes, do álcool, da prostituição, dos casinos, o crime organizado. Deixariam de construir penitenciárias e instituiriam um novo sistema de justiça. Explicariam ao seu povo que Deus, afinal, não queria o mundo assim. E podendo fazer mais, muito mais, honrariam a memória dos que pereceram nos alucinantes e canibalescos embates de aviões comerciais contra as torres do «World Trade Centre» e dos que se afundaram no ruidoso espantoso daquelas. E abster-se-iam de vinganças.

Mas os dirigentes americanos parece não desejarem estender as mãos ao mundo. Israel está a pô-los em delírio, empurra-os para um charco onde só vivem serpentes. Os políticos de Telavive, cegos por um ódio irracional contra a alma imortal da Palestina, não cessam de intrigar a fim de que a grande e poderosa América avance para aquilo que eles próprios não podem fazer - a destruição dos estados árabes ou islâmicos menos subservientes e a condenação de toda a nação árabe à escravidão.

Mas, sendo as coisas aquilo que são, os governantes de Washington em vez de pensarem na paz do mundo estão a preparar uma excepcional vingança mestra contra países que também têm a sua dignidade histórica. Se essa vingança tiver lugar, os terroristas, certamente, voltarão. E voltarão em força. O mundo não mais terá paz.

## Capitalismo no centro da tempestade

A calamidade que atingiu os Estados Unidos e fez tremer o orgulho do seu povo e a arrogância dos seus governantes, deu-se quando o capitalismo gravitava à beira de uma profunda crise económica, financeira, psicológica. Agora, essa crise materializou-se, de nada valendo as profissões de fé que ouvimos a vários defensores do negócio da exploração e da rapina. Esses defensores, afinal, já recuam face à perspectiva apocalíptica de verem ruir o sistema em que têm prosperado. A recessão assola os Estados Unidos. A indústria automóvel mundial emite gritos de alarme. A aviação comercial aproxima-se do colapso. As companhias de seguros sentem-se à beira de um naufrágio.

No inevitável desespero, os Bancos começaram a unir-se. Quando Wall Street fechou, as temíveis datas de vencimento mantiveram-se. Assim, em delírio, começaram a emprestar uns aos outros, para se salvarem, enquanto o Federal Reserve Board se anunciava pronto a emprestar, também, mas exigindo garantias sólidas. Na falta dessas garantias surgiu logo, gritante, o fantasma da falta de liquidez das «grandes instituições bancárias» e de investimento, coisa que os observadores mais atentos esperavam. Assim, no caos da última quinta-feira, a Reserva Federal passou a emprestar mesmo sem garantias. Quer dizer: fabricou dinheiro e lançou-o no sistema para que as feras se acalmassem.

Nestas febris operações colaborou o Banco Central Europeu ao colocar no mercado americano qualquer coisa como 50 000 milhões de dólares. Decidira, claro, ajudar a salvar as «instituições» de Wall Street para que a rea-

bertura, na segunda-feira, se fizesse sem a previsível desordem. Por outro lado, o Fed prometeu aos europeus avançar com soma igual no caso de os Bancos do lado de cá do Atlântico mergulharem, igualmente, no pântano da falta de liquidez. Mas tudo isto deixa no seu rasto um interminável odor a falso. São todos naufragos, angustiados naufragos num oceano em fúria por eles próprios agitado.

Os principais esforços dos maiores centros do capitalismo concentraram-se na mobilização de recursos para salvar Wall Street. Na quinta-feira, uma reunião de emergência entre os príncipes da finança americana delineou bases para que a Bolsa regressasse em recuperação. Presentes: Philip Purcell (Morgan Stanley), John Thain (Goldman Sachs), Stan O'Neal (Merrill Lynch). Isto foi na sede dos Bear Stearns, em Park Avenue, Manhattan, mas longe dos fumos, das chamadas, dos odores provenientes do «Wall Street Centre». Palavra de ordem: solidariedade - e todos começaram a dar instruções para que se realizem compras em bom volume no dia da reabertura da Bolsa. Mesmo assim, a queda continuou.

Mas a realidade surgirá mais tarde e conheceremos, então, a verdadeira medida do desastre que já estava a atingir o capitalismo mundial quando o «Nikkei» descera para a casa dos 9000 pontos (uma catástrofe!) e Londres incitava os grandes Fundos à compra de títulos indesejados, só para aguentar o índice FTSE. Buenos Aires e São Paulo eram praças financeiras devastadas e já abandonadas à sua sorte pelos seus tradicionais salvadores.

### Bancos e outros negócios financeiros que foram abaixo com o «World Trade Centre»

|                               |                   |                           |
|-------------------------------|-------------------|---------------------------|
| Morgan Stanley                | 3500 funcionários | quase todos desaparecidos |
| Marsh (Seguros)               | 1700              | 1200 desaparecidos        |
| Aon (Seguros)                 | 1100              | sem informações           |
| Cantor Fitzgerald, Corretores | 1100              | sem informações           |
| Credit Suisse First Boston    | 800               | todos salvos              |
| ICAP (Corretores de títulos)  | 675               | salvos, em parte          |
| Fiduciary Trust               | 560               | 30 desaparecidos          |
| Standard Chartered            | 450               | há desaparecidos          |
| Sun Microsystems              | 300               | sem informações           |
| Reuters                       | 300               | alguns desaparecidos      |
| Sidley Austin Brown & Wood    | 600               | sem informações           |
| Keefe Bruyette & Woods        | 170               | sem informações           |
| Carr Futures (Brokers)        | 100               | 86 desaparecidos          |
| Friends Ivory & Sime          | 15                | todos salvos              |
| AT&T                          | 10                | todos salvos              |
| Regus Business Centres        | 5                 | desaparecidos             |
| Bank of America               |                   | recusou dar informações   |
| Lehman Brothers               |                   | todos evacuados           |
| Fuji Bank                     |                   | não deram números         |
| Citigroup                     |                   | todos evacuados           |
| Thomsons Financial            | 200               | todos evacuados           |

Outros grandes nomes com escritórios nas «Twin Towers»: Crédit Agricole Indosuez; Clearstream International; Rohde & Liesenfeld, Int.; Instinet Group, Deutsche Bank, Harris, Beach LLP; Siemens, AG; SCOR U.S. Corp. (nenhum revelou quaisquer números).



Um pesadelo tornado realidade



O Afeganistão, hoje, é um país destruído

## O Afeganistão na Idade da Pedra

As ameaças contra o Afeganistão e a condenação antecipada do terrorista provado, Osama ben Laden, como organizador dos ataques contra o Pentágono e o «World Trade Centre», parecem-nos risíveis. A verdade é que o Afeganistão dos Talibã e o ben Laden, combatente fanático do Islão, foram criados pelos próprios Estados Unidos. A cegueira e o rancor dos imperialistas perante a possibilidade de que o povo afegão conhecesse a liberdade levaram-nos à lamentável e perigosa figura em que se encontram hoje.

A revolução de Abril de 1978, como todas, criou inimigos. Logo na Primavera de 1979, quando os imperialistas perderam um dos seus mais importantes bastiões, o Irão, começou a campanha anti-revolucionária contra o novo governo de Cabul. Os satânicos «freedom fighters» destruíam escolas e degolavam professores em nome do Islão e dos direitos humanos e dedicavam-se a subverter o novo Afeganistão republicano lançado no caminho da construção do socialismo. Hafizullah Amin, que se dizia revolucio-

nário mas era agente da CIA, mandou assassinar o principal dirigente revolucionário, Nur Mohammad Taraki. Mais tarde, eliminado Amin, Babrak Karmal assumiu a direcção do Partido Democrático do Povo e do Presidium do Conselho Revolucionário. Começou a luta infernal pela estabilização, coisa que nunca aconteceu e levaria a URSS a intervir, a sustentar inaceitáveis perdas e a retirar-se.

A 18 de Janeiro de 1980, o jornal indiano «Hindustan Times», escrevia: «Nos últimos meses, mais de 35 000 «mujahiddin» receberam treino militar no Paquistão. Foram, depois, enviados para Kandahar, a 60 quilómetros da fronteira sul com o Afeganistão. Esse treino militar, que continua a servir voluntários islâmicos, dura entre três e seis meses e inclui o uso de armas antitanque fornecidas pelos americanos. De acordo com diplomatas afegãos em Berlim, um grande número de agentes da CIA especializados em operações de desestabilização tinham sido enviados para regiões fronteiriças do Paquistão, logo em 1978.»

### Uns «estudantes» especiais

Como se sabe, a guerra de diversos exércitos de terroristas que se designavam como superfundamentalistas islâmicos levou a que o Afeganistão regressasse à Idade da Pedra e à criação dos Talibã de quem se dizia, procurando dar-lhes respeitabilidade, que eram estudantes da «ciência» do Islão ainda que possussem tanques, aviões de combate e unidades militares blindadas. No centro dos grupos de criminosos que liquidaram o projecto do Afeganistão progressista surgiu ben Laden, um homem de negócios saudita que se apaixonara pelos dólares da CIA, com as suas brigadas da «Frente Islâmica Internacional pela Guerra Santa contra os Judeus e as Cruzadas». Esta incluía terroristas fanáticos recrutados no Paquistão, no Egipto, na Arábia Saudita, na Cachemira, no Bangladesh.

Tais brigadas de ferozes assassinos seriam lançadas pelos serviços secretos americanos contra as forças patrióticas afegãs e contra as unidades soviéticas cuja presença internacionalista no país apenas pretendia defender a Revolução, ajudar a derrotar os terroristas e abrir caminho para um futuro decente. Mas quando a URSS desapareceu e o Afeganistão conheceu o colapso, os «defensores» dos direitos humanos envolveram-se todos numa devastadora guerra civil e o mundo verificou que não passavam de fantoches, «businessmen» corruptos. Das cinzas destas batalhas emergiram os Talibã na fama de serem «os filhos dos originais guerreiros sagrados que matavam os próprios pais por não serem suficientemente rigorosos». Apenas seriam reconhecidos pelo Paquistão, pela Arábia Saudita e pelos Emiratos Árabes Unidos, todos aliados estratégicos dos Estados Unidos.

Logo no primeiro dia, mataram o patriota Najibullah, que se encontrava sob protecção das Nações Unidas. Quanto a bin Laden, íntimo dos novos senhores de Cabul, voltou-se contra os seus próprios criadores americanos. Diz, agora, que a sua nova luta consiste na expulsão de todos os estrangeiros da Arábia Saudita, «terra dos dois lugares sagrados» - Meca e Medina. Mas os inspiradores dos terroristas eram outros - Ronald Reagan, Margaret Thatcher, Zia ul-Haq, Zbigniew Brzezinski, Anwar Sadat e, na sombra deles, as companhias petrolíferas e o imperialismo, enfim.



Osama Ben Laden

General Musharraf

## Um presidente menor

Alguma coisa corre mal nos Estados Unidos. Aquilo que rotulam como uma guerra contra inimigos mal definidos esconde uma profunda instabilidade nacional que afecta o presidente e a sua administração, a Câmara dos Representantes, o Senado, o conjunto das forças armadas. Os acontecimentos de 11 de Setembro encerram um terrível mistério. E é bom que esse mistério se desvende porque as acusações até agora lançadas contra grupos terroristas de origem árabe ou islâmica apenas identificados de forma insegura, contra o Afeganistão, contra o próprio Paquistão, não estão a convencer.

Assim, quando se deu o alerta geral face ao desvio de aviões comerciais para fora das suas rotas, George W. Bush encontrava-se de visita a uma escola, na Florida. Logo entrou num pânico impróprio quando os conselheiros e os serviços secretos o forçaram a ordenar que fossem abatidos os aviões civis desviados, mesmo com os passageiros a bordo. A necessidade de transferência da família para lugar desconhecido deixou-o em lágr-

mas. Finalmente, aceitou embarcar no «Air Force One» e partir para uma base na Louisiana de onde lhe foi imposta uma rápida declaração ao povo americano, o que fez nas condições que se viram. Aterrorizado, o presidente não queria regressar à Casa Branca por temer que esta fosse atacada. O avião presidencial que o levou para a Louisiana ia escoltado por uma formação de caças de combate. Mas Bush ignorava o seu destino, na infernal dinâmica dos acontecimentos.

A segunda declaração ao país foi realizada num abrigo subterrâneo da base aérea de Offutt, perto de Omaha, no estado de Nebraska. Aí, toda a gente viu que o presidente estava a ser empurrado para diante das câmaras de TV. Não foi difícil concluir-se que o poder lhe fugira e que quem parecia dirigir o país naquelas horas dramáticas eram o vice-presidente, Dick Cheney, e os secretários da Defesa, Donald Rumsfeld, e do Departamento de Estado, Colin Powell. O «Air Force One» só aterraria na base de Andrews (arredores de Washington)

ao anoitecer e o país tinha vivido um dia inteiro na escuridão.

### Em que mãos está o poder?

Mas, se George W. Bush perdesse o poder naquela terça-feira fatal por, sendo um sementeiro de paradoxos, não ter sabido mantê-lo ou por, dominado pela angústia, o ter deixado eclipsar-se, em que mãos teria ele caído? O incêndio do Pentágono estava a paralisar o aparelho militar. E não deixa de surpreender que os «leaders» do Congresso, feitos sair do Capitólio perante a eventualidade de um ataque ao histórico edifício, tivessem, também, perdido capacidade de intervenção. Limitaram-se a uns quantos sermões e cânticos nas escadarias. Naquele dia, o poder político não estava nas mãos do presidente nem nas do Congresso. O poder militar estava indeciso e confuso. O poder económico entregara-se à ruína.

A própria CIA, cujo director, George Tenet, começou logo a ser alvo de críticas severas, não seria poupada. A «casa» não fora capaz de detectar o que estava para passar-se, não estava

organizada com capacidade política central antiterrorista e não fora capaz de congregiar as diversas operações de «intelligence» que dariam lugar a procedimentos de protecção - por isso, estes nunca existiram. O poder americano naquelas horas, com toda a certeza, dispersou-se e cada um gritava do seu lado.

Das 13 organizações americanas dedicadas a operações de espionagem e contra-espionagem, foi a «National Security Agency» quem surgiu mais perto de detectar o que estava para ocorrer. Esta Agência, com efeito, tinha conseguido interceptar comunicações em código, via satélite, que conduziriam à conclusão certa. Mas essas comunicações foram transferidas, rapidamente, para outras vias (códigos Internet).

Mas, a grande questão continuava a pôr-se: com Bush «decapitado», quem estava no poder? A vingança dos Estados Unidos está em preparação a ritmo diabólico. Porém, contra quem vai essa vingança ser exercida? A falta de autoridade e de estatura do presidente são absolutamente evidentes. Os americanos parecem perdidos...



**A** imigração é hoje tema em qualquer agenda política. Porém, o que a torna fascinante é o facto de ninguém saber o que dela fazer. Portugal é um exemplo dessa total falta de lucidez. Justifico esta abordagem apontando a ausência de uma política de imigração capaz de fazer face aos novos desafios que se impõem na Europa e no Mundo.

Portugal, com o novo regime de autorizações de permanência (A.P.), está a legalizar mão-de-obra barata para fazer face essencialmente às necessidades do sector da construção civil. Porém, é uma legalização sem direitos, que retarda a possibilidade dos estrangeiros serem considerados residentes legais, de poderem optar pelo reagrupamento familiar, de circularem livremente no espaço da União Europeia, de adquirirem a plena cidadania, enfim, de exercerem os direitos e cumprirem os deveres de qualquer regular cidadão.

Tal implica um distanciamento inevitável entre os cidadãos de pleno direito e os novos imigrantes. Aliás, o fosso sempre existiu. Mas agora tornar-se-á mais evidente. O que políticos pouco hábeis estão a criar é um grupo heterogéneo de indivíduos (comportando muitas nacionalidades, línguas, costumes e credos) aliados da sociedade em que vivem, desintegrados, sem estímulo para valorizarem as suas identidades, numa expressão, ostracizados, sob o manto da compreensão humanitária.



• Pedro Tavares

# Uma farsa chamada legalização

Realço, assim, a imprudência dos que vêem como solução política a criação dum instrumento jurídico que resulta do compromisso entre os que propugnam o embargo da imigração e os que exigem medidas eficazes e estruturais que impliquem a legalização e protecção dos imigrantes em situação irregular. Tal compromisso, numa tentativa de agradar gregos e troianos, só coloca novas burocracias e representa uma decisão xenófoba e discriminatória.

Reside uma pergunta singela, sem que se obtenha resposta credível do Governo: porquê a criação dum sistema de vistos de trabalho, eufemisticamente chamado autorização de permanência, quando já existia um outro, de autorizações de residência, que em pleno servia para legalizar os indivíduos em causa?

Decerto, a discriminação reside no facto de que ao ser portador de um visto de trabalho, o imigrante sabe que o Estado e a colectividade o vêem como um «outsider»; alguém que está transitoria-

mente a cumprir uma função social específica - o trabalho -, sem que a sua posição sobre que assunto seja tenha qualquer relevância.

E aqui entra esse sentimento xenófobo de querer amputar aos «outros», as mesmas oportunidades que todo o contexto social implica. Há como que uma auto-afirmação da hegemonia nacional sobre a horda de estrangeiros que nos procuram porque precisam de nós. Damos uma esmola, mas mantemo-lhes vivo na memória quem são os seus benefiadores. Damos apenas uma esmola, providenciando, no entanto, que nunca venham a igualar-nos em oportunidades. Este sentimento nacional de piedade revela as nossas fraquezas e total incapacidade de resposta aos desafios contemporâneos.

## Direitos humanos

Se compreendermos as mutações políticas, sociais e económicas que o mundo enfrenta e se aceitarmos o facto histórico de que vivemos numa época de migrações, de que já não existem espaços geográficos exclusivos, de que interagimos e somos construtores (mesmo que inconscientemente) de uma nova ordem mundial, multi/interétnica/cultural, chegaremos à conclusão que não pode haver excluídos por nenhum motivo e muito menos por razões de nacionalidade ou de etnia.

Diz-se que um bom critério para aferir se um Estado respeita os Direitos Humanos é medir a forma como os imigrantes são tratados. Tal deve-se ao facto de que,

na sua maioria, não são eleitores, não expressam as suas opiniões políticas em votos. Não alteraram o cenário político e só conseguem satisfazer as suas exigências através de interlocutores nacionais, que por sua vez constituem quase sempre uma minoria.

Ora, sendo o cumprimento dos Direitos Humanos uma exigência e obrigação, por via da Declaração Universal dos Direitos do Homem, nenhum Estado deveria suprimir ou restringir esses direitos a qualquer cidadão. Porém, verifica-se que o respeito pelos Direitos Fundamentais, mesmo nas democracias, está dependente do equilíbrio estabelecido entre a sociedade civil, enquanto movimento de opinião e pressão, e o poder político e administrativo. Assim, quanto mais forte e mobilizada estiver a opinião pública, menor serão os atropelos a esses direitos. Ao invés, uma comunidade fragilizada e apática terá mais chances de ser vítima de abusos de poder e de ver os seus direitos ressarcidos. Esta tem sido a questão essencial no que respeita aos imigrantes em Portugal.

Apesar da Constituição proibir qualquer tipo de discriminação e de nos últimos anos se ter verificado uma evolução legislativa positiva nesse sentido, a prática administrativa portuguesa continua a ser um paradigma de incompetência e discriminação no campo do respeito dos direitos dos imigrantes e refugiados. Destacamos três exemplos: o mau atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (filas intermináveis, meses de espera para renovação de cartões, anos de espera para concessão de autorizações de residência, dificuldades, mesmo para os advogados, na consulta e na obtenção de informações sobre os processos, etc.); a forma discricionária de como nas fronteiras são retidos cidadãos (essencialmente das ex-colónias portuguesas); e a restrição do direito de asilo, quer no acesso quer nos procedimentos.

## Falsas promessas

A este rol juntam-se as falsas promessas, que agora transparecem na comunicação social. Aquando, em Janeiro, da publicação da Lei 4/2001, que tinha como novidade a Autorização de Permanência (A.P.), foi declarado que este processo teria carácter duradouro e não temporário, podendo qualquer cidadão estrangeiro, a qualquer altura aceder a ele, desde que cumprisse os seus requisitos. Hoje sabemos que tal não é verdade, pois a lei limita a concessão de A.P. até à aprovação de um relatório do qual deverá constar a previsão anual de oportunidades de trabalho e dos sectores de actividade em que as mesmas existem, passando essas vagas a ser preenchidas pela importação de mão-de-obra.

Na prática as portas já se encontravam fechadas a algumas categorias. Os indocumentados, antigos requerentes de asilo, que fugiram de países em guerra e que nunca conseguiram provar a sua identidade e nacionalidade, continuam a viver num limbo jurídico. A estes vão-se juntar aqueles que, tendo documentos, não conseguem um contrato de trabalho e, por conseguinte, labutam na clandestinidade, sem esperança de obterem a devida A.P. Ficam, também, de fora os trabalhadores independentes, que até agora não viram (nem vão ver) a sua situação regularizada, dado que o Governo nunca se preocupou com o trabalho qualificado nem com os pequenos comerciantes ou industriais.

Em conclusão, é de considerar o processo em curso, dito de legalização, uma farsa. Tal não dignifica nem apoia a integração dos estrangeiros residentes em Portugal. Não tem sequer carácter de continuidade, não abarca todos os cidadãos e devido à sua complexidade dificulta a muitos o seu acesso. É, deste modo, transitório, discriminatório e burocrático.



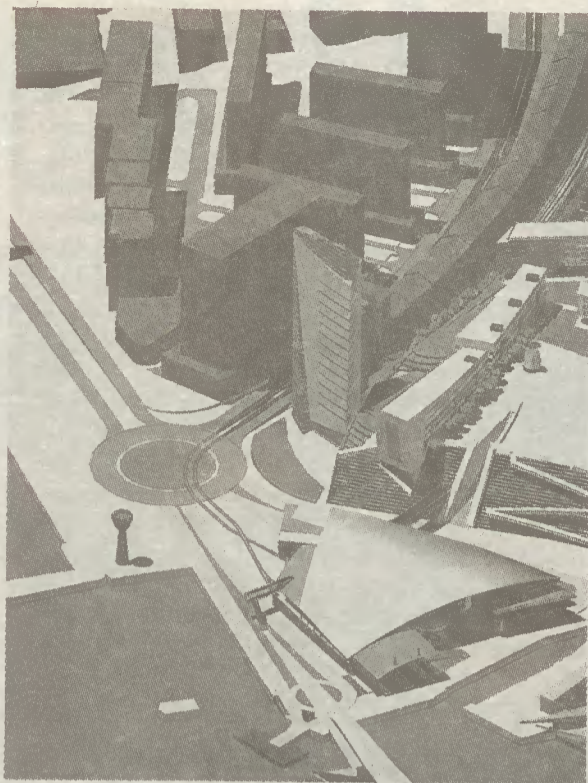


## Arquitetura

• Manuel Augusto Araújo

O espaço urbano é um espaço polissémico em permanente reestruturação sobre o qual se exerce uma grande heterogeneidade de forças económicas, sociais, culturais. A evolução das cidades tem evidenciado o fracasso das teorias frente a forças concretas, ancoradas num poder económico progressivamente mais concentrado, que acabam por condicionar as decisões dos urbanistas que se empenham a limitar os estragos de decisões em que não participaram e que antecederam qualquer enquadramento.

É um problema universal de todas as áreas edificáveis, e é tanto mais evidente e estranho quando, nunca como hoje, se multiplicam planos de ordenamento, de urbanização, de pormenor. Quando, nunca como hoje se discute e teoriza intensamente sobre a cidade. A diferentes níveis, quase todos os planos fracassam por força dos mecanismos de mercado e das exigências de viabilização económica, transformando-se num campo de confronto entre a realidade e as teorias abstractas que se vão conformando, a bem ou a mal, e, por vezes, acabam mesmo por justificar, melhor ou pior, determinadas opções.



# Urbanismos biónicos

Esse permanente embate, progressivamente mais difícil na razão directa da maior concentração da propriedade do solo e das exigências de aumentar o rendimento dos investimentos realizados, tem garantido a heterogeneidade de um tecido urbano que é expressão de uma determinada cultura viva, não obstante a bastante desigual capacidade de intervenção dos diversos protagonistas, do seu estatuto e do seu poder de influenciar os poderes políticos, e que se traduz por uma legislação que, como toda e qualquer legislação, reflecte a relação de forças existente na sociedade e acaba sempre por expressar o direito do mais forte à liberdade.

No limite, e quando se mostra necessário, a força do poder económico mostra o músculo. Inquietante é quando essa força é exercida por sociedades de que o Estado é proprietário ou onde tem uma posição confortavelmente maioritária e em nome do deus ex-machina da rentabilização económica os gestores se atiram a nacos de território com uma fúria vulcânica.

É esse o caso da sociedade imobiliária constituída pelo Estado para recuperar os terrenos da Margueira onde laborava a Lisnave.

### A paródia

Assumindo uma gigantesca dívida e ficando com uma área considerável, mas curta em metros quadrados para tantos milhões de dívida a recuperar, o Estado assume-se promotor imobiliário e à frente dessa sociedade coloca umas brilhantes cabeças que fazem uma conta básica:  $X \text{ milhões de dívida: } Y \text{ (preço venda m}^2) = Z \text{ m}^2 \text{ de construção}$ . Tudo claro e simples, os hectares da Margueira tinham que render o Xis milhões de dívida que os Mellos tinham oferecido ao Estado.

Como não existiam índices de construção que suportassem tamanhos volumes de edificação, as iluminantes cabeças encomendaram um estudo de arquitectura que lhes resolvesse o problema. Do nada surgiu a *Manhattan de Cacilhas*. Descentrou-se a discussão enquanto se manobrava para retirar aquele território aos planos em vigor para Almada. Criou-se uma excepção, promovida pelo próprio Governo, o que é um belo exemplo para o restante território nacional, dando asas aos sonhos «americanos» dos nossos empreendedores imobiliários, urbanos e turísticos, sempre dispostos a promoverem a qualidade e o desenvolvimento sustentado por cima de quaisquer índices. A *Manhattan de Cacilhas* ali estava para demonstrar que a realidade é bem mais forte que a teoria.

Havia umas resistências ainda a vencer. As fluorescentes cabeças aceleraram e salta a Torre Biónica. Uns cerca de 45 mil viventes, entre habitantes e trabalhadores, concentrados numa única construção, usufruindo de uma grande qualidade, isto da qualidade é fundamental em qualquer circunstância e posição. Com esta proposta instalava-se o terror. A esperança deveria ser que se viesse a optar pelo mal menor. Será?

Na nossa opinião entre uma e outra que se construa a Torre Biónica. É que se poupa imenso em acessibilidades. Vive toda a gente dentro da Torre deslocando-se entre a casa e o escritório. Com alguns complementos necessários de formação e lazer alcança-se a felicidade suprema só possível num formigueiro. Todos os elementos da empresa promotora de tão brilhante ideia são obrigados a ir para aí viver até morrerem e serem cremados, nos fornos da torre evidentemente.

Uma curiosidade: quanto custa a todos nós sustentar estes pândegos? Quanto já custaram estas estupendíssimas propostas? Por quanto tempo mais vai durar esta paródia?

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Actualidade

Estava este soneto destinado a ser, mesmo fugaz, laboratório onde, esfolhado todo o acessório, das ovelhas pastando em verde prado

onde, esquecido aquele território do «Cântico dos Cânticos», achado que fosse o novo ponto do bordado se elaborasse o gesto de ofertório

à nova divindade do teu nome onde desse alimento àquela fome insaciável do pão que te serviu.

Mas indo rente ao céu, indo suave, a bala o atinge, e como cai a ave, o soneto ferido assim caiu.

De súbito, pareceu tudo vazio. Agarrado, nem só um grão de areia nem uma gota só de alegre rio.

Recolhida que foi a maré cheia restaram conchas mortas e sargaços os restos sujos de uma ímpia ceia.

Morreram, garrotadas por mil laços, as naves. Ondas, sem devir, ondeiam à volta de astros mortos nos espaços.

E eis os versos, nos gélidos segredos, roendo os braços, da alma até aos dedos.

Caminhemos ao longo da ribeira de águas limpas, lá onde se mirasse sem medo e sem remorso a nossa face de algum dia, para além desta fronteira.

Vem de longe a promessa do conforto intacto pão que sempre se reparte mar que se cumpre em imagem de algum porto.

Erguido sobre as ruínas o estandarte rasgado e resgatado ao forte vento sonho, canto, oração, um beijo, a arte.

Saber que, mesmo no fulgor da guerra, não é eternidade, mas momento, o louco desespero e sofrimento. Saber dobrar o cabo e achar mais terra.

Pareceu o soneto sossegar ao retomar a velha narrativa tranquilamente as mãos feitas de ogiva diante das estrelas no altar.

O gosto do olhar e do colar onde brilhava a bela perspectiva... Mas há já qualquer coisa de alma esquiva Nos pobres versos de regresso ao lar.

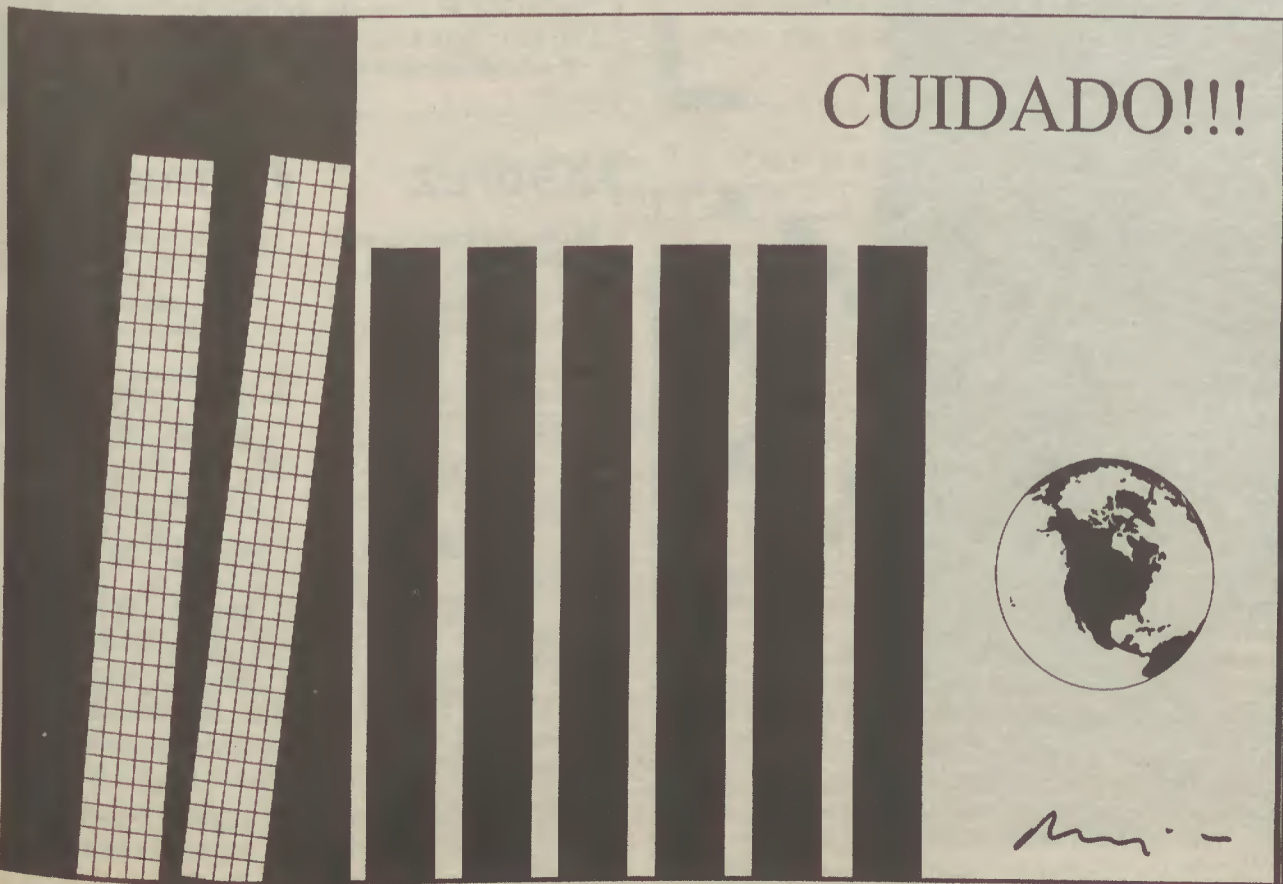
Certo, a hora raivosa os apunhala. Certo, o capitalismo é a grande sala onde o terror, na valsa, faz de herói.

Mas o tempo traz sempre um tempo novo. Por isso, este soneto, olhando o povo, ainda de esperança se constrói.

## Cartoon

• Monginho

### CUIDADO!!!





# Ode à Alegria (\*)

Venho da festa  
De um encontro com o futuro  
Alguns já adivinharam qual é  
Lembro aos distraídos

É a festa dos que não desistem  
De ser humanos  
A demonstração de que há forças  
Ignoradas pela natureza  
Os mares juntam-se às montanhas  
As florestas convivem com os desertos  
Para celebrar lutas antiquíssimas  
E carregadas de urgência  
Inventando uma estação  
Fora das convenções  
Povoando-a  
De ansiados cânticos  
De necessárias cores  
Num mês que prenuncia  
O recolhimento  
O cair de folhas e cabelos  
De chuvas cinzentas

Uma festa que contraria  
Sábios e autoridades  
Assenta palcos  
No coração dos forasteiros  
Planta bandeiras  
Nos corpos e nas nuvens  
Vibra instrumentos  
De empresas comuns  
Imita cachoeiras distantes  
Concertos de aves  
Reproduz o suor operário  
E o calor juvenil  
Declarando abertas as portas  
Fechadas pelos construtores  
Das indústrias do tempo

Venho das danças e saudações  
Das diversas idades do desejo  
Dos ritmos que aspiram  
Transformar  
E embalar a Terra

Quem nunca lá foi  
Suspeitará da festa  
Duvidará da sua existência  
Mas existe  
Trabalhosamente  
Planeada e montada  
Num lugar de três dias  
Aí apresentam  
Os rebeldes e os mágicos  
Os desafios e as artes  
Desmentindo a extinção  
Da fraternidade  
O que assusta os poderosos  
O que espanta os tímidos  
Os que aplaudem as algemas

Venho da festa  
De todos os sentidos  
Do maior sentido  
Não há júbilo superior  
Nos estádios  
Nas romarias  
Nas televisões  
Nesse lugar edificou-se  
Uma fortaleza de memórias  
Um parque inovador  
Contra o medo de sonhar  
Lá se projectam as cidades  
Que cumpre refundar  
Lá reflorescem os campos  
De luz e aventura

Nem imaginais Ó ausentes  
Quanto perdeis longe  
Deste pequeno território  
Onde os prazeres  
Da imaginação e da justiça  
Fincam pé e dão as mãos  
E respondem aos inseguros  
Senhores dos cativos



Nem imaginais Ó ausentes  
Como é impagável visitar  
Um sítio de tantas vozes  
Um desfile de tantos olhares  
De tantos mortos e vivos  
De tantos combatentes  
Que se entregam  
À simples razão  
De humanizar os homens

Lá vi  
Nas multidões de sorrisos  
Beethoven e Saramago  
Lá continuei a ver  
Guevara e Vieira da Silva  
Mulheres de armas  
De decisivas convocatórias  
Crianças de colo  
De todos os despertares  
Generais e soldados  
Professores e alunos  
Todos aprendizes  
De grandes afectos  
Que mantêm a poesia na rua  
Exposições do Globo  
Terrestre e celeste  
A Comuna de parabéns  
A Internet das causas  
Os livros inquietos  
Pinturas e esculturas  
De vanguarda e de guarda  
Comidas e bebidas  
Dos sabores da história  
Costumes e cartazes  
De povos e paisagens

Vi sobretudo  
Rostos indispensáveis  
Nas iminentes batalhas

Aprendeis como eu  
Viajai neste universo  
E regressareis  
Cheios de energia  
Para accionar  
As rodas das vontades

Ide e reaprendereis  
A estimar a vossa alma  
A respeitar o vosso voto  
Antes que seja tarde  
Porque os adversários  
Da 9.ª Sinfonia  
Procuram conduzir-nos  
Para os sofás  
Da renúncia e da náusea  
Para as euforias  
Do insignificante

Ide e perguntai  
Às polícias  
E aos desconhecidos  
Onde é esse local  
Prodigioso e único  
Surpreendereis  
Nos trânsitos  
E placards

Um gesto  
Uma t-shirt  
Uma boina  
Uma boca  
Um sinal  
De proximidade  
Dá alegria

Um pedaço  
De terra e água  
Onde se acredita  
Na Primavera  
Em Setembro

(\*)Do livro  
*República  
da Primavera*,  
a publicar  
em breve.







